



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO E TECNOLOGIAS
APLICADAS À EDUCAÇÃO – GESTEC

LEILA MARIA GÓES DE BRITTO

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PARTICIPAÇÃO COMO CONSTRUÇÃO: A
INSERÇÃO DO PROJETO SALAS VERDES NA UNIVERSIDADE DO
ESTADO DA BAHIA

SALVADOR

2016

LEILA MARIA GÓES DE BRITTO

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PARTICIPAÇÃO COMO CONSTRUÇÃO: A
INSERÇÃO DO PROJETO SALAS VERDES NA UNIVERSIDADE DO
ESTADO DA BAHIA.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação (Gestec), da Universidade do Estado da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Nadia Hage Fialho

SALVADOR
2016

Ficha Catalográfica elaborada pelo CDI/UNEB
BIBLIOTECÁRIA Hildete Santos Pita Costa/CRB737-5

B862

Britto, Leila Maria Góes de
Educação Ambiental e Participação como Construção: A
Inserção do Projeto Sala Verde na Universidade do Estado da
Bahia. / Leila Maria Góes de Britto. Salvador - 2016
97 f. il.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Nadia Hage Fialho

Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação Mestrado
Profissional em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação. Gestec.
Universidade do Estado da Bahia

1.Educação Ambiental 2.Sala Verde - Projeto 3. Universidade
do Estado da Bahia. I Título

CDD 372.357


Autorizo a reprodução parcial ou total dessa Dissertação para fins acadêmicos,
desde que seja citada a fonte.


FOLHA DE APROVAÇÃO


"EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PARTICIPAÇÃO COMO CONSTRUÇÃO: A INSERÇÃO DO PROJETO SALAS VERDES NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA"

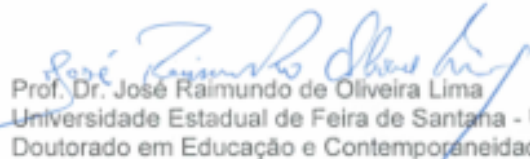
LEILA MARIA GÓES DE BRITTO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação (*Scripto sensu*) Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação, Área de Concentração I – Gestão da Educação e Redes Sociais, em 15 de agosto de 2016, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação pela Universidade do Estado da Bahia, composta pela Banca Examinadora:


Prof. Dra. Nadia Hage Fialho
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Doutorado em Educação
Universidade Federal da Bahia - UFBA


Prof. Dra. Jaci Maria Ferraz de Menezes
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Doutorado em Ciências da Educação
Universidade Católica de Córdoba - UCC/Argentina


Prof. Dra. Maria Luiza Figueiredo Heine
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Doutorado em Educação e Contemporaneidade
Universidade do Estado da Bahia - UNEB


Prof. Dr. José Raimundo de Oliveira Lima
Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS
Doutorado em Educação e Contemporaneidade
Universidade do Estado da Bahia - UNEB

LEILA MARIA GÓES DE BRITTO

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PARTICIPAÇÃO COMO CONSTRUÇÃO: A INSERÇÃO
DO PROJETO SALAS VERDES NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA.

Dissertação apresentada à Universidade do Estado da Bahia
como parte dos requisitos para obtenção do Título de Mestre em
Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação.

Salvador (BA), 15 de agosto de 2016.

Aprovada por:

Prof^a. Dr^a. Nadia Hage Fialho

Prof^a. Dr^a. Jaci Maria Ferraz de Menezes

Prof^a. Dr^a. Maria Luíza Figueiredo Heine

Prof. Dr. José Raimundo de Oliveira Lima

Salvador - 2016

Agradecimento

Ao término do curso são muitas as pessoas que devem ser mencionadas, e que eu não poderia deixar de agradecer. Sendo assim, ao tempo que agradeço a Prof^a Nadia Hage Fialho pela confiança e oportunidade de pesquisar sob sua orientação, estendo os agradecimentos aos demais professores do Programa e em especial aos membros do grupo de pesquisa Edureg.

Dedicatória

O valor das coisas não está no tempo que elas duram, mas na intensidade com que acontecem. Por isso, existem momentos inesquecíveis, coisas inexplicáveis e pessoas incomparáveis.

Fernando Pessoa

Dedico mais esta conquista ao meu pai, "in memoriam", a minha mãe, minha irmã e meu afilhado pelo apoio irrestrito.

O Recomeço da História

Vivemos em um mundo complexo, marcado na ordem material pela multiplicação incessante do número de objetos e na ordem imaterial pela infinidade de relações que aos objetos nos unem. Nosso mundo é complexo e confuso ao mesmo tempo, graças à força com a qual a ideologia penetra nos objetos e ações. Por isso mesmo, a era da globalização, mais do que qualquer outra antes dela, exige uma interpretação sistêmica cuidadosa, de modo a permitir que cada coisa seja redefinida em relação ao todo planetário.

A grande sorte dos que desejam pensar a nossa época é a existência de uma técnica planetária, direta ou indiretamente presente em todos os lugares, e de uma política planetária, que une e norteia os objetos técnicos. Juntas, elas autorizam uma leitura ao mesmo tempo geral e específica, filosófica e prática, de cada ponto da Terra. Emerge, desse modo, uma universalidade empírica, de modo a ajudar na formulação de idéias que exprimam o que é o mundo e o que são os lugares. Cria-se, de fato, um novo mundo. Para sermos ainda mais precisos, o que, afinal, se cria é o mundo como realidade histórica unitária, ainda que ele seja extremamente diversificado. Ele é datado com uma data substantivamente única, graças aos traços comuns de sua constituição técnica e à existência de um único motor das ações hegemônicas, representado pelo lucro em escala global. É isso, aliás, que, junto à informação generalizada, assegura a cada lugar a comunhão universal com todos os outros. Ao contrário do que tanto se disse, a história universal não acabou; ela apenas começa.

Antes o que havia era uma história de lugares, regiões, países. As histórias podiam ser, no máximo, continentais, em função dos impérios que se estabeleceram em uma escala mais ampla. A vez da humanidade. O que até então se chamava de história universal era a visão pretensiosa de um país ou continente sobre os outros, considerados bárbaros ou irrelevantes. O ecúmeno era formado de frações separadas ou escassamente relacionadas do planeta. Somente agora a humanidade faz sua entrada na cena histórica como um bloco, entrada revolucionária, graças à interdependência das

economias, dos governos, dos lugares. O movimento do mundo conhece uma só pulsação, ainda que as condições sejam diversas segundo continentes, países, lugares, valorizados pela sua forma de participação na produção dessa nova história. Um dado importante de nossa época é a coincidência entre a produção dessa história universal e a relativa liberação do homem em relação à natureza.

A denominação de era da inteligência poderia ter fundamento nesse fato concreto: os materiais hoje responsáveis pelas realizações preponderantes são, cada vez, mais objetos materiais manufaturados e não mais matérias-primas naturais. Na era da ecologia triunfante, é o homem quem fabrica a natureza, ou lhe atribui valor e sentido, por meio de suas ações já realizadas, em curso ou meramente imaginadas. As pretensões e a cobiça povoam e valorizam territórios desertos.

Todavia a mesma materialidade, atualmente utilizada para construir um mundo confuso e perverso, pode vir a ser uma condição da construção de um mundo mais humano. Basta que se completem as duas grandes mutações ora em gestação: a mutação tecnológica e a mutação filosófica da espécie humana. A grande mutação tecnológica é dada com a emergência das técnicas da informação, as quais, ao contrário das técnicas das máquinas, são constitucionalmente divisíveis, flexíveis e dóceis, adaptáveis a todos os meios e culturas, ainda que o seu uso perverso atual seja subordinado aos interesses dos grandes capitais. Mas, quando sua utilização for democratizada, essas técnicas doces estarão a serviço do homem. Por outro lado, muito falamos hoje nos progressos e nas promessas da engenharia genética, que conduziriam a uma mutação do homem biológico. Isso, porém, ainda é do domínio da história da ciência e da técnica. Pouco, no entanto, se fala das condições ainda hoje presentes, que podem assegurar uma mutação filosófica do homem, capaz de atribuir um novo sentido à existência de cada pessoa e também do planeta. Nesse emaranhado de técnicas dentro do qual estamos vivendo, o homem descobre suas novas forças. Já que o meio ambiente é cada vez menos natural, o uso do entorno imediato pode ser menos aleatório. Aumenta a previsibilidade e a eficácia das ações. Ampliam-se e diversificam-se as escolhas, desde que se possa combinar adequadamente técnica e política.

O mundo misturado. O mundo fica mais perto de cada qual, não importa onde esteja. Criam-se, para todos, a certeza e a consciência de ser mundo e de estar no mundo, mesmo se ainda não o alcançamos em plenitude material ou intelectual. O próprio mundo se instala nos lugares, sobretudo nas grandes cidades, pela presença maciça de uma humanidade misturada, vinda de todos os quadrantes e trazendo consigo interpretações variadas e múltiplas que ao mesmo tempo se chocam e colaboram na produção renovada do entendimento e da crítica da existência. Assim, o cotidiano de cada qual se enriquece, pela experiência própria e pela do vizinho, tanto pelas realizações atuais como pelas perspectivas de futuro.

As ricas dialéticas da vida nos lugares criam, paralelamente, o caldo de cultura necessário à proposição e o exercício de uma nova política. Ousamos, desse modo, pensar que a história do homem sobre a Terra dispõe afinal das condições objetivas, materiais e intelectuais, para superar o endeusamento do dinheiro e dos objetos técnicos e enfrentar o começo de uma nova trajetória.

Aqui, não se trata de fixar datas para as etapas ou o início do processo e, nessa ordem de idéias, o ano 2000, o novo século, o novo milênio são apenas momentos da folhinha, marcos num calendário.

Ora, a folhinha e o calendário são outros nomes para o relógio, por isso são convencionais, repetitivos e historicamente vazios. O que conta mesmo é o tempo das possibilidades efetivamente criadas, a que chamamos tempo empírico, cujas mudanças são marcadas pela irrupção de novos objetos, de novas ações e relações e de novas idéias.

As condições materiais já estão dadas para que se imponha a desejada grande mutação, mas o seu destino vai depender de como serão aproveitadas pela política. O que, talvez, seja irreversível são as técnicas, porque elas aderem ao território e ao cotidiano.

Mas a globalização atual não é irreversível. Agora que estamos descobrindo o sentido de nossa presença no planeta, pode-se dizer que uma história universal verdadeiramente humana, finalmente, está começando. (SANTOS, M., 2000).

RESUMO

BRITTO, Leila M.G. Educação Ambiental e Participação como Construção: A Inserção do Projeto Sala Verde na Universidade do Estado da Bahia. Em 2016. Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia. Salvador, Bahia.

O presente estudo apresenta no Capítulo I a linha do tempo que fundamenta o surgimento da Educação Ambiental - EA. No Capítulo II, o quadro teórico do processo de institucionalização da EA no Brasil, dando destaque a categoria participação como construção identificada no processo. Finalmente, no Capítulo III, os dados e discussões sobre alguns elementos dos desenhos do Projeto Sala Verde, da multicampia da UNEB e dos Territórios de Identidade do Estado da Bahia, que justificaram a apresentação do projeto da presente dissertação. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e documental. O escopo do trabalho restringiu-se a análise das configurações institucionais dos Territórios de Identidade, do Projeto Salas Verdes e a correlação de ambos frente a estrutura organizacional da Universidade do Estado da Bahia com o objetivo de encontrar, nos elementos analisados, pontos que contribuíssem para responder a seguinte questão: A instalação de *Salas Verdes* na Universidade do Estado da Bahia pode contribuir para aumentar a capilaridade da EA no Estado, de forma a ampliar e qualificar a participação da população em questões socioambientais? Os resultados indicam que sim, pois nas análises das interseções de elementos dos desenhos identifica-se pontos que possibilitam projetar um novo cenário para a EA no Estado da Bahia, caso tal iniciativa se concretize. As discussões sobre Educação Ambiental na atualidade estão relacionadas a questões socioambientais, e fazem parte das preocupações de variados setores da sociedade. Desde a Revolução Industrial, a atividade interventora e transformadora do homem em sua relação com a natureza vem se tornando cada vez mais predatória, originando vários movimentos ambientalistas. Como consequência, surge e institucionaliza-se a Educação Ambiental, historicamente delineada por mecanismos que exigem mobilização para se concretizarem.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Participação como Construção; Projeto Salas Verdes; Território de Identidade; UNEB.

ABSTRACT

BRITTO, Leila M.G. Environmental Education and participation qualified: The insertion of Green Rooms Project in Bahia State University. In 2016. Department of Education, Bahia State University. Salvador, Bahia.

This study begins by presenting, in Chapter I, a timeline of the emergence of Environmental Education. Chapter II covers the theoretical framework relating to the institutionalization of Environmental Education in Brazil. Finally, Chapter III focuses on relevant data and related discussions concerning some elements of the Green Room Project, the decentralized multi-campus structure of the State University of Bahia (UNEB) and the arrangement of the Identity Territories. The employed methodology consisted of bibliographical and documentary research. The scope was restricted to the analysis of the institutional framework of both the Identity Territories and the Green Rooms project and their correlation with the multi-campus organizational structure of UNEB in order to try and answer the following questions: Does setting up Green Rooms in UNEB effectively contribute to increasing the breadth of Environmental Education in the State? Fostering greater popular participation in environmental discussions, in a qualified manner? Results indicate a positive answer. Analysis reveals the existence of possible beneficial intersections between the Green Rooms project, the Identity Territories and UNEB's multi-campus structure, indicating possible benefits to the overall situation of Environmental Education in the State. Discussions on Environmental Education today are framed by pressing environmental issues and involve numerous interest groups and social actors. Ever since the Industrial Revolution, mankind's relationship with nature has become increasingly predatory. This fact has led to the emergence of several environmental organizations and initiatives which form the broader environmental movement. One outcome of society's increased concern with environmental matters has been the emergence and institutionalization of Environmental Education and its growing importance in face of today's environmental challenges.

Keywords: Environmental Education; Participation qualified: Project Green Rooms; Identity Territories, UNEB.

SIGLAS E ABREVIações

ANC	Assembleia Nacional Constituinte
APA	Área de Proteção Ambiental
CEDETER	Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial
CET	Coordenação Estadual dos Territórios de Identidade da Bahia
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas Meio Ambiente e Desenvolvimento
COEA	Coordenação Geral de Educação Ambiental
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
DEA	Departamento de Educação Ambiental
DS	Desenvolvimento Sustentável
EA	Educação Ambiental
EF	Ensino Fundamental
EM	Ensino Médio
FBCN	Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza
FNMA	Fundo Nacional do Meio Ambiente
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMA	Ministério do Meio Ambiente
ONG's	Organizações não-governamentais
PCN's	Parâmetros Curriculares Nacionais
PLEA	Projeto de Lei da Educação Ambiental da Bahia
PNEA	Política Nacional de Educação Ambiental
PNPG	Plano Nacional de Pós-Graduação
PNUMA	Programa das Nações Unidas e Meio Ambiente
PRONEA	Programa Nacional de Educação Ambiental
PPP	Projeto Político Pedagógico
SECAD	Sistema de Educação Continuada à Distância
SEMA	Secretaria de Estado de Meio Ambiente
SINIMA	Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente
SISNAMA	Sistema Nacional de Meio Ambiente
SISNEA	Sistema Nacional de Educação Ambiental
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
UC	Unidade de Conservação
UNEB	Universidade do Estado da Bahia

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Órgãos das esferas públicas responsáveis pelo meio - ambiente e EA no Brasil	50
Quadro 02 - Quadro de quantitativo de instituições educacionais de ensino básico por municípios com sede da UNEB e por Territórios de Identidade.	78
Quadro 03 - Relação de APAs e Biomas que abrigam e/ou estão próximas de campi da UNEB	81
Quadro 04-Objetivos das área de proteção ambiental APAs segundo legislação de criação.	82

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 - Distribuição espacial da UNEB por territórios de identidade	66
Mapa 02- Distribuição quantitativa de <i>Salas Verdes</i> no Brasil	67
Mapa 03- Os três biomas terrestres do Estado da Bahia e a distribuição de Campi da UNEB.	87

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Diagrama das esferas públicas responsáveis pelo meio - ambiente e EA no Brasil.	49
Figura 02 - SISNEA - Sistema Nacional de Educação Ambiental	51

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO I - CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL	16
1.- Gênese: Percepção de Natureza e suas Transformações ao Longo do Processo Histórico	17
1.1 Idade Antiga	17
1.2 Idade Média	18
1.3 Idade Moderna	18
1.4 Idade Contemporânea	19
2 - Antecedentes: Movimentos Socioambientais e Estruturação de Marcos Oficiais	20
2.1- Origem	20
2.2- Trajetória	23
CAPÍTULO II - INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL E SUA DIMENSÃO PARTICIPATIVA	44
CAPÍTULO III - A UNEB COMO CATALIZADORA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE DO ESTADO DA BAHIA	62
1- Projeto Salas Verdes: Política viável para ampliar e articular a participação da sociedade em ações socioambientais	68
2 - A presença da UNEB nos Territórios Baianos de Identidade como um diferencial para a ampliar e qualificar a participação da sociedade em questões socioambientais.	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS	89
APÊNDICES	93

INTRODUÇÃO

A escola tem o papel social de fundamental importância, podendo tornar-se um lugar de vivência, de prazer, de cultura e de ciência, onde a ética e a justiça norteiam as ações, tornando-se um dos instrumentos de superação da dominação social, econômica e cultural. (DAVIS, 2002, p. 114).

Concordando com a epígrafe, introduzimos a temática justificando por que uma professora do ensino básico decide verificar se uma política nacional de indução da educação ambiental, denominada de *Salas Verdes*, é viável para ampliar as discussões e ações socioambientais no Estado da Bahia se a Universidade do Estado da Bahia, UNEB, abrigá-la e a executá-la.

Licenciada e Bacharel em Química, pela Universidade Federal da Bahia - UFBA, inicio a docência no ensino básico. Entre o intervalo de conclusão da graduação e o presente momento, realizei vários cursos de aperfeiçoamento e especialização, ou seja, estive sempre em processo de formação continuada que de certa forma contribuiu para a delimitação do objeto, educação ambiental como construção, que orientou a pesquisa para a elaboração do produto final do mestrado em curso.

Recentemente responsável pela supervisão dos discentes do curso de Licenciatura em Química da Universidade Federal da Bahia - UFBA, no contexto do Programa de Iniciação a Docência- PIBID/CAPES, cujo projeto norteador tem como um de seus eixos estruturantes, a Educação Ambiental, tenho tido a oportunidade de vivenciar a importância de uma maior aproximação entre Universidades e instituições de ensino básico.

Como docente do ensino médio, há exatos treze anos, temos acompanhado e refletido sobre as discussões postas pela academia. Na sua grande maioria bem fundamentadas e referendadas. Entretanto, pouco ou quase nada tem chegado ao Colégio em que leciono, como ganho real, principalmente no que se refere a valores socioambientais, que possam contribuir com a formação do educando e retornar à sociedade a partir dos processos formativos diretos e indiretos que ocorrem na Instituição. Colocando o foco nas questões que aglutinam e/ou tangenciam a minha área de atuação, ou seja, ciências naturais e exatas, percebo o quanto a Educação Ambiental é relevante e está imbricada com os temas que devem ser abordados nas

grades curriculares, o que reforça a proposta de que a mesma seja concebida como um tema transversal, conforme explicitado nos referenciais curriculares. Questões relevantes discutidas na atualidade como qualidade de vida, energia, água, lixo, clima, bactérias resistentes, Zica, desmatamento, moradia, mobilidade urbana, violência, entre outros, podem e devem ser tratados de forma articulada na perspectiva de fortalecer o acesso e a participação do educando em discussões de temas socioambientais que fortalece a convivência social. Nesta direção, a Universidade pode contribuir e muito, se estreitar e perenizar as relações com as instituições formais desse nível de ensino.

No Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG/2011-2020, a educação básica - no capítulo 8, vol. 1 - foi considerada um novo desafio para o sistema nacional de pós-graduação no Brasil ou seja: “a pós-graduação constitui-se numa etapa da nossa estrutura de ensino e, como tal, guarda uma relação de interdependência com os demais níveis educacionais” (BRASIL, 2010, p. 155); e “a educação básica se configura como um assunto estratégico e digno da atenção de todo o Sistema Nacional de Educação, inclusive do Sistema Nacional de Pós-Graduação” (BRASIL, 2010, p. 158).

Partindo do que foi destacado do PNPG, introduzo, ao tempo que justifico, o interesse pela escolha da temática abordada no presente documento, que procura destacar a presença da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, na maioria dos Territórios de Identidade¹ como um diferencial para o desenvolvimento de políticas socioambientais, e mais especificamente da política denominada de *Projeto Sala Verde* do Ministério do Meio Ambiente - MMA.

A formação básica é o alicerce de uma formação integral, que prepara pessoas para a vida e, portanto, as universidades devem se fazer mais perene nos espaços desse nível de ensino através de parcerias. Acreditando nisso, resolvemos estudar a viabilidade de inserir a política de educação ambiental – Salas Verdes, na UNEB e Territórios de Identidade.

É de conhecimento público a vocação histórica desta Universidade para a formação de professores e, por isso mesmo, tem tido um papel relevante na formação dos quadros de profissionais que atuam no ensino básico, no Estado da Bahia, por oferecer cursos de Pedagogia e Licenciatura na maioria dos seus vinte e

1-Divisão territorial mais recente adotada para a gestão do Estado da Bahia.

quatro campi.

Ao revisitar o processo histórico que remete ao surgimento de uma nova subárea em Educação, que emergiu e se fortaleceu como campo de saber na contemporaneidade, ou seja: a Educação Ambiental, percebe-se a urgência de se repensar os processos formativos na atualidade, principalmente, no que se refere aos níveis iniciais do Sistema Educacional.

A Educação Ambiental, apesar do amplo espectro de concepções que orientam as mais variadas formas de agir, remete-se direta e/ou indiretamente a questões sociais e ambientais, e como consequência, se bem conduzida, contribui para a formação de valores e o desenvolvimento de atitudes que podem orientar a vida em sociedade.

O surgimento da Educação Ambiental, está diretamente relacionado à deterioração do ambiente e o comprometimento da qualidade de vida nos aglomerados urbanos. O agravamento dessas questões na atualidade demandam maior agilidade nas proposições que podem contribuir para diminuir e, se possível, reverter tais processos. Portanto, algumas dessas proposições devem ser orientadas para a formação de valores que devem ser desenvolvidos na formação básica através de uma abordagem interdisciplinar e/ou transdisciplinar que possibilite vivências que sejam significativas e que instrumentalizem os educandos para a tomada de decisões que a vida adulta demandará de cada um deles. Para isso, entretanto, é necessário repensar os currículos e vislumbrar formas de colocá-lo em ação, dando ênfase na transversalidade que a educação ambiental deve e pode assumir em cada um deles.

O Brasil, inclusive a Bahia, vem avançando, segundo dados estatísticos, no que se refere ao acesso à escola, mas perde no quesito qualidade. Mais agravante ainda, é o ensino médio, nível em que leciono, onde abordagens interdisciplinar, transdisciplinar e até, disciplinar ficam comprometidas pela ausência de um domínio mínimo, por parte dos educandos, da língua materna bem como da linguagem matemática. O Exame Nacional, ENEM, registrou vários exemplos que reforçam o exposto, entre eles cito o exemplo da expressão utilizada por um candidato sobre o “desmatamento de peixes” que teve repercussão nacional. A nível local cito um exemplo relacionado à nossa prática docente no município de Salvador entre muitos vivenciados por mim. Um aluno, em uma classe, de dependência formada por

alunos 2° e 3° ano do ensino médio, não conseguia perceber que o número 3 é exatamente igual a 3,0, o que demonstra uma dificuldade em lidar com a linguagem matemática, o que dificulta o entendimento de todas as disciplinas afins.

Uma maior aproximação das escolas e colégios de ensino básico com Universidades pode ser uma experiência única e riquíssima, na medida em que proporcione um ambiente aberto à troca de informações e ideias. Um espaço que propicie reflexões e desenvolvimento, nas instituições de ensino básico, de ações que qualifiquem a formação dos egressos com uma visão mais crítica, sobre diferentes aspectos da vida, o que não poderia excluir, diante do cenário atual, a temática ambiental. Mas para isso é necessário assegurar segundo a orientação da Conferência Nacional de Educação - Conae, realizada em 2010, a inserção de conteúdos e saberes da EA nos cursos de licenciatura e bacharelado das instituições de Ensino Superior, como atividade curricular obrigatória”. Para tanto, das Diretrizes Curriculares Nacionais para E A destaca as seguintes prioridades:

- “[...] medidas e instrumentos de ambientalização das Instituições de Ensino Superior, em todas as suas esferas de atividade (ensino, pesquisa, extensão e gestão)” (BRASIL, 2014).
- “[...] as modalidades de inserção da EA nas IES (transversalidade, interdisciplinaridade, complexidade, multiculturalismo, colaboração intra e interinstitucional, etc.) [...]” (BRASIL, 2014).
- “[...] a instituição de espaços de capacitação de gestores universitários e de formação de educadores ambientais e especialistas em EA que atendam tanto à demanda interna das IES como à externa.”. (BRASIL, 2014)

Um ponto bastante relevante nesse sentido, foi a promulgação da Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012, do Ministério da Educação, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, no Sistema de Ensino.

Entretanto, apesar dos embasamentos legais para que a Educação Ambiental seja desenvolvida em todos os níveis e modalidades de ensino, incluindo o ensino superior e que, a partir de alguns anos, o tema tenha obtido significativa valorização no espaço acadêmico, pode-se afirmar que ações efetivas de inserção da educação ambiental nos diferentes cursos de graduação no Brasil, ainda são escassas e não fazem parte do cotidiano da vida universitária (SOARES et al., 2007).

Benayas e outros... (2002), descrevem a importância de incluir a dimensão socioambiental no cotidiano do fazer da universidade e difundi-lo para a sociedade

como pode ser observado a seguir:

Más allá, la Universidad, como institución dedicada a la aportación de conocimientos y técnicas a través de la investigación y la docencia, debe desempeñar un papel protagonista en la difusión de posibles soluciones y alternativas a los problemas ambientales a los que se enfrenta la sociedad actual. Las vivencias y experiencias de las personas que pertenecen a la comunidad universitaria (estudiantes, profesores y personal de administración y servicios) son de gran importancia para el desarrollo y construcción de sus escalas de valores y comportamientos ambientales. Así, la ambientalización universitaria no sólo ofrece ejemplos a otras instituciones sino que desempeña una función educativa informal de los futuros profesionales al estar ofreciendo y transmitiendo nuevas pautas y conductas pro-ambientales. (BENAYAS et al., 2002, p. 2)

As discussões sobre o desenvolvimento de políticas de educação ambiental, através da implantação e implementação de Salas Verdes na Universidade do Estado da Bahia, perpassa por questões levantadas anteriormente e se concentra no potencial da UNEB, em decorrência, principalmente, do seu modelo multicampi, com presença direta e/ou indireta em todos os Territórios de Identidade do Estado.

Em decorrência do exposto, a implantação de uma rede presencial e/ou virtual de espaços destinados a guarda de documentos, discussão e construção de ações socioambientais, podem ampliar e qualificar a população do Estado para participar de políticas indutoras de Educação Ambiental.

A política utilizada como exemplo no presente estudo, estimula a criação de espaços certificados pelo Ministério do Meio Ambiente denominados de *Salas Verdes*, que podem ampliar o raio de ação socioambiental na Universidade, inclusive estabelecendo convênios com instituições de ensino básico que, por critérios estabelecidos nos editais² de acesso a certificação das salas, encontram-se impedidas de participar dos mesmos. Impedimento, muito possivelmente, decorrente do elevado número de instituições de ensino básico existente no país, o que dificultaria o acompanhamento, por parte do MMA, dos projetos e ações desenvolvidas por cada uma delas.

O Objetivo do presente documento portanto, é contribuir com as discussões sobre políticas de educação ambiental na Universidade e, mais especificamente, sobre a perspectiva de ampliar e qualificar a participação da comunidade intra e

2-Ver edital Sala Verde, 2013, em anexo.

extramuros em tais políticas como por exemplo: o Projeto Salas Verdes do MMA, uma vez que a Universidade já conta com uma sala devidamente certificada no Campus IV, Jacobina³

A linha condutora do enfoque teórico que perpassou a elaboração da fundamentação da presente dissertação, vai ao encontro da epígrafe inicial de abertura, que teve a intenção de homenagear o professor Milton Santos. Dentro desta linha, procuramos verificar se a UNEB, devido ao seu modelo multicampi, focado na interiorização do ensino superior, poderia ampliar a capilarização de políticas de Educação Ambiental no Estado, como por exemplo o projeto *Sala Verde* do MMA, estendendo as discussões socioambientais para os mais diversos segmentos da sociedade, bem como para outras instituições através de parcerias. Entre estas destacamos as responsáveis pelo ensino básico.

A pesquisa que fundamenta o presente estudo caracteriza-se por um delineamento qualitativo e se restringe a pesquisa bibliográfica, complementada por uma pesquisa documental. Do ponto de vista dos procedimentos metodológicos, realizou-se uma pesquisa exploratória inicial, cujo material selecionado foi analisado e posteriormente complementado, conforme a orientação metodológica estruturada nas seguintes etapas:

Primeira etapa: levantamento e análise de documentos e referências bibliográficas a níveis internacional e nacional, ou seja, reunião de material referente a conferências, legislação, planos e programas, entre outros, que orientaram a construção de uma linha do tempo sobre a percepção de natureza e o desenvolvimento de movimentos ambientalistas que impulsionaram o surgimento da educação ambiental, como poderá ser observado no capítulo I. Os resultados desse levantamento contribuíram para o mapeamento e análise da conjuntura que determinaram a institucionalização da Educação Ambiental no Brasil e, conseqüentemente, o prosseguimento das atividades de pesquisa nas etapas seguintes.

O capítulo II, concentrou-se na construção do quadro teórico sobre a institucionalização da Educação Ambiental no Brasil, cuja maior ênfase foi dada para a dimensão participativa de um sistema nacional que vem sendo gestado para o funcionamento e acompanhamento da Educação Ambiental no Brasil.

³ Segundo informação disponível no site do MMA, acessada em julho/2015.

A partir dos embasamentos construídos nos capítulos anteriores procurou-se compreender e estabelecer uma relação entre a configuração, na atualidade, do Estado da Bahia em Territórios de Identidade, a presença da UNEB nesses Territórios e a viabilidade da inserção do Projeto *Salas Verdes* do MMA, na Universidade, de forma a responder a seguinte questão: A instalação e implementação de *Salas Verdes* na UNEB pode ampliar a capilarização e qualificar a participação da sociedade baiana em discussões e ações socioambientais? Para começar a estruturar a resposta, fizemos uma visita presencial e várias virtuais em sites de instituições, nos quais coletei informações e documentos que contribuíssem para responder a questão de partida.

Como produto da pesquisa, além da presente dissertação apresenta-se um conjunto de documentos e publicações digitalizadas que junto com a mesma compõe um portfólio sobre os estudos desenvolvidos.

CAPÍTULO I - CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

(...) Observando e classificando [ciências] ou escrevendo e pintando [humanidades], a natureza apresenta-se como uma tela em branco sobre a qual se constroem discursos científicos ou se desenham imagens e símbolos. Na perspectiva do historiador, a natureza pode ser entendida como um objeto sobre o qual se elabora representações que carregam visões de mundo e contribuem para gestação de imagens e ideias que vão compor repertórios diversos, entre eles, os constitutivos da identidade do território e da nação (PRADO, M., 2004, p.180).

Portanto, qualquer estudo que tenha como foco a Educação Ambiental - EA tem, necessariamente, que compreender a dinâmica e o lugar que a natureza, e o decorrente movimento ambientalista foi ocupando, ao longo da história das civilizações que, conseqüentemente, impôs a estruturação desse novo campo do saber. Sendo assim, apresenta-se a seguir, uma síntese, de acordo com a divisão ocidental, das concepções de natureza e do ambientalismo desde a antiguidade até a contemporaneidade.

O termo natureza surgiu na Idade Média, no século XIII, derivado de natura, do século XII, com o significado de fonte, tendo o sentido de ser natural, relativo à natura, derivação do verbo nascer em latim (Nascor, nasceris, natussum, nasci). Tanto os vocábulos Natureza como Natural são próximos às ideias de fonte, nascimento e origem, e com estes sentidos difundem-se pela Europa durante o Renascimento (LUZ, 1988).

Ao longo da história do pensamento, as concepções de natureza se modificam como pode ser observado a seguir: i) o conjunto de todas as coisas possíveis, incluindo o homem e as coisas imateriais, cuja unidade se constituía através da interação; ii) o todo das coisas, sem a inclusão do homem, o que marca o começo de uma nova relação com a natureza, por meio da investigação científica e pelo domínio do homem sobre a natureza pelo trabalho e pela técnica; iii) o princípio interior a todos os entes e que os faz ser e agir, a sua essência enquanto princípio de ação (PIRES, 1989).

Parte-se, portanto, das concepções de natureza para entender o movimento ecológico, movimento verde ou ambientalismo que foi gradativamente sendo

instalado e transformado ao longo do processo histórico até o surgimento da Educação Ambiental.

1.-GÊNESE: PERCEPÇÃO DE NATUREZA E SUAS TRANSFORMAÇÕES AO LONGO DO PROCESSO HISTÓRICO

1.1 IDADE ANTIGA

Na Idade Antiga (século VI a.c. a século V d.c.) predomina a razão da natureza ou seja: a ordem cosmológica. A natureza era pensada como imutável e não sujeitável à ação humana. Os seres humanos, conseqüentemente, deviam se submeter às regras da natureza, sendo-lhes permitido apenas desvelá-la e contemplá-la para conhecê-la. O ser humano era influenciado pela ordem cósmica (ASSMANN, 2007)

Para os gregos, a natureza lembra o cosmo, o universo e tudo o que existe, e apresenta várias características que segundo BACKES et al., (2009) são as seguintes:

A primeira era relacionada à vida orgânica, que incluía os processos como enfraquecer, murchar e deteriorar-se, pois acreditavam que sem a decomposição nada poderia surgir novamente. A segunda, por sua vez, caracterizada por um processo circular, ou cíclico, pela ocorrência da repetição de processos sempre semelhantes, tais como o aparecimento e desaparecimento das estrelas no céu e o nascimento, crescimento, envelhecimento e morte dos seres vivos. A natureza não tem criador, pois ela mesma é o princípio do que surge e desaparece e não há nada fora da natureza. Já a terceira característica da natureza, baseada na filosofia grega, lembra a essência de cada ser singular. (BACKES et al., 2009,p.3)

Portanto, segundo Aristóteles apud Backes (2009), a questão da alma é vista como o “Physis” princípio da vida, das capacidades e qualidades específicas de cada ser vivo. Ao ser humano ainda foi atribuída a alma racional, o que lhe possibilita pensar e planejar as suas ações, além da competência de compreender cientificamente a natureza. E complementa *dizendo que os gregos tinham uma concepção de natureza relacionada à ordem imutável e que nenhuma ação humana poderia violar [...].* O “fazer técnico e o agir político estavam incluídos na ordem

imutável da natureza”. Aristóteles⁴ apud Backes (2009, p.3) Sendo assim, ao ser humano só foi permitido, nesse período, desvelar a natureza e contemplá-la.

1.2 IDADE MÉDIA

Na Idade Média (século V ao século XIV / XV) predomina a ordem teocêntrica e início da antropocêntrica. Diferente da concepção da Idade Antiga da natureza, que é cosmológica, na visão medieval a natureza é teocêntrica (ASSMANN, 2007). Surgem então, novos aspectos para a concepção de natureza, principalmente, por influência da tradição cristã, que concebe a natureza no âmbito da criação. Nessa cosmologia cristã existe um Criador, o qual não faz parte da natureza. Baseado nessa compreensão, Kesselring (1992 p. 23) comenta:

Por razões óbvias, acrescentou-se que quem atribui a cada ser a sua determinação individual, isto é, a sua “physis”, é Deus. Com isso alterou-se a imagem da natureza fora do homem, assim como a imagem da natureza dentro do homem. De um lado, a doutrina aristotélica, segundo a qual a possibilidade do homem aperfeiçoar-se submetendo à razão os seus impulsos e as suas paixões, foi ganhando fundamento cristão (KESSELRING, 1992, p.23).

De outro, a natureza inteira foi igualada ao âmbito da criação: nela se manifestam a bondade e a sabedoria divina (KESSELRING, 1992, p.23).

Na Idade Média, com a concepção judaico-cristã, a natureza passou a ser vista como terra que deve ser dominada. A esse respeito, Galimberti (2008) relata que em lugar da ordem cosmológica, imutável e a-histórica, assim como estabelecida pela cultura grega, a cultura judaico-cristã põe uma ordem antropocêntrica, na qual a natureza se transforma em puro material a ser usado fora de qualquer consideração ética.

Backes (2009) afirma que, *esse período pode ser caracterizado por uma nova ordem que coloca em jogo as regras estabelecidas pela ordem cosmológica*. E complementa:

Se por um lado, o homem foi inserido na natureza como um ser ativo, participativo, isto é, um ser que pensava em Deus como criador e, por isso, situava-se dentro da natureza por ter sido criado por Deus, por outro, sua relação com a natureza começa a assumir uma nova dimensão, ou seja, antropocêntrica, que começa a colocar o ser humano no centro da natureza, podendo usá-la e dominá-la. (BACKES, 2009, p. 5).

4 ARISTÓTELES. *Vida e obra*. São Paulo: Nova Cultural, 1987. 197p. apud, BACKES, 2009,p.3

1.3 IDADE MODERNA

Na Idade Moderna (século XIV/XVI a metade do século XIX) predomina as leis naturais - a natureza passa a ser objeto da ciência. Segundo Backes (2009), o pensamento cristão-medieval que continuou existindo na primeira fase dos tempos modernos desempenhou papel relativamente importante no surgimento das ciências naturais modernas, reforçado pela citação que se segue:

(...) Na Idade Média, pensava-se em Deus enquanto criador, cuja posição está fora da natureza e é anterior a ela. Esta concepção continua valendo na Idade Moderna. Porém, o próprio homem cujo lugar, na Idade Média, situava-se dentro da natureza (como esta, o homem foi criado por Deus), começou a assumir uma posição fora da natureza – uma posição quase divina. Ele abandona a sua “menoridade” e eleva-se, como dono da natureza, a seu dominador. A natureza torna-se objeto da ciência e de manipulação (KESSELRING, 1992, p. 27-28).

Referindo-se à Filosofia Moderna em que passa a predominar uma visão naturalista e a vida ativa, Assmann (2007) cita o período conhecido como Renascença, em que a Europa busca conquistar a América. Época em que ocorre a Reforma Protestante, com Lutero e Calvino; na qual se desenvolve a Ciência Moderna com Leonardo da Vinci, Bacon, Copérnico, Galileu e Kepler; em que é inaugurada a ciência política, com Maquiavel e Bodin; em que se rompe com o domínio ideológico da Igreja Romana, com Galileu e Giordano Bruno e em que ocorre também uma revolução artística, com Leonardo da Vinci, Michelangelo Buonarroti, Rafael e El Greco.

Backes (2009, p. 6) afirma que: “a natureza torna-se objeto de manipulação e subjugada ao desenvolvimento.”

1.4 IDADE CONTEMPORÂNEA

Na Idade contemporânea, metade do século XIX até a atualidade, observa-se a predominância de contradições e incertezas. Segundo Backes (2009 p. 6), “reforça-se o conceito de desordem com a ideia de que as concepções newtonianas⁵ são incapazes de compreender os fenômenos sociais e aqui se insere também o ambiente a partir de um enfoque multidimensional”.

5 Notação nossa: referente as contribuições do físico, reconhecido internacionalmente, Isaac Newton.

A física passou por várias revoluções conceituais que revelaram suas limitações. Entre elas, a visão mecanicista de mundo do século XX. Ou seja: o universo deixa de ser visto como uma máquina, composta de uma profusão de objetos distintos, para apresentar-se como um todo indivisível e integrado em uma rede de relações dinâmicas que incluem o observador humano e sua consciência de um modo essencial. Portanto, uma reflexão mais complexa e ecológica. A física na contemporaneidade, sinaliza para as outras ciências que o pensamento científico não tem que ser necessariamente reducionista e mecanicista, abrindo espaço, dessa forma, para a validação científica do pensamento complexo e ecológico. (MORIN; KERN, 2003; MORIN, 2005; CAPRA, 1982; 2005).

O pensamento complexo é aquilo que é tecido em conjunto, não está limitado à ciência. Segundo Morin (2005), esta nova forma de pensamento busca articular os diferentes saberes com a intencionalidade de apreender as variáveis múltiplas das relações, causalidades e interdependências entre os processos naturais e sociais. Vista dessa maneira, a percepção da natureza demanda um novo olhar na forma de utilizar o conhecimento acumulado. Aparece, então, o pensamento complexo tanto nas relações e interações sociais, como também na discussão científica. Nesse sentido, conceitos novos vão surgindo e sendo desenvolvidos, tais como ambientalismo, meio ambiente, educação ambiental, movimentos sociais, TICs entre outros. E novas abordagens aparecem, como por exemplo: as interdisciplinares e as transdisciplinares, que possibilitam o envolvimento de várias áreas do conhecimento e novos campos do saber.

2 - ANTECEDENTES: MOVIMENTOS SOCIOAMBIENTAIS E ESTRUTURAÇÃO DE MARCOS OFICIAIS

2.1- ORIGEM

A História se compõe de um conjunto de eventos localizados no tempo e no espaço, narrados a partir de diferentes perspectivas. No presente estudo, parte-se de fatos relacionados a movimentos ambientalistas, que ajudam a compreender os diferentes contextos vividos, para apresentar os marcos legais que subsidiam e norteiam a Educação Ambiental no Brasil.

O ambientalismo baseia-se na conservação e recuperação do meio ambiente, podendo, portanto, também ser chamado de conservacionismo. Ao longo da sua existência, tem caminhado em duas direções: uma política e outra científica. A primeira tem como bandeira a luta política, podendo ser moderado ou radical e a segunda, não deixando de considerar o ativismo valoriza essencialmente, os princípios científicos.

Cabe, no entanto, ressaltar que o ambientalismo não deve ser confundido com ecologia, que é o ramo da biologia que estuda as relações entre os seres vivos e o meio natural em que vivem ou de que dependem. Ou seja: é o estudo científico da distribuição e abundância dos seres vivos e das interações que determinam a sua distribuição. Estas interações podem ser entre seres vivos e/ou com o ambiente (ODUN, 1983). O termo *Ecologia* tem origem no "oikos", que significa casa, e "logos", estudo. Logo, por extensão seria o estudo da casa, ou, de forma mais genérica, do lugar onde se vive.

Ambientalismo é acima de tudo ação, campanha a favor do ambiente. Consiste em um heterogêneo feixe de correntes de pensamento e movimentos sociais que têm na defesa do meio ambiente sua principal preocupação, reivindicando medidas de proteção ambiental e sobretudo uma ampla mudança nos hábitos e valores da sociedade de modo a estabelecer um paradigma de vida sustentável. Ambientalismo, portanto, se refere a todas as formas de comportamento coletivo que, tanto em seus discursos como em suas práticas, colaboram para a melhoria do relacionamento entre o homem e seu ambiente natural, contrariando a lógica capitalista predominante. Enquanto que ecologia, do ponto de vista sociológico, se refere ao conjunto de crenças, teorias, e projetos que contemplam o gênero humano como parte de um ecossistema mais amplo, e visa manter o equilíbrio desse sistema em uma perspectiva dinâmica e evolucionária. (Castells, 2000).

Apesar de na Antiguidade ocidental existirem registros e preocupações no sentido de proteger a natureza, somente a partir de meados do século XVIII o ambientalismo começa a se fortalecer em decorrência do crescente interesse de estudiosos e ativistas pelos efeitos prejudiciais da ação humana sobre a natureza e os efeitos dessa ação sobre o próprio homem. Inaugura-se no referido período então, um processo de criação de parques naturais e de elaboração de legislações específicas.

Segundo Castells (2000, p.144-145), “a preservação da natureza, sob suas mais diversas formas, esteve presente na origem do movimento ambientalista nos Estados Unidos”. Assim como também em alguns países da Europa. O ambientalismo, entretanto, só emerge como uma tendência influente e como um campo de estudo específico a partir da constatação de que o modelo de desenvolvimento global em vigor, baseado numa perspectiva de crescimento contínuo e em uma visão de recursos naturais inesgotáveis, havia causado uma destruição ambiental sem precedentes na história da humanidade, que vinha pondo em risco a sobrevivência dos seres vivos.

Rapidamente o movimento ganha espaço nas grandes mídias e desde então, vem obtendo resultados importantes e atraindo uma enorme quantidade de outros campos do saber para o debate e desenvolvimento de pesquisas na área ambiental.

Esse movimento tem possibilitado uma elevação no nível de conscientização popular e de envolvimento acadêmico e institucional, mas tem, também, ocasionado, na mesma proporção, um crescimento dos questionamentos do atual modelo civilizatório. Muitos governos e organizações internacionais bem como, estudiosos da temática, reconhecem que os impactos negativos que a sociedade moderna tem acarretado ao meio ambiente são grandes e exigem intervenções urgentes, de forma a evitar consequências globais catastróficas se a tendência destrutiva continuar inalterada, especialmente quando se considera a velocidade do crescimento da população do mundo e sua crescente pressão sobre todos os recursos e sistemas naturais.

O movimento ambientalista multifacetado que surgiu a partir do final dos anos 60 na maior parte do mundo, principalmente nos Estados Unidos e norte da Europa, encontra-se, em grande medida, no cerne de uma reversão drástica das formas pelas quais pensamos na relação entre economia, sociedade e natureza, propiciando assim o desenvolvimento de uma nova cultura. (Castells, 2000, p. 142)

Dessa maneira pode-se afirmar que os movimentos sociais, ao serem avaliados nos diversos contextos históricos, considerando o impacto em valores culturais e instituições da sociedade, conquistaram posição de destaque no cenário da aventura humana, no último quarto deste século. O movimento ambientalista foi um desses. (Castells, 2000).

O período compreendido entre o pós-segunda guerra até o final da década de 70 foi o cenário perfeito para o desenvolvimento de grupos ambientalistas. Com o

advento do lançamento de duas bombas atômicas no Japão, passa a pairar sobre a população mundial uma ameaça de destruição nuclear que, conseqüentemente, favorece discussões e reflexões sobre questões ambientais.

Após a Segunda Guerra, as potências, EUA e a ex URSS, continuaram a disputar poder, o que as levam a uma corrida armamentista. Os avanços tecnológicos são impulsionados por uma corrida espacial e testes nucleares frequentes, que aumentam o medo de uma nova guerra entre as duas potências. É nesse cenário de “Guerra Fria” e intensa industrialização que as questões ambientais ganham maior visibilidade propiciando o fortalecimento dos grupos ambientalistas, junto com os movimentos da contracultura, como por exemplo: os movimentos pacifistas, hippies e feministas, entre outros. Esses grandes eventos são percussores das grandes Conferências que envolvem questões socioambientais, em especial as capitaneadas pela UNESCO, agência vinculada à ONU, criada em 1945, com o objetivo maior de mediar a paz mundial, mas que, gradativamente, foi sendo alargada e hoje incumbe-se de, também reduzir a pobreza, promover o desenvolvimento sustentável e o diálogo intercultural, por meio da educação, ciências e cultura, comunicação e informação.

Debruçar sobre a Educação Ambiental, entender seus pressupostos e inseri-la em contexto real, demanda um retorno no tempo para entender o seu surgimento. Para tanto, parte-se de marcos históricos que datam do século XVI até a atualidade, no mundo e no Brasil, para demonstrar o processo de consolidação desse campo do saber.

2.2 – TRAJETÓRIA

Desde a Antiguidade são observadas iniciativas que demonstram interesse pela natureza, bem como agressões a ela. Entretanto, são poucos os registros sobre medidas efetivas para a sua proteção. Historiadores relatam alguns casos como: leis para a proteção das margens dos rios e canais e o abate de matas na região da Babilônia, atual Iraque, assim como a delimitação de florestas, na região da Índia, que por serem consideradas sagradas eram protegidas.

Há indícios também, de que os etruscos, povos que viveram na região da atual Península Itálica praticavam o florestamento⁶ planejado e os egípcios puniam quem cortasse árvores sem a autorização do Estado e desenvolviam programas de reflorestamentos em terras degradadas e propriedades públicas às margens do rio Nilo e dos canais.

Segundo Murphy apud Backer (2011), os antigos gregos parecem ter dado pouco valor à natureza em si mesma, a não ser quando seu dano reverteu em prejuízo das pessoas. ARISTÓTELES apud DACANAL, J.H (2013, p.96) disse que “a natureza fez todas as coisas especificamente para o benefício humano”, mas seu mestre PLATÃO apud DACANAL, J.H.(2013,p.103) deixou um registro sobre o desmatamento que ocorria em seu tempo, dizendo que “o que hoje resta [de florestas] comparado com o que havia é como o esqueleto de um homem doente: toda a gordura e a carne tenra se foram, deixando apenas a moldura nua da terra”.

Os romanos, porém, já esboçavam alguma preocupação com o meio-ambiente. Puniam quem poluísse as fontes de água potável, havia restrições para o corte de florestas e para as queimadas, bem como outros mecanismos legais impediam que indústrias, como os curtumes e as fábricas de queijo, prejudicassem propriedades vizinhas com suas emissões de fumaça e resíduos líquidos. Isso contudo, não impediu o intenso desmatamento, que ocasionou uma redução significativa nas florestas locais. Outro fato que conta ponto negativo, é terem impactado a natureza para pura diversão. DIÃO CÁSSIO⁷ apud ANTIQUEIRA, M (2011, p.438) por exemplo, disse que “nos jogos inaugurais do Coliseu foram mortos nove mil animais de várias espécies”. Mesmo assim, suas conquistas ecológicas os notabilizaram especialmente no manejo das águas.

A literatura registra nesse período também ações de Giovanni di Pietro di Bernardone, mais conhecido como São Francisco de Assis, frade católico italiano, em defesa do mundo natural, incentivando os madeireiros a cortar as árvores de modo que elas pudessem renascer, e desejando que se criasse legislação para a proteção das aves, e o banimento do carvão pelo rei Eduardo I da Inglaterra em 1272, por causa da fumaça que emitia na queima. (BURNS,1989,p.527)

6 É a implantação de florestas em áreas que não eram florestadas naturalmente.

7 Os Livros LJI-LJIII da sua obra, a *História Romana*, descrevem o reinado de Nero. Apenas sobreviveram uns poucos fragmentos destes livros, e os que sobreviveram foram abreviados e alterados por João Xifilino, um monge bizantino do século XI.

A defesa da natureza e do homem pelo frei, impregnou a imaginação de toda a sociedade de sua época, e foi uma das forças propulsoras da Renascença. Período no qual ao contrário da concepção medieval, de que a natureza é puro e simplesmente um material disponível para ser usado fora de qualquer consideração ética, outras ideias importantes foram surgindo. Como por exemplo: a noção de que os recursos naturais são limitados, que a natureza está em um estado de constante transformação e que para um bom manejo dos recursos naturais eles devem ser estudados e compreendidos racionalmente. Concomitantemente, ocorre a priorização de um modelo de poesia pastoral cultivado pelos antigos, onde a natureza passou a ser novamente prestigiada como o cenário perfeito para uma vida simples, pura e harmoniosa, longe da sofisticação e dos tumultos da civilização.

Nesse período, também, consolidou-se uma tradição de paisagismo e jardinagem. A intenção era tornar os ambientes naturais mais belos e os ambientes humanizados, mais agradáveis. Artistas e filósofos importantes como Leonardo da Vinci, Maquiavel, Erasmo e Shakespeare, passam a conceber o mundo de forma holística, e para tanto, passam a defender uma integração mais equilibrada e respeitosa entre homem e natureza. Datam do início do século XVI as primeiras leis de proteção ambiental da cultura lusófona, com a proibição do abate de árvores frutíferas e da caça de perdizes, lebres e coelhos, incluídas nas Ordenações Manuelinas⁸ (BURNS,1989).

Esses processos vão sendo gradativamente iniciados, como resposta ao modelo predominantemente predatório no qual se estruturava a civilização, que acarretava grandes danos ao ambiente. Como, por exemplo, o da extração de corantes como poderá ser observado a seguir:

A arte da fiação e tecelagem chegou à Europa vinda da China e da Índia, onde já eram praticadas alguns milênios antes de Cristo. Com a arte da tecelagem, começou a se desenvolver também a tinturaria. Durante o Renascimento, a Europa precisava de quantidades crescentes de corantes naturais para satisfazer as necessidades de um comércio local cada vez mais ávido por roupagens coloridas. Sua origem distante e a preparação artesanal que exigiam faziam com que alguns destes corantes valessem mais do que o ouro. Foi naquela época que os europeus passaram a conhecer o azul de índigo, procedente da Índia. Com a descoberta do Novo Mundo, a Europa viu surgir novas fontes de corantes naturais. (Pinto, 1994, p.1))

8 As **Ordenações Manuelinas** são três diferentes sistemas de preceitos jurídicos que compilaram a totalidade da legislação portuguesa, de 1512 ou 1513 a 1605. Fizeram parte do esforço do rei Manuel I de Portugal para adequar a administração no Reino ao enorme crescimento do Império Português na era dos descobrimentos. Consideradas como o primeiro corpo legislativo impresso no país

Uma dessas fontes, vinha de uma árvore denominada pau-brasil, o que sem dúvida, provocou o primeiro grande impacto ambiental do Brasil durante o período colonial.

Uma matéria corante teve papel decisivo na colonização portuguesa. De início, os portugueses não se entusiasmaram muito com a terra que haviam descoberto. Imaginavam-na uma ilha, daí o primeiro nome Ilha de Vera Cruz. (...) Foi, principalmente, o tráfico de pau-brasil praticado pelos franceses que reacendeu o interesse dos portugueses pelas terras portuguesas.

Nos primeiros anos da colonização, o pau-brasil foi o produto de maior valor levado para a metrópole. Chamado em língua tupi, de ibirapitanga, palavra indígena que significa madeira ou árvore de cor vermelha, Este corante extraído de *Cesalpinia echinata*, foi muito usado tanto para tingir roupa, como para tinta de escrever, sendo extraído de *C. sappan* L., uma planta originária das ilhas orientais. Do cerne dessa madeira, já em 1128 se vendiam na Itália, dependendo da procedência as tintas de bressil, bassily, bresilzi ou bracilis. Foi introduzido, em 1221, na Espanha e, em 1243, na França. O lenho do pau-brasil encerra a brasilina que, ao ser extraída, sofre oxidação a brasileína, sendo esta o corante empregado. Até o final do século XIX só existiam os corantes naturais, quando William Perkin sintetizou, acidentalmente, a malveína, a partir da anilina (Pinto, 1995, p.609)

Portanto, essa árvore abundante no litoral brasileiro, foi explorada à exaustão desde que se descobriu que sua madeira produzia um belo corante vermelho, chamado pelos índios de ibirapitanga. E Pinto (1995) complementa:

Mesmo de qualidade inferior ao pau-de-tinta do Oriente (*Caesalpinia sappan* L.), o valor do pau-brasil era tão alto para o padrão de comércio da época que nos primeiros cem anos de colonização foram derrubadas 2 milhões de árvores de pau-brasil, isto é cerca de 50 por dia. Já por volta de 1558, os indígenas tinham de se afastar aproximadamente 20 Km da costa para encontrar a árvore. Se for imaginado que o pau-brasil era de incidência média nas baixadas costeiras, quatro árvores por hectare, cada uma com 50 cm de diâmetro, em ponto de cortar, foram varridos em 100 anos 6.000 Km² de Mata Atlântica. (Pinto, 1994, p.2)

Em decorrência disso, há registro de que em 1605 foi elaborada a primeira legislação conservacionista: O Regimento Pau-brasil. O mesmo é considerado como a primeira lei de proteção florestal do Brasil.

Com a chegada do iluminismo, século XVIII, o progresso nos estudos da história natural, buscava um conhecimento mais apurado da natureza com o objetivo

de torná-la mais útil ao homem. Medidas de preservação da natureza começaram a surgir tais como: criação de parques, áreas protegidas, normas para disposição do lixo urbano, emissões industriais, entre outras. Numa época em que a urbanização se acelerava na Europa e América, frequentar áreas verdes passa a ser uma necessidade para a qualidade de vida nas cidades, onde a poluição, a superpopulação e outros problemas ambientais já se faziam sentir.

Uma nova visão da natureza surge, em meados do século XIX, através da obra do naturalista britânico Charles Darwin. Este através da teoria da seleção natural, defendida no livro *Origem das Espécies*, chama a atenção dos estudiosos para a ocorrência do processo evolutivo. Sua teoria, inicialmente muito criticada, é considerada o paradigma central para a explicação de diversos fenômenos na biologia, o que provoca um novo direcionamento na maneira com que o homem se relaciona com o ambiente. Segundo Bocchi & Cerutti (1984), uma nova imagem do tempo, do decurso evolutivo, da história.

Em 1863, Thomas Huxley escrevia sobre as interdependências entre os seres humanos e os demais seres vivos no seu ensaio “Evidence as to Man's place in Nature”. Logo após, em 1864, George Perkins Marsh no seu livro “Man and Nature” apresentava um exame detalhado da ação do homem sobre os recursos naturais e chamava a atenção para as causas do declínio de civilizações antigas, acentuando que as civilizações modernas poderiam estar no mesmo caminho. É uma das primeiras obras a documentar os efeitos da ação humana sobre o meio ambiente e que ajudou a lançar o movimento de conservação moderno. Embora se alinhasse à opinião predominante de que a natureza deveria ser dominada pelo homem, criticou a maneira destrutiva como isso estava sendo feito. Por essa postura conciliadora, suas ideias não encontraram grande oposição e o livro, divulgado amplamente, desencadeou ações oficiais e populares de preservação, na época, em muitos países. Outro marco importante a considerar no século XIX, mais precisamente no ano de 1869, foi a utilização, pela primeira vez, do vocábulo “ecologia” para os estudos das relações entre os seres vivos e seu ambiente pelo cientista, darwinista alemão, Ernst Haeckel, (Odum, 1983, p.37)

Nesse período na Europa havia uma tendência para as críticas social, econômica e ambiental devido a transição do modelo de manufatura artesanal para a produção por máquinas. Essas resultantes da Revolução Industrial. Os

combustíveis fósseis, utilizados como fontes de energia para movimentação das máquinas, como no caso do carvão, aumentavam a poluição do ar. Da mesma forma, outros impactos no ambiente são observados, como por exemplo: resíduos e efluentes químicos liberados nas águas e no solo, bem como os resíduos sólido produzido a partir do aumento das concentrações populacionais nas cidades que abrigam esse novo modelo de produção. O meio ambiente dessa forma, sofria com a poluição e começava a demonstrar esgotamento de muitos de seus recursos. As Américas, também, começavam com um processo desenvolvimentista semelhante e um acelerado processo de ocupação das áreas ainda selvagens.

Esses e outros problemas inspiraram a criação das primeiras associações ambientalistas do mundo – a “Open Spaces Society”, na Inglaterra em 1865; a “Sierra Club”, fundado em San Francisco, EUA, em 1891, por John Audubon; ou ainda a “Wilderness Society” (Sociedade Amigos da Vida Selvagem).

Ao mesmo tempo, florescia o Transcendentalismo⁹, uma filosofia liberal que privilegiava a natureza em lugar da estrutura religiosa formal, a percepção individual em lugar do dogma e o instinto humano em lugar da convenção social. Uma filosofia cujos principais representantes norte-americanos eram os ensaístas Ralph Waldo Emerson e Henry David Thoreau, que defendiam a ideia de uma vida equilibrada e harmoniosa, associada ao conhecimento do homem e da natureza. Esta ideia ganhou muitos adeptos, em especial nos Estados Unidos, mas também na Europa, cujo o maior defensor foi John Ruskin, autor do polêmico “Unto This Last” que faz uma crítica social, econômica e ecológica da civilização industrial, e que teria influenciado a filosofia de Maratma Gandhi.

Como derivação romântica do Transcendentalismo e do Sublime, o paisagismo se renova na pintura e na literatura. Época marcada por nacionalismos apaixonados, como por exemplo o do poeta William Cullen Bryant que perguntava-se, em 1872, da razão de se viajar à Suíça, se os Estados Unidos tinham o cenário mais selvagem e bonito do mundo. Para ele, as florestas americanas eram o berço da nação. Dentre os “grupos de pintores que faziam parte desse movimento destaca-se os da

9 Filosofia desenvolvida após a guerra civil por um grupo de escritores americanos. Transcendentalistas acreditam em uma força sobrenatural chamada "Oversoul", que seria + ou _ " Além do espírito" Defendendo a ideia de que toda a energia se origina a partir do espírito e que a mesma retorna ao espírito, de maneira frequente, criando como um círculo . Um exemplo de pensamento Transcendentalista é expandir a mente através de uma ligação à natureza; sentido de aceitar a natureza como uma parte da energia universal, e também aceitar que o que poderia ser pensado como "natural"(ou em oposição direta à natureza), de fato vem da mesma energia. Não se considera esta uma religião, mas apenas uma perspectiva sobre a vida, com a intenção de expandir a mente e os mistérios de nossa existência.

Escola do Rio Hudson, que se caracterizava por um paisagismo épico e monumental das terras virgens norte-americanas” (PRADO, M., 2004, p.191)

Anos depois, em 1872, os Estados Unidos da América – USA, cria o primeiro parque nacional do mundo, o Parque Nacional de Yellowstone, localizado nos estados de Wyoming, Montana e Idaho.

No Brasil, a história registra no século XIX os seguintes eventos: Em 1808 a criação do Jardim Botânico no Rio de Janeiro; Em 1850 a promulgação da Lei 601 na qual Dom Pedro II proibiu a exploração florestal nas terras descobertas, mas que não foi respeitada pois continuou o desmatamento para implantação da monocultura de café; Em 1876, André Rebouças sugere a criação de parques nacionais na Ilha de Bananal e em Sete Quedas; Em 1891 é criada a reserva florestal no Acre através do Decreto 8.843, mas que ainda não foi implantada e, finalmente, em 1896 é criado o Parque da Cidade em São Paulo. Primeiro parque estadual do Brasil.(MMA, 2015).

No século XX, um marco importante na trajetória do ambientalismo acontece na Suíça. Funda-se, em 1948, “International Union for Conservation of Nature” -IUCN Sua sede está localizada em Gland, Suíça. Esta instituição reúne 84 nações, 112 agências de governo, 735 ONGs e milhares de especialistas e cientistas de 181 países, estando entre as principais organizações ambientais do mundo. A missão da IUCN é influenciar, encorajar e assistir sociedades em todo o mundo na conservação da integridade e biodiversidade da natureza, e assegurar que todo e qualquer uso dos recursos naturais seja equitativo e ecologicamente sustentável.

Ao mesmo tempo em que a sociedade se organizava em torno de questões que envolviam preocupações ambientais, como no caso da IUCN, ocorriam eventos em várias regiões do planeta que fortaleciam as iniciativas e organizações criadas em torno da temática. Um exemplo disso, foi o acidente de poluição do ar que ocorreu em Londres, em 1952, conhecido como “Big Smoke”¹⁰. Esse reforça o alerta sobre as questões ambientais, ao provocar a morte de muitos londrinos e deixar mais de cem mil doentes. O fenômeno foi considerado como um dos piores impactos ambientais ocorrido, e se deu em decorrência de uma frente fria que chegou a capital do Reino Unido, o que gerou a necessidade de uma maior queima de carvão para aquecimento. Em decorrência de fatores econômicos do pós-guerra, o carvão

10 Ver Environmental Health Perspectives Volume110,Number12,December2002:Guest Editorials:A Half Century Later:Recollections of the London Fog (David V.Bates.)

de melhor qualidade foi exportado, restando aos londrinos um carvão com alto teor de enxofre o que agravou a poluição, acentuada pelo processo de inversão térmica, causada pela densa massa de ar frio.

Logo após o “Big Smoke” de Londres, dois anos depois, ou seja: em 1954, Albert Schweitzer foi agraciado com o Prêmio Nobel da Paz por popularizar a ética ambiental. Iniciava-se em todo o mundo um movimento que objetivava reverenciar as coisas vivas, e questionava os estilos de desenvolvimento das sociedades. Isso demonstra o crescente interesse e reconhecimento da população mundial para a necessidade de aprofundar os conhecimentos sobre os desequilíbrios ambientais e os seus impactos sobre o planeta.

Na década de 60 uma significativa queda na qualidade de vida, em várias regiões do planeta, ocasionada por uma rápida degradação ambiental, intensifica pesquisas nessa área. Uma referência resultante desse processo e que inspirou movimentos ambientalistas em muitos países, foi o livro “Silent Spring” (Primavera Silenciosa) da jornalista e bióloga norte-americana Rachel Carson, publicado em 1962 e traduzido para o português em 1964. O livro de linguagem simples, direcionado para o grande público, trata de uma sequência de desastres ambientais, em diferentes partes do mundo, causados por falta de precaução dos setores industriais. O livro de Carson repercutiu significativamente junto à comunidade por apresentar uma compreensão mais generalizada e sistematizada das agressões que os seres humanos vinham provocando ao meio ambiente e as suas devastadoras consequências.

As ideias de Carson contribuem para a circulação intercoletiva de ideias, sendo utilizada por pessoas pertencentes a diferentes grupos, não ficando restrito aos cientistas. Também contribui para a tomada da consciência da complicação, isto é, quando as pessoas passam a perceber que a forma como elas se relacionam com o meio ambiente está provocando problemas, que afetam a saúde e a sobrevivência da vida na Terra. Ou seja, a consciência de vários e distintos coletivos sobre os problemas relativos ao ambiente, a relação que historicamente se estabeleceu e a incapacidade – complicação – de modificar a situação através dos conhecimentos e práticas históricas implementadas, contribuíram para uma mudança na forma dos seres humanos compreenderem e relacionarem-se com o ambiente.

A História da Vida sobre a Terra tem sido uma história de interação entre as coisas vivas e o seu meio ambiente. Em grande parte, a forma física e os hábitos da vegetação da Terra, bem como a sua vida animal, foram moldados pelo seu meio ambiente. Tomando-se em consideração a duração toda do tempo terrenal, o efeito oposto, em que a vida modifica, de fato, o seu meio ambiente, tem sido relativamente breve. Apenas dentro do momento de tempo representado pelo século presente é que uma espécie – o Homem – adquiriu capacidade significativa para alterar a natureza do seu mundo. (CARSON, 1964, p. 15).

Carson destaca, também, a interdependência que existe entre os sistemas vivos que compõem o universo, como pode ser observado a seguir:

(...) se é exato que a nossa vida, baseada na Agricultura, depende do solo, também é verdade que o solo depende de nossa vida, uma vez que as suas próprias origens e a manutenção da sua verdadeira natureza se encontram intimamente relacionadas às plantas e animais, que são seres vivos. Porque o solo é, em parte, uma criação da vida, oriundo de uma interação maravilhosa de vida e não-vida, desde infinitas idades passadas. (CARSON, 1964, p. 15).

De onde se pode concluir que a capacidade de destruição aumenta significativamente, com a contaminação do ar, da terra, dos rios e dos mares em decorrência da utilização de materiais danosos e até letais, que colocam em risco a sobrevivência do planeta. Observa-se aqui um aumento da consciência da complicação, quando os problemas colocados por Carson (1964), passam a ser discutidos por outros coletivos e a ser compartilhados, sinalizando, mais uma vez a necessidade de uma mudança na forma como os seres humanos se relacionam com o meio ambiente.

Em seu livro, Carson destaca a utilização dos inseticidas e pesticidas na agricultura, demonstrando os efeitos sobre a saúde humana e sobre o ambiente, e também, sobre o custo ambiental dessa contaminação para a sociedade, descrevendo ainda as consequências do uso indiscriminados dessas substâncias.

Cabe ressaltar que o deslocamento da questão dos agrotóxicos, antes restrita aos círculos acadêmicos e publicações técnicas, para o centro da arena pública foi, sem dúvida, o maior mérito de Rachel Carson, como pioneira na denúncia dos danos ambientais causados por tais produtos, principalmente os efeitos do dicloro-difenil-tricloroetano (DDT), a partir de resultados de pesquisas que vinham sendo desenvolvidas por pesquisadores norte-americanos.

Ao mesmo tempo em que descreve os problemas ambientais, Carson clama a população para posicionar-se perante a utilização dos inseticidas: “Será prudente, ou desejável, fazer uso de substâncias capazes de tão poderoso efeito sobre os processos fisiológicos, para o controle de insetos, principalmente quando as medidas de controle implicam na introdução de substâncias químicas diretamente no corpo da água?” (CARSON, 1964, p. 59).

O livro de Carson teve grande repercussão junto à população e aos órgãos governamentais, sendo publicado em 15 países, contribuindo para a circulação intercoletiva de ideias. Nos Estados Unidos, no primeiro ano de lançamento do livro, foram vendidos mais de meio milhão de cópias. “Mesmo acusado de ser impreciso conceitualmente e alarmista, ao abordar os efeitos sobre a saúde, levou a uma série de estudos oficiais e a um aumento de discussão pública sobre o ambiente. Ainda nos anos sessenta, doze das substâncias citadas no livro foram proibidas nos EUA” (LOUREIRO, 2006a, p. 26).

O livro se tornaria um clássico dos movimentos preservacionista, ambientalista e ecologista em todo o mundo, e provocaria uma grande inquietação internacional sobre o tema.

Segundo DIAS (1991, p.1) “Tais inquietações chegaram à ONU seis anos depois, quando a delegação da Suécia chamou a atenção da comunidade internacional para a crescente crise do ambiente humano”. Esta foi a primeira observação oficial sobre a necessidade de uma abordagem globalizante para a busca de soluções contra o agravamento dos problemas ambientais, que já estavam sendo discutidos em diferentes setores e espaços da sociedade civil, como pode ser observado a seguir:

Enquanto os governos não definiam claramente os caminhos do entendimento internacional, a sociedade civil começou a produzir respostas. Em março de 1965, educadores reunidos na Conferência de Keele, na Grã-Bretanha, concordavam que a dimensão ambiental deveria ser considerada imediatamente na escola, e deveria ser parte da educação de todos os cidadãos. Em 1969, foi fundada a Sociedade de Educação Ambiental no mesmo país. Iniciava-se o movimento em torno da Ecologia. Artistas, políticos e a imprensa europeia dedicavam espaços crescentes ao tema. Nomes como Frank Fraser Darling, Paul Ehrlich e René Dubos popularizaram o termo em todo o mundo.(DIAS, 1991, p. 2).

A expressão “environmental education” (EA) foi utilizada pela primeira vez em 1965, durante a Conferência em Educação na Universidade de Keele, na Grã-Bretanha. Segundo Dias (2000, p. 33), “nesse ano se aceita que a Educação Ambiental deva se tornar uma parte essencial da educação de todos os cidadãos e deixe de ser vista essencialmente como conservação ou ecologia aplicada, cujo veículo seria a biologia”. Ou seja, surgem elementos que indicam que os pesquisadores começam a tomar consciência da complexidade da problemática ambiental.

A expressão Educação Ambiental passa a ser amplamente difundida, nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, a partir de 1970. Nesse ano é publicado pela “National Audubon Society”, fundada em 1966, “A Place to Live” (Um lugar Para Viver). Esse, composto de um manual para os professores e outro para os alunos, orientando para a exploração dos vestígios da natureza nas cidades, torna-se um clássico em Educação Ambiental. O manual passa a se constituir como um elemento que contribui para a circulação de ideias e um suporte para incorporar a dimensão ambiental nas atividades curriculares, e torna-se um clássico na literatura sobre EA.

No mesmo ano que foi fundada a “National Audubon Society”, na Assembleia Geral da ONU é firmado o Pacto Internacional sobre os Direitos Humanos. Em 1968, durante a Conferência sobre Educação na Grã-Bretanha, recomenda-se fundar a “Society for environmental education”. Criado no mesmo ano de fundação da referida sociedade, o Clube de Roma, formado por um grupo de trinta especialistas de várias áreas (economistas, industriais, pedagogos, humanistas, etc.), liderados pelo industrial Arrilio Peccei, passa a se reunir em Roma, para discutir a crise atual e futura da humanidade.

A década de 70 escreve, com mais ênfase, a história do movimento ambientalista mundial, pois o Clube de Roma, publica em 1972, o relatório “The limits of growth” (Os Limites do Crescimento Econômico), elaborado pelo conjunto dos seus especialistas, predizendo como seria o futuro se não houvesse modificações ou ajustes nos modelos de desenvolvimento econômicos vigentes. Esse relatório foi apresentado, no mesmo ano, para a Conferência de Estocolmo na Suécia.

Conhecida como a primeira Cimeira da Terra, esta conferência reuniu representantes de 113 nações, cujo grande destaque foi o estabelecimento da

obrigatoriedade dos Estados em proceder um inventário das espécies de plantas e de animais selvagens que se encontravam à época em perigo de extinção no seu território.

A Conferência produziu orientações para os governos através da criação da Declaração sobre o Ambiente Humano, *que* estabeleceu um Plano de Ação Mundial e sinalizou para a elaboração de um programa internacional de EA com vistas a educar o cidadão. Destaca-se a recomendação nº 96 da Conferência pelo fato de apontar o reconhecimento de que a Educação Ambiental deveria ser o caminho a ser perseguido para auxiliar no combate à crise ambiental do mundo.

Enquanto isso, o Brasil do século XX vai contabilizando uma somatória de eventos isolados que acabam culminando na criação de uma secretaria voltada para ações referentes ao meio ambiente. Esses eventos foram: 1) Em 1920 o pau-brasil é considerado extinto; 2) Em 1932 é realizada a primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza, no Museu Nacional; 3) Em 1934 é assinado o Decreto 23793 que transforma em Lei o Anteprojeto de Código Florestal; Em 1937 é criado através do Decreto no.1.713, pelo então Presidente Getúlio Vargas, a partir da Estação Biológica do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, que havia sido criada em 1928, o Parque Nacional Itatiaia, primeiro parque do Brasil; 4) Em 1939 é criado o Parque Nacional do Iguaçu e vinte anos depois, em 1959, o Parque Nacional do Araguaia, criado em 1959. Ambos com suas criações recomendadas por André Rebouças quando se refere aos Parques Nacionais Sete Quedas e Ilha de Bananal, respectivamente, em 1876 (MMA, 2015).

Um marco relevante, ocorrido no governo do então presidente Jânio Quadros, foi a declaração, em 1961, de que a árvore pau-brasil e a flor do ipê passariam a ser símbolos nacionais. Outros marcos importante foram: a criação, dez anos depois, em 1971, no Rio Grande do Sul, da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural – AGAPAN e, em 1972, da campanha de reintrodução do pau-brasil considerado extinto em 1920, pela Universidade Federal de Pernambuco, que exemplificam mobilizações relevantes em várias regiões do país (MMA, 2015).

Apesar desses pequenos avanços, ao participar da Conferência de Estocolmo, em 1972, a Delegação Brasileira defende que o país estará “aberto a poluição, porque o que se precisa são de dólares, desenvolvimento e empregos”, e lidera os

países do Terceiro Mundo para não aceitar a Teoria do Crescimento Zero proposta pelo Clube de Roma.

Talvez, pela posição assumida na Conferencia, após Estocolmo houve muita pressão, interna e externa, para que o Brasil passasse a fazer a gestão ambiental de forma integrada. Sendo assim, como resposta ao compromisso brasileiro assumido junto à Conferência de Estocolmo, é criada a Secretaria do Meio Ambiente-SEMA em 1973, vinculada ao Ministério do Interior¹¹, que realizou, nos anos seguintes, todo um trabalho de elaboração e atualização dos marcos regulatórios da área ambiental no país.

O Relatório do Clube de Roma, apresentado na Conferencia de Estocolmo, contribuiu, portanto, para a circulação inter e intracoletiva de ideias no Brasil. O relatório apresenta modelos globais baseados nas técnicas pioneiras de análises de sistemas, projetados para predizer como seria o futuro se não houvesse modificações ou ajustamentos nos modelos adotados de desenvolvimento econômico. “O documento condenava a busca incessante do crescimento da economia a qualquer custo, e a meta de se torná-la cada vez maior, mais rica e poderosa, sem levar em conta o custo final desse crescimento”. (DIAS, 1991, p. 3).

Esse estudo assinala o início de uma tomada de consciência da complexidade da situação, ao afirmar que qualquer que seja a associação feita entre população, produção agrícola, recursos naturais, produção industrial e poluição, considerados como os cinco fatores básicos determinantes do crescimento, os resultados serão sempre assustadores, com uma profunda desestabilização da humanidade até o ano de 2100.

É fato a orientação positivista do corpo de cientistas envolvidos com o Clube de Roma, contudo, a gravidade do quadro apresentado mereceu a atenção de pessoas das diferentes posições políticas e ideológicas, posto que a ameaça, agora, era entendida e consensualmente vista como real. A crise energética (particularmente a do petróleo), a superpopulação e a poluição atmosférica nos países do norte, que comprometiam o processo de produção industrial, também serviram como motivadores da Conferência, em função de interesses dos países centrais, os maiores poluidores. (LOUREIRO, 2006b, p. 35).

11 Extinto pela Medida Provisória nº151 de 15 de março de 1990.

A classe política rejeitou as observações do relatório, mas o mesmo conseguiu alertar a humanidade sobre a problemática ambiental, sendo ainda hoje considerado uma referência para a EA.

O Relatório do Clube de Roma causou tanto impacto positivo que, após a Conferência de Estocolmo, a Unesco organiza um seminário internacional em Belgrado sobre Educação Ambiental em 1975. Com a participação de especialistas de 65 países, foi construído um documento norteador, com os princípios e as orientações para a elaboração, pela primeira vez, de um programa internacional de Educação Ambiental. Esse documento, chamado de Carta de Belgrado, é considerado um marco histórico para a evolução dos movimentos em torno da temática ambiental. A Carta declara que a meta da Educação Ambiental é: “desenvolver um cidadão consciente do ambiente total; preocupado com os problemas associados a esse ambiente, e que tenha o conhecimento, as atitudes, motivações, envolvimento e habilidades para trabalhar de forma individual às questões daí emergentes”(Carta de Belgrado,1975,p.1). Esse documento, chama atenção sobre condições socioambientais vivenciadas e faz o seguinte alerta:

Nossa geração tem testemunhado um crescimento econômico e um progresso tecnológico sem precedentes, os quais, ao tempo em que trouxeram benefícios para muitas pessoas, produziram também sérias consequências ambientais e sociais. As desigualdades entre pobres e ricos, nos países e entre países, estão crescendo, e há evidências de crescente deterioração do ambiente físico, numa escala mundial. Essas condições, embora primariamente causadas por um número relativamente pequenos de países, afetam toda a humanidade. (Carta de Belgrado,1975, p.1)

Com a Carta de Belgrado surge um novo conceito de desenvolvimento, que busca uma nova ética planetária, para satisfazer as necessidades e exigências de cada cidadão. A Carta destaca que a melhor forma de reverter o crescimento exponencial dos problemas vivenciados pela humanidade na contemporaneidade é a erradicação das causas básicas da pobreza, da fome, do analfabetismo, da poluição, da exploração e da dominação. Segundo esse documento:

Esse novo tipo de desenvolvimento exigirá também a redução máxima dos efeitos nocivos sobre o meio ambiente, o uso de resíduos para fins produtivos e o desenvolvimento de tecnologias que permitam alcançar estes objetivos. Sobretudo se exigirá a garantia de uma paz duradoura, através da

coexistência e da cooperação entre as nações que tenham sistemas sociais diferentes.(Carta de Belgrado,1975, p.1)

Dando seguimento às iniciativas para o fortalecimento e expansão da Educação Ambiental no mundo, a UNESCO em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA¹² realizou, em 1977, em Tbilisi na Georgia, uma conferência intergovernamental, para apreciar e discutir as propostas elaboradas nos encontros regionais e para precisar os elementos que constituem esse campo de saber. Na ocasião, foram definidos os objetivos, princípios e características que norteariam a Educação Ambiental em todo o planeta.

A referida conferência definiu o meio ambiente como: “o conjunto de sistemas naturais e sociais em que vive o homem e os demais organismos e de onde obtêm sua subsistência”(UNESCO/PNUMA,1978,p.19). Também definiu que a “EA deve envolver as pessoas de todas as idades e de todos os níveis, tanto no âmbito do ensino formal como do não formal” (UNESCO/PNUMA,1978,p.19). Para tanto orienta incluir tais discussões na temática dos processos formativos, com destaque para a formação dos especialistas e tomadores de decisões. Além disso, a ideia veiculada no documento, perpassa pela relevância de conclamar os meios de comunicação para participar e, portanto, contribuir na promoção da EA.

O evento de Tbilisi foi um marco importante para a Educação Ambiental e orientou a implantação de ações referentes à Educação Ambiental para serem desenvolvidas a nível mundial. Dez anos após, em 1987, a Conferência Internacional sobre Educação e Formação Ambiental realizada em Moscou se propõe a fazer um balanço ao que se refere as tais ações. Nesse encontro, especialistas de 94 países discutiram os progressos e dificuldades encontrados pelos países no desenvolvimento da Educação Ambiental desde a Conferência de Tbilisi e propuseram uma estratégia internacional para desenvolver e intensificar novas ações em matéria de educação e formação ambiental para a década de 90. A reunião de Moscou não só reafirma os objetivos e princípios orientadores propostos na Conferência de Tbilisi, considerados alicerces para o desenvolvimento da Educação Ambiental, como também assinala a importância e urgência em ampliar a pesquisa e a formação em Educação Ambiental.

12 Agência (inicialmente Programa) para o ambiente do sistema das Nações Unidas. Em 1972 foi criada com o objetivo de coordenar as ações internacionais de proteção ao meio ambiente e de promoção do desenvolvimento sustentável

Ao longo desse período em que eventos internacionais de abrangência global, passam a reunir representantes para discutir questões socioambientais e, mais especificamente, orientações para a Educação Ambiental, a Universidade de Brasília planeja e oferece em 1986 o primeiro curso de especialização em E A do Brasil. No referido curso formou-se, num período de dois anos, uma massa crítica nesse campo do saber. Esse curso representou a formação de pesquisadores que passaram a ter como objeto de estudo o meio ambiente, portanto com potencial para contribuir no desenvolvimento e difusão da EA no país.

Outro fato importante a registrar ocorreu um ano depois quando o Conselho Federal de Educação do Ministério da Educação aprovou, em 1987, o Parecer 226/87, do conselheiro Arnaldo Niskier, considerando a relevância e necessidade da inclusão da Educação Ambiental dentre os conteúdos a serem explorados nas propostas curriculares das escolas de 1º e de 2º graus, numa abordagem interdisciplinar, e este ganhou reforço quando a Portaria 678/91 do MEC estabeleceu que os sistemas de ensino, em todas as instâncias, níveis e modalidades, contemplassem, nos seus respectivos currículos, entre outros, os temas/conteúdos referentes à Educação Ambiental. (DIAS, 2000).

Desde a Conferência de Estocolmo organizada pela ONU, em 1972, que iniciaram-se as discussões sobre as bases da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), também conhecida como Conferência ECO-92 ou ainda Cúpula da Terra. Essa Conferência, realizada no Rio de Janeiro, a primeira de grande porte internacional realizada no Brasil, cuja temática central foi o desenvolvimento sustentável - questão que envolve desenvolvimento e suas implicações socioambientais, reuniu mais de 100 representantes de diversos países.

No contexto dessa segunda Cimeira da Terra, o relatório Brundtland¹³, publicado em 1987, aporta para as discussões, pela primeira vez sobre o conceito de desenvolvimento sustentável, que nesse documento é concebido como “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”.

Nessa Conferência nasce a Agenda 21 e são aprovadas vários

¹³ Relatório elaborado por uma comissão das Nações Unidas chefiada pela então primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, que atendendo ao pedido da ONU, coordenou a elaboração do documento, nomeado como *Our Common Future* (Nosso Futuro Comum).

encaminhamentos importantes: 1) Convenção sobre Alterações Climáticas, com destaque para a redução da emissão de dióxido de carbono, metano e outros gases, ou seja; redução de todos os gases responsáveis pelo efeito estufa e/ou pelo buraco na camada de ozônio; 2) Convenção sobre Diversidade Biológica (Declaração do Rio); 3) Declaração de Princípios sobre Florestas.

A Declaração do Ambiente e Desenvolvimento da Cimeira do Rio produziu princípios fundamentais focados em proteger o planeta dos perigos provocados por um crescente desenvolvimento econômico, que não considerava a necessidade de manutenção de um equilíbrio na utilização dos recursos não-renováveis.

O capítulo 36 do documento denominado Agenda 21, elaborado nessa Conferência, é dedicado a promoção da Educação Ambiental, cujos princípios norteadores são as recomendações da Conferência de Tbilisi, conforme destaca-se a seguir:

O ensino, inclusive o ensino formal, a consciência pública e o treinamento devem ser reconhecidos como um processo pelo qual os seres humanos e as sociedades podem desenvolver plenamente suas potencialidades. O ensino tem fundamental importância na promoção do desenvolvimento sustentável e para aumentar a capacidade do povo para abordar questões de meio ambiente e desenvolvimento. Ainda que o ensino básico sirva de fundamento para o ensino em matéria de ambiente e desenvolvimento, este último deve ser incorporado como parte essencial do aprendizado. Tanto o ensino formal como o informal são indispensáveis para modificar a atitude das pessoas, para que estas tenham capacidade de avaliar os problemas do desenvolvimento sustentável e abordá-los. O ensino é também fundamental para conferir consciência ambiental e ética, valores e atitudes, técnicas e comportamentos em consonância com o desenvolvimento sustentável e que favoreçam a participação pública efetiva nas tomadas de decisão. Para ser eficaz, o ensino sobre meio ambiente e desenvolvimento deve abordar a dinâmica do desenvolvimento do meio físico/biológico e do sócio-econômico e do desenvolvimento humano (que pode incluir o espiritual), deve integrar-se em todas as disciplinas e empregar métodos formais e informais e meios efetivos de comunicação. (Agenda 21 cap.36)

Para acompanhar os resultados dos acordos estabelecidos na Eco 92 foram realizados mais duas Conferências deste gênero no âmbito da ONU. Uma em Nova York no ano de 1997 e outra em Joanesburg, principal cidade da África do Sul, em 2002. Outro marco importante no mesmo ano da segunda conferência, é a Carta da Terra aprovada pelas Nações Unidas. A Carta é equivalente à Declaração Universal dos Direitos Humanos no que concerne à sustentabilidade, à equidade e à justiça

social. Um conjunto de princípios e valores fundamentais para orientar as pessoas, organizações, sociedades, Estados e países no que se refere ao desenvolvimento sustentável. Trata-se de um Código de Ética planetário. Aprovada pelas Nações, a Carta apoia-se na ecologia e em outras ciências contemporâneas, trazendo as contribuições das tradições religiosas e filosóficas do mundo, da literatura sobre ética global e do meio ambiente referenciando-se também na experiência de vida dos povos que vivem de maneira sustentada, nas declarações e nos tratados intergovernamentais e não-governamentais construídos coletivamente. Não obstante toda essa movimentação internacional, apesar da ECO 92 ter sido realizada no Rio de Janeiro, com grande representatividade e repercussão internacional, os cinco anos que se seguiram à Conferência, no que se refere a iniciativas no campo da EA no Brasil, não foram impactantes. Isso em parte porque a própria legislação ambiental demandava novos desenhos e suportes legais complementares, que rompessem e dessem maior agilidade para conter as agressões ambientais como pode ser constatado a seguir:

A chamada questão ambiental marca a história do País desde o período colonial. O nome Brasil resultou de uma visão mercantilista de exploração da árvore pau-brasil, que superou a ideologia religiosa e a designação de Santa Cruz. Os diversos ciclos econômicos foram, de certa forma, desastres ecológicos, pois a cada fase de intensa exploração e prosperidade seguiu-se outra de estagnação e decadência. De 1500 ao início do Século 20, podem ser encontradas quatro posturas diante da questão da natureza: a) o elogio retórico e laudatório do meio natural, indiferente e, por vezes, conivente com a realidade da devastação; b) o elogio da ação humana em sentido abstrato, distante das suas conseqüências destrutivas; c) a crítica da destruição da natureza, com proposta de modernização urbano-industrial; d) a crítica da destruição da natureza, com a busca de um modelo alternativo e autônomo de desenvolvimento nacional (BOEIRA,2007, p.30).

E Boeira (2007) complementa:

Desde 1930 até o momento atual, as duas primeiras posturas perderam força, enquanto as duas últimas tornaram-se interligadas, embora também tenham sido fragilizadas – nas duas últimas décadas – em face do contexto internacional e da dinâmica da globalização em suas dimensões econômica, política, cultural e ecológica. De 1930 até fins da década de 1970, a literatura especializada em políticas públicas considerou a noção de público como sinônimo de estatal. Neste período a política ambiental regulatória ou normativa – entendida como produção de Leis, órgãos estatais e iniciativas para implementação de Leis – tornou-se amplamente predominante em relação a políticas ambientais estruturadoras e indutoras (BOEIRA,2007, p.30).

Cabe lembrar que as políticas estruturadoras pressupõem a existência de ações do Estado e/ou da sociedade civil e que estas visam a defesa do meio ambiente.

Ainda segundo Boeira (2007, p.30) tais políticas se materializam por meio de “criação de Unidades de Conservação, financiamento de projetos e formulação de políticas a partir do marco regulatório. A estruturação ocorre à medida que a legislação se torna efetiva, legitimada pela sociedade.”

E Boeira (2007) complementa que diferente das políticas estruturantes, as políticas ambiental indutoras, no presente estudo exemplificada através do Projeto “*Salas Verdes*”, visam mudança de comportamento como pode ser observado a seguir:

Já a política ambiental indutora define-se como promoção de mudança de comportamento predatório e sua transformação em comportamento sustentável. Pressupõe formas de gestão participativa – aproximação e diálogo entre sociedade civil e órgãos estatais –, incluindo uso instrumental de políticas econômicas visando práticas ecológicas. A política indutora tem sua melhor expressão na educação ambiental. O modelo de administração pública vigente entre 1930 e o final da década de 1970 pode ser definido como estatocêntrico. A política ambiental regulatória pressupõe que o Estado é a única fonte do direito. Mas nesse período também foram definidas políticas estruturadoras, especialmente a partir da criação (em 1958), pelo Governo Federal, da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN), filiada à União Internacional para a Conservação da Natureza (organização fundada na Suíça, em 1947, combinando elementos intergovernamentais e não-governamentais). Na sociedade civil, a consciência ambiental limitava-se a uma elite na década de 1960. No Rio Grande do Sul, o funcionário público (agente de defesa florestal) Henrique Luís Roessler funda uma das primeiras ONGs, a União Protetora da Natureza (UPAN), em 1955, antecipando-se à iniciativa de José Lutzenberguer, que funda em 1971 (portanto, sob o regime militar), a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN). Entre 1930 e 1971 foram criadas 26 Unidades de Conservação, embora a fiscalização fosse praticamente nula (BOEIRA,2007, p.31)

A década de 1970 é marcada nas políticas ambientais pela repercussão da Conferência de Estocolmo, em 1972, mas na opinião pública brasileira o impacto é mínimo, comparado ao que ocorre na Europa Ocidental e na América do Norte. Segundo Boeira (2007) isso acontece devido ao governo ditatorial instalado no Brasil à época.

O Governo Militar brasileiro lidera na Conferência a luta contra o

ambientalismo mais radical, optando por atrair investimentos de indústrias, ainda que poluentes. A poluição é então vista como o preço do progresso e, a iniciativa da ONU é considerada imperialista. Mesmo assim, o Governo é induzido a criar, em 1973, a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA). Desde então, apesar do modelo estatocêntrico, a sociedade civil passa a tomar iniciativas locais, criando ONGs e estimulando a criação de agências estaduais de meio ambiente. No contexto internacional a política ambiental indutora tem na Conferência Intergovernamental sobre Educação para o Ambiente (Tbilisi, Geórgia, ex-URSS, 1977), suas diretrizes mais relevantes, que indicam claramente a metodologia interdisciplinar e a complexidade da Educação Ambiental (EA). (BOEIRA, 2007, p.30-31).

Tais contextos impulsionam as discussões em torno das questões socioambientais no país, o que remete a novas reflexões, com novos desdobramentos como pode ser observado a seguir :

A década de 1980 é um período no qual a literatura especializada em políticas públicas começa a perceber uma ampliação da noção do que seja público. Há uma transição da noção de público para a de interesse público, que inclui atuação de organizações não estatais, mas com fins públicos. Inúmeras iniciativas civis, com ou sem apoio da Igreja Católica, carregam a agenda política governamental com temas que extrapolam a tradição estatocêntrica e mesmo a democracia representativa, retomada durante a década. É o período da crise de paradigma do modelo de administração pública centralizado no Estado, na ação do poder executivo federal, e o início do que, na década de 1990, seria denominado de modelo sociocêntrico. (BOEIRA, 2007, p.30-31).

Cabe destacar que a década de 80 inicia-se com a promulgação da Lei 6.938¹⁴ de 31 de agosto de 1981, que institui a Política Nacional de Meio Ambiente - PNMA e que estabelece no seu Art 2º que a PNMA política tem por objetivo a “preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida”. Tal objetivo é reforçado ao complementar que o mesmo “visa assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana,(...)”. O que, posteriormente é reforçado quando a Constituição Federal de 1988, incorpora o conceito de desenvolvimento sustentável no Capítulo VI dedicado ao meio ambiente.

Esses dois marcos legais, marcam o início de um período de novas reflexões e fortalecimento de ações voltadas para as questões socioambientais no país, como pode ser observado a seguir:

¹⁴ Lei que teve por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana.

A década de 1990 representa o ápice e a transformação do que foi denominado por Eduardo Viola e por mim, em 1990, de “ambientalismo complexo-multissetorial”. Para a compreensão deste conceito cabe relacioná-lo a duas outras concepções, que emergem nas décadas de 1960 e 70: a) ambientalismo como grupo de interesse (predominante na literatura norte-americana), representa a forma mais convencional e instituída de ação em defesa do meio ambiente. O ambientalismo seria uma forma de atuação reformista, de pressão organizada sobre órgãos públicos, sem questionar os valores fundamentais da sociedade centrada no mercado e da democracia representativa; b) ambientalismo como novo movimento social, ou ecologismo (predominante na literatura européia), destaca as transformações da sociedade de mercado, a emergência do setor de serviços, dos bens intangíveis, do valor qualidade de vida, assim como a democracia participativa (que preserva as instituições de representatividade, mas agrega a estas novas instituições de democracia direta).

Para Boeira (2007, p.31) o conceito de “ambientalismo complexo-multissetorial” é definido a partir de uma leitura crítica das unilateralidades das duas concepções anteriores. O autor se refere ao conceito afirmando que:

É considerado não um movimento apenas social, mas também histórico e civilizatório, ou seja, antropossocial. Não destaca apenas as organizações ambientalistas que dispõem de recursos diretos para influenciar o sistema político, conforme a primeira perspectiva, nem destaca apenas o setor ideologicamente radical (organizações civis e grupos de base), conforme a segunda concepção. O “ambientalismo complexo-multissetorial” dá relevância ao conjunto das organizações civis e grupos comunitários, independentemente de suas ideologias particulares, e enfatiza a estrutura de rede que estas constituem com outros atores: outros movimentos sociais, empresariado, grupos de cientistas, agências governamentais e intergovernamentais, grupos de religiosos, de terapeutas, de educadores ambientais, de jornalistas ambientais, de assessores parlamentares, de grupos sensíveis à visão ecológica e ética do mundo em diversas organizações, embora quase sempre minoritários. BOEIRA,2007, p.32).

E complementa sua afirmação dizendo que:

O conceito de “ambientalismo complexo-multissetorial” também é produto de uma autocrítica de Eduardo Viola, que havia proposto, em 1987, os conceitos de “ecologismo realista”, de “ecocapitalismo”, de “ecofundamentalismo” e de “ecosocialismo”. Tais conceitos, a meu ver, buscavam formas de abstrair das experiências e das sensibilidades ambientais que emergiam – na década de 1980 – o que nelas havia de ideológico, de linear, ou seja, de sistemas de idéias auto-referentes. Com esta compreensão restritiva, Viola hierarquizava os quatro conceitos, destacando o de “ecologismo realista” como sendo o mais abrangente, crítico e elucidador. Já no caso do conceito de “ambientalismo complexo-multissetorial”, os componentes ideológicos da perspectiva perdem relevância diante da busca de articulação entre experiências e sensibilidades, visando evitar e criticar concepções restritivas,

ideológicas, sistemas de idéias auto-referentes. O novo conceito estava em sintonia com as recomendações da Conferência Sobre Meio Ambiente e Educação Ambiental, realizada em Tbilisi, capital da Geórgia, em 1977, pois partia de uma concepção interdisciplinar e complexa dos fenômenos socioambientais, não impondo abstrações e formalidades ideológicas sobre as vivências concretas. Assim, propunha-se um avanço teórico-epistemológico na compreensão do ambientalismo, uma mudança de paradigma, no rumo da complexidade. Aqui é preciso fazer uma digressão com base na história da ciência, considerando-se a obra do epistemólogo Edgar Morin, para quem há basicamente dois grandes paradigmas em disputa no âmago das ciências naturais e humanas: o paradigma disjuntor-reductor e o paradigma da complexidade. (BOEIRA,2007, p. 33).

Conforme sintetizado por BOEIRA (2007), o Brasil passa por transformações, ao longo das últimas décadas, na forma de enfrentar as questões ambientais. Tais transformações sejam elas de ordem conceitual e/ou estrutural e legal visam responder às convocatórias estabelecidas nos fóruns internacionais e as crescentes demandas internas, de uma massa crítica que começa a engrossar as fileiras de brasileiros que clamam por uma nova forma de relacionamento com o meio ambiente. Em 1997 é realizado o Fórum Rio+5, organizado pela ONU para avaliar os resultados da Conferência Rio-92 no qual, organizações não governamentais trocaram experiências sobre como traduzir o conceito de desenvolvimento sustentável em ações concretas. No mesmo ano, ainda, aconteceram mais dois fóruns avaliativos.

CAPÍTULO II - PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL E SUA DIMENSÃO PARTICIPATIVA

A educação ambiental, enquanto processo participativo, é identificada como o instrumento de revisão dos conceitos sobre o mundo e a vida em sociedade, conduzindo o ser humano e a coletividade na construção de novos valores sociais, na aquisição de conhecimentos, atitudes, competências e habilidades para a conquista e a manutenção do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (Regina Bezerra¹⁵).

Conhecer o percurso de institucionalização da Educação Ambiental no Brasil não só ajuda a mapear os contextos vividos até se chegar à configuração do seu atual desenho como, também, contribui para desenvolver a percepção da necessidade e relevância de sua efetiva inclusão nos processos formativos atuais.

Os primórdios do processo de institucionalização da Educação Ambiental brasileira se reporta à extinta Secretaria do Meio Ambiente - SEMA, criada em 1973, vinculada ao extinto Ministério do Interior que estabeleceu, como parte de suas atribuições, “o esclarecimento e a educação do povo brasileiro para o uso adequado dos recursos naturais, tendo em vista a conservação do meio ambiente”. Para tanto, foi responsável pela capacitação de recursos humanos e sensibilização inicial da sociedade para as questões ambientais.

A extinta Secretaria iniciou ainda, projetos de Educação Ambiental voltados para a inserção da temática ambiental nos currículos escolares dos antigos 1º e 2º graus, na região Norte do Brasil e realizou seis cursos de especialização em Educação Ambiental e cinco seminários sobre universidade e meio ambiente, além de estruturar uma rede de produção e circulação de materiais educativos, envolvendo diversas publicações e audiovisuais referentes à área ambiental. Paralelo aos encaminhamentos internos referentes a Educação Ambiental, os eventos internacionais continuavam acontecendo como foi o caso do Seminário de Educação Ambiental, realizado em Jammi, Finlândia, em 1974. Nesse evento a Educação Ambiental é reconhecida como educação integral e permanente.

Um passo importante dado também pelo SEMA, no sentido da institucionalização da Educação Ambiental foi: recomendar a inclusão da mesma, na Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA. O que foi acatado, no Art 2º,

15Jornalista ambiental <<http://www.eco21.com.br/textos/textos.asp?ID=741>>

princípio X, da Lei 6.938/1981 que instituiu a PNMA conforme se segue: “educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente”. Essa foi a primeira vez, que a Educação Ambiental apareceu na legislação brasileira de forma integrada e que, posteriormente, foi recepcionada na Constituição Federal de 1988, quando no Artº 225 § 1º, VI estabelece: “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”.

A Lei que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação no Art 6º estabeleceu que:

(...) os órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, bem como as fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, constituirão o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA (BRASIL, 2015).

O Decreto 99.272, de 06 de junho de 1990, que regulamenta a Lei nº 6.902/81¹⁶ e a Lei nº 6.938/81, estabeleceu no Art.11 que para atender ao suporte técnico e administrativo do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA¹⁷, a Secretaria-Executiva do Ministério do Meio Ambiente deverá: I-”solicitar colaboração, quando necessário, aos órgãos específicos singulares, ao Gabinete e às entidades vinculadas ao Ministério do Meio Ambiente”; II-”coordenar, por meio do Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente - SINIMA”, o intercâmbio de informações entre os órgãos integrantes do SISNAMA.

A atuação do SISNAMA se dará mediante articulação coordenada dos Órgãos e entidades que o constituem, observado o acesso da opinião pública às informações relativas as agressões ao meio ambiente e às ações de proteção ambiental, na forma estabelecida pelo CONAMA.

Cabe aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a regionalização das medidas emanadas do SISNAMA, elaborando normas e padrões supletivos e complementares.

Os Órgãos Seccionais prestarão informações sobre os seus planos de ação e programas em execução, consubstanciadas em relatórios anuais, que serão consolidados pelo Ministério do Meio Ambiente, em um relatório anual sobre a situação do meio ambiente no País, a ser publicado e submetido à consideração do CONAMA, em sua segunda reunião do ano subseqüente. (MMA,2015)

16 Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências

17 Órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente-SISNAMA

Em 1989, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA foi extinta e sua estrutura incorporada ao recém-criado Instituto Brasileiro Meio Ambiente - IBAMA através da Lei 7735/1989¹⁸. O referido Instituto, passa a ser o novo executor federal da Política Nacional de Meio Ambiente – PNMA. No mesmo período, é criado o Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA¹⁹ que através da Lei nº 7797/89, estabelece como uma das suas sete prioridades, a educação ambiental. Agente financiador da PNMA, esse fundo ambiental da América Latina, tem como objetivos centrais desenvolver projetos que visem o uso racional e sustentável de recursos naturais e possibilitar que diversas ações em Educação Ambiental, desenvolvidas pela sociedade civil e por instituições públicas, recebam aportes financeiros. Com o suporte financeiro do fundo, o IBAMA, através de suas superintendências, teve condições de implantar Núcleos de Educação Ambiental Estaduais, visando facilitar a operacionalização de ações educativas no processo de gestão ambiental a nível estadual.

Tais condições favorecem, a partir de 1992 a ideia de criação de uma Rede Brasileira de Educação Ambiental. Durante as discussões para a sua implantação, inicia-se o processo, também, de institucionalização de uma prática de comunicação e organização socioambiental em rede que acaba por intensificar a criação de Redes de Educação Ambiental Estaduais em vários estados do Brasil.

Com a definição de que a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – ECO 92, seria realizada no Brasil, é criada uma comissão interministerial para a sua preparação e a Educação Ambiental, então, é destacada enquanto instrumento da política ambiental brasileira. Sendo criada, naquele momento, duas instâncias no poder executivo: a primeira o Grupo de Trabalho de Educação Ambiental do MEC, que no ano seguinte se transformou na Coordenação Geral de Educação Ambiental – COEA/MEC e a segunda, a Divisão de Educação Ambiental do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA que representa um marco para a institucionalização da política de educação ambiental nacional – PNEA.

No contexto da ECO-92 surge um marco mundial importante para a educação

18 Dispõe sobre a extinção de órgão e de entidade autárquica e cria o IBAMA e dá outras providências.

19 Fundo de natureza contábil e financeira, e se destina a apoiar projetos em diferentes modalidades, que visem o uso racional e sustentável de recursos naturais, de acordo com as prioridades da política nacional do meio ambiente, incluindo a manutenção, a melhoria e a recuperação da qualidade ambiental.

ambiental: O Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Nesse documento, a Educação Ambiental é reconhecida como um processo dinâmico, que deve ser orientado por valores que visem a transformação social.

Além do tratado, durante a ECO-92 foi produzida a Carta Brasileira para Educação Ambiental, com a participação do MEC. Essa Carta reconhece ser a Educação Ambiental um dos instrumentos mais importantes para viabilizar o desenvolvimento sustentável como estratégia de sobrevivência do planeta. Reconhece também, que “a lentidão da produção de conhecimentos, a importação de tecnologias inadequadas e a formulação de políticas de desenvolvimento cada vez mais descomprometidas com a soberania nacional, consolidam um modelo educacional que não responde às necessidades do país” (Carta, 1992, p.1).

Ainda durante o ano de 1992 é criado, também, o Ministério de Meio Ambiente – MMA. Este passa a dividir com o IBAMA, que posteriormente, em 2007 transfere parte de suas funções para recém-criado Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO²⁰, a gestão da Política Nacional do Meio Ambiente. Em função dos compromissos internacionais assumidos com a Conferência Eco-92, o Brasil a partir de 1993, inicia uma discussão, na esfera legislativa com o Projeto de Lei nº 3792/93²¹, sobre a necessidade de uma Política Nacional de Educação Ambiental com a finalidade de interligar os Sistema de Meio Ambiente e de Educação. No ano seguinte, 1994, foi criado pela Presidência da República o Programa Nacional de Educação Ambiental – PRONEA. No que se refere as ações do sistema de ensino, o Programa fica sob a responsabilidade da Coordenação de Educação Ambiental do MEC e pelos setores correspondentes do MMA. As ações referentes à gestão ambiental ficam a cargo do IBAMA. Sempre de acordo com as respectivas competências.

O Programa Nacional de Educação Ambiental, coordenado pelos órgãos gestores da Política Nacional de Educação Ambiental tem, segundo o MMA (2015), “como eixo orientador a marca institucional do atual governo: Brasil, um País de todos”. Ainda segundo o MMA(2015), suas ações destinam-se a assegurar no âmbito educativo,: “a integração equilibrada das múltiplas dimensões da

20 Autarquia em regime especial, criada pela Lei 11.516/2007

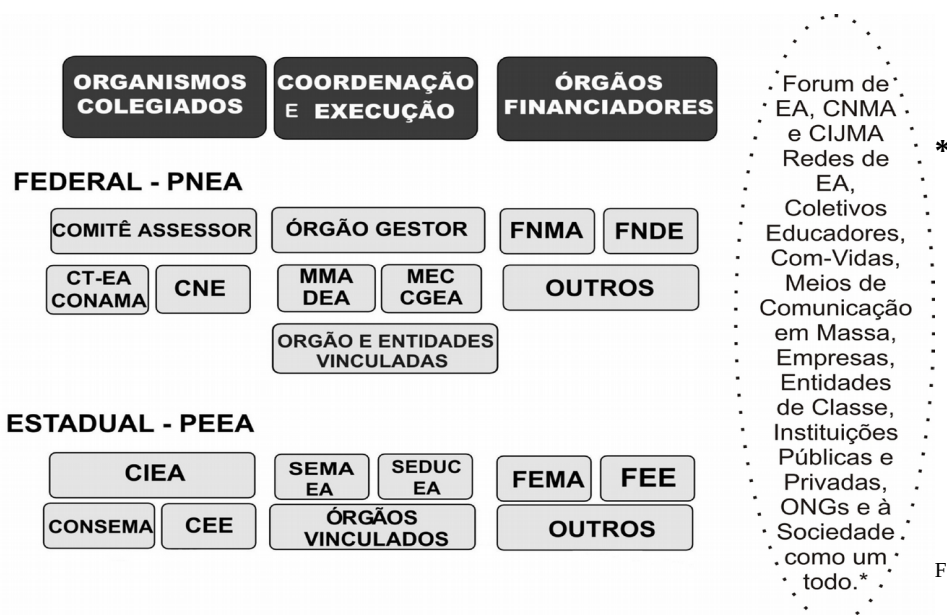
21 Lei que dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências.

sustentabilidade - ambiental, social, ética, cultural, econômica, espacial e política - ao desenvolvimento do País”. Visa com isso atingir melhores resultados no que se refere a qualidade de vida para toda a população brasileira, e para tanto estimula o envolvimento e participação social na proteção e conservação ambiental, na perspectiva da manutenção dessas condições ao longo prazo.

Sendo assim, o PRONEA tem como função central contribuir com a execução do plano traçado para levar a bom termo as questões que envolvem discussões socioambientais no país. Para tanto, assume também as quatro diretrizes do Ministério do Meio Ambiente: Transversalidade; Fortalecimento do SISNAMA²²; Sustentabilidade; Participação e controle social.

Nas representações que se seguem (diagrama e quadro), os entes e instâncias institucionalizadas por instrumentos jurídicos, e outros, ainda não institucionalizada do PNEA são apresentados distribuídos nas esferas federal, estadual e municipal. No diagrama, as organizações não formalizadas juridicamente, se encontram em um espaço paralelo, interagindo com o sistema estruturado ou agindo de forma independente.

Figura 1: Diagrama das esferas públicas responsáveis pelo meio - ambiente e EA no Brasil.



²² * O VIII Fórum Brasileiro de Educação Ambiental aconteceu de 3 a 6 de dezembro de 2014 sob a coordenação da Universidade Federal do Pará (UFPA). Contou como promotores a Rede Brasileira de Educação Ambiental (Rebea), Rede Paraense de Educação Ambiental (Rede Paea) e a Rede Carajás de Educadores Ambientais. Ver carta do Fórum em anexo, O IX, será em Santa Catarina, em 2017.

Quadro 1: Órgãos das esferas públicas responsáveis pelo meio - ambiente e EA no Brasil

FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL
COLEGIADOS		
<p>- Comitê Assessor do Órgão Gestor da PNEA – Órgão Consultivo e de Assessoramento</p> <p>- CT-EA CONAMA - Câmara Técnica de Educação Ambiental do CONAMA – Órgão Deliberativo (educação nas políticas ambientais / educação não-formal)</p>	<p>- CIEAS - Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental: sugerem a formulação de diretrizes, políticas e programas estaduais</p> <p>- CONSEMA-Conselho Estadual de Meio Ambiente: órgão deliberativo sobre educação ambiental não-formal</p> <p>- CEE - Conselho Estadual de Educação: órgão deliberativo sobre a Educação Ambiental nos sistemas de ensino</p> <p>Existem ainda outros conselhos com interface com a Educação Ambiental; as vezes com Câmaras técnicas específicas para esta área.</p>	<p>- CONDEMA - Conselho Municipal de Meio Ambiente</p> <p>- CME - Conselho Municipal de Educação</p> <p>- Outras comissões descentralizadas ou CIEAS municipais</p>
COORDENAÇÃO E EXECUÇÃO		
<p>- Órgão Gestor – Órgão de planejamento, coordenação, supervisão do sistema e controle da política nacional</p> <p>- MMA/DEA - Departamento de Educação Ambiental do MMA – órgão que compõe o Órgão Gestor</p> <p>- MEC/CGEA - Coordenação Geral de Educação Ambiental do MEC – órgão que compõe o Órgão Gestor</p>	<p>- SEMA - EA - Área de Educação Ambiental da Secretaria Estadual de Meio Ambiente: além de terem representação nas CIEAs, formula e executa a Política Estadual de Educação Ambiental na educação não-formal</p> <p>- SEDUC – EA - Área de Educação Ambiental da Secretaria Estadual de Educação: além de terem representação nas CIEAs, formula e executa a Política Estadual de Educação Ambiental na educação formal</p> <p>- NEAS - Núcleos de Educação Ambiental do IBAMA: vinculados à CGEAM/IBAMA (Coordenação Geral de Educação Ambiental), possuem atuação descentralizada de execução da educação ambiental nos estados.</p>	<p>- SMMA – EA - Área de Educação Ambiental da Secretaria Municipal de Meio Ambiente</p> <p>- SEMED – EA -Área de Educação Ambiental da Secretaria Municipal de Educação</p>
FINANCIAMENTO		
<p>- FNMA - Fundo Nacional de Meio Ambiente</p> <p>- FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação</p> <p>- Outros fundos Nacionais que tenham interface com Educação Ambiental</p>	<p>- FEMA - Fundo Estadual de Meio Ambiente</p> <p>- FEE - Fundo Estadual de Educação</p> <p>- Outros fundos Estaduais que tenham interface com Educação Ambiental</p>	<p>- FMMA - Fundo Municipal de Meio Ambiente</p> <p>- FME - Fundo Municipal de Educação</p> <p>- Outros fundos Municipais que tenham interface com Educação Ambiental</p>

Na atualidade, está em fase de discussão a instalação do Sistema Nacional de Educação Ambiental - SISNEA²³ que na proposta em curso, apresentada nos Fóruns de EA e outros espaços pertinentes, deverá ter o seguinte desenho:

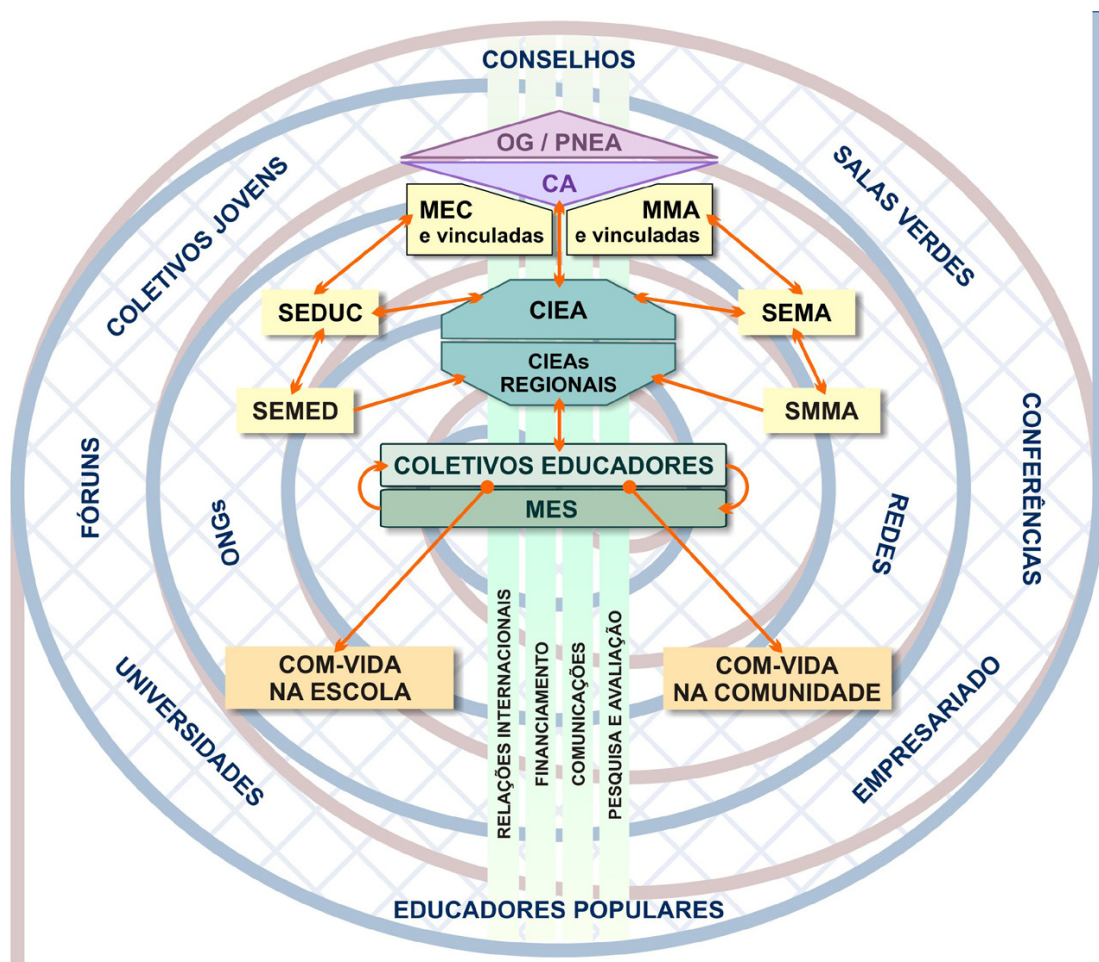


Figura 2: SISNEA - Sistema Nacional de Educação Ambiental

FONTE: DEA-MMA

A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), estabelecida pela Lei 9.795, de 27 de abril de 1999, e regulamentada pelo Decreto 4.281, de 25 de junho de 2002 não faz referência a estruturação de um Sistema Brasileiro de Educação Ambiental, conforme a justificativa que se segue:

²³ Ver cartilha 2007 disponibilizada no CD que compõe o portfólio.

(...) a política possui um formato de gestão minimamente estruturado, apresentando uma lógica que pode servir de base para uma proposta mais orgânica e participativa das competências político-administrativas e das atribuições formadoras dos entes, instituições e organizações que atuam no caminho da educação ambiental no país.

Um dos problemas percebidos é que essa lógica estruturadora da PNEA é frágil, marcada por sobreposições e lacunas que geram dificuldades para se potencializar a educação ambiental. Faltam a estas legislações dispositivos que confirmam as condições educativas, financeiras, jurídicas, políticas, institucionais e participativas nos âmbitos do governo e da sociedade para que possamos construir sociedades sustentáveis.

Além disso, é preciso considerar as alterações e evoluções ocorridas, nos últimos anos, com a gestão, com o modelo brasileiro de institucionalização da educação ambiental, com a conjuntura socioambiental planetária – que, entre outras coisas são hoje mais urgentes – e justificam a necessidade de um sistema condizente com este paradigma, espelhando e difundindo a radicalidade transformadora e formadora da educação ambiental.

O Sisnea se propõe a estruturar elementos do Programa (ProNEA) e da Política Nacional de Educação Ambiental de forma articulada e orgânica, ampliando a dimensão participativa e democrática, bem como facilitando a coordenação das múltiplas e mútuas relações da gestão e da formação da Educação Ambiental. Além das competências e atribuições dos entes de gestão governamental da PNEA, a idéia deste sistema também inclui outras organizações, que, promovem a formação, a comunicação em educação ambiental e participam da formulação de políticas públicas nas bases territoriais.

Em suma, a concepção de um Sisnea tem como objetivo a estruturação sistêmica da gestão da PNEA, com o fortalecimento de bases (políticas, legais, formadoras, financeiras...) que garantam o empoderamento e a atuação qualificada e transformadora de grupos e instituições, consolidando bases para suas estruturas participativas. (MMA, 2007)

Portanto, enquanto o Brasil caminhava para a institucionalização da educação ambiental em todo território nacional, inclusive iniciando as discussões sobre a implantação de um Sistema Nacional de Educação Ambiental, a Assembleia Geral das Nações Unidas, declarou o ano 2005 como o início da Década da Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável. Essa vinculação da educação ambiental subordinada a um desenvolvimento sustentável, é extremamente polemizada, pois a maior parte dos estudiosos da área de educação, seja ela ambiental ou não, não concordam em submetê-la as exigências do desenvolvimento seja ele sustentável ou não.

No que tange as ações previstas nas orientações estabelecidas pelo PNEA e PRONEA definidas como sendo da competência do MEC, é encaminhada em 2007 para apreciação, pelo Conselho Nacional de Educação - CNE, uma proposta para o estabelecimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Proposta essa, elaborada pela Coordenação-Geral de Educação Ambiental da

SECADI/MEC, a partir das contribuições colhidas, desde 2005, dos sistemas de ensino, da sociedade civil, de diferentes instâncias do MEC e de vários eventos.

A proposta do MEC é analisada pelo CNE e no ano de 2012, mesmo ano da realização da RIO+20²⁴, o voto da comissão foi favorável a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, na forma do Parecer CNE/CP nº14/2012 e do Projeto de Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012, do qual é parte integrante.

Da Resolução cabe destacar: a) do Capítulo I, Art.1º, o objetivo III; “orientar os cursos de formação de docentes para a Educação Básica”; b) o Art. 7º do Capítulo II explicita que em conformidade com a Lei nº 9.795, de 1999, reafirma que a Educação Ambiental “é componente integrante, essencial e permanente da Educação Nacional, devendo estar presente, de forma articulada, nos níveis e modalidades da Educação Básica e da Educação Superior, para isso devendo as instituições de ensino promovê-la integradamente nos seus projetos institucionais e pedagógicos”; c) Art. 10., Capítulo II “As instituições de Educação Superior devem promover sua gestão e suas ações de ensino, pesquisa e extensão orientadas pelos princípios e objetivos da Educação Ambiental”.

Os destaques são pertinentes, não só por reafirmar que Educação Ambiental é componente integrante da formação de nível superior, além da formação básica em todas modalidades e níveis, mas principalmente por estabelecer como um dos objetivos, que a EA deve orientar os cursos de formação de professores para a educação básica. Portanto é imprescindível que, principalmente, as Universidades caminhem a passos largos para atender o que estabelece a Resolução, não só pela questão legal, como também pela relevância e urgência, pois:

Aprender a complexidade ambiental implica um processo de desconstrução e reconstrução do pensamento; remete as suas origens, à compreensão de suas causas; a ver os “erros” da história que se arraigaram em certezas sobre o mundo com falsos fundamentos; a descobrir e reavivar o ser da complexidade que ficou no “esquecimento” [...]. (LEFF, 2003, p. 20).

Pelo exposto, é importante destacar a forte tendência dos diversos segmentos sociais em reconhecer a importância de se investir nos processos educativos como

²⁴ Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, cujo objetivo era discutir sobre a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável.

forma de enfrentar os desafios socioambientais postos na atualidade. Em consonância, vesse na EA uma ferramenta de enfrentamento de tais desafios, através de processos educativos e posições políticas adotadas. Sendo assim, independente do modelo adotado para explicar o atual estado de agressão à natureza e/ou qualidade de vida das sociedades contemporâneas, o processo educativo é apresentado como possibilidade de alteração desse quadro, isto é, como um agente eficaz de transformação. Portanto, é praticamente consensual a importância do desenvolvimento de trabalhos educativos, que se insiram na perspectiva socioambiental, mesmo correndo-se o risco de que, a contribuição do processo educativo para as mudanças almejadas sejam supervalorizadas tendo como consequência uma situação de idealização ou mistificação. No entanto, apesar disso, entende-se que o desenvolvimento de atividades dessa natureza é hoje uma exigência no sentido de que o processo educativo cumpra sua função social (KRASILCHIK, 1986; CARVALHO, 1989).

Nos últimos anos, são diversos os trabalhos que se desenvolvem sob a insígnia da EA, promovidos por escolas e outras instituições educacionais, e meios não formais de educação em geral, como é o caso tanto de organizações não governamentais como de órgãos governamentais.

A institucionalização da EA na Bahia, em especial no que evidencia e destaca a sua dimensão participativa inicia-se com a Secretaria Estadual do Meio Ambiente criada pela Lei nº 8.538, de 20 de dezembro de 2002.

A SEMA tem por finalidade assegurar a promoção do desenvolvimento sustentável do Estado da Bahia, formulando e implementando as políticas públicas voltadas para harmonizar a preservação, conservação e uso sustentável do meio ambiente, com respeito à diversidade étnico-racial-cultural e à justiça socioambiental no Estado. Entre suas competências destaca-se a promoção da integração da Política Estadual de Meio Ambiente com a Política Nacional de Meio Ambiente e com as Políticas Municipais de Meio Ambiente, estabelecendo mecanismos de compatibilização com os respectivos planos, programas e projetos setoriais (SEMA, 2016). Quatro anos após a criação da SEMA, a Lei nº 10.431 de 20 de dezembro de 2006, institui a Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia na qual o Art.1º afirma que a mesma visa assegurar o desenvolvimento sustentável e a manutenção do ambiente propício à vida, em todas

as suas formas, a ser implementada de forma descentralizada, integrada e participativa, indo ao encontro do que já estabelecia a Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA, desde 1981.

Do Art. 1º da Lei 10431 destaca-se a categoria participação para um maior aprofundamento teórico, pois as discussões sobre os dados e observações que serão apresentados no capítulo seguinte, terão esta categoria como eixo de sustentação. Mas, qual o significado de participação?

O termo “participação”, apesar de não ser novo, vem sendo ressignificado de acordo com o discurso que o incorpora. Em decorrência adquire diferentes conotações e sentidos, pois incorpora as intenções e práticas sociais ao qual se vincula. Dessa forma, seu significado engloba, além de um conceito, uma prática social. O conceito de participação vincula-se, também, aos diferentes contextos históricos e as forças sociais em presença, o que pode implicar em diferentes modos de inclusão ou de relação entre Estado e sociedade civil.

Ao analisar-se a década de 1970, observa-se que os fortes movimentos populares pela democratização do país exigiram a abertura de espaços de representação popular. Nesse contexto, o termo participação vinculou-se à ideia de cidadania e à pressão pela abertura de espaços de representação popular na esfera pública. Já na década de 80, esses movimentos centraram-se na consolidação e na conquista de novos espaços de participação na esfera do Estado. E foram fortalecidos pela Constituição Federal, de 1988, que apoiada no princípio da democracia participativa, passa a prevê o estabelecimento de conselhos de gestão nas diferentes esferas de atuação do Estado.

Cabe lembrar que a Constituição de 88, denominada de Carta Magna estabeleceu que: “todo poder emana do povo, que o exerce indiretamente, por representantes eleitos, ou diretamente nos termos desta Constituição”. Voltando um pouco na linha do tempo das constituições brasileiras, percebe – se que:

A atual Constituição Federal da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988, é fruto de um longo processo, iniciado com a independência do país, em 1822, e que teve importantes precedentes, no que se refere às normas voltadas a direcionar a organização do Estado e sua administração pública. Marcos importantes foram a Constituição de 1937, outorgada pela ditadura do Estado Novo, de caráter centralizante, mas modernizador; a Constituição de 1946, fruto da transição para a democracia

no Pós-Guerra, e a Constituição de 1967²⁵, emanada também em período autoritário. Em cada etapa, constata-se a preocupação do legislador constituinte em ampliar o caráter constitucional das normas relativas à Administração Pública e ao Serviço Público. No entanto, a Carta de 1988, a “Constituição Cidadã”, destaca-se por ser o resultado do processo de reconstrução da democracia no País, diretamente influenciada pelo clima político então vigente, e por refletir, na sua concepção, o fruto de um aprendizado histórico importante.(SANTOS, L., 1997p.1)

O clima político ao qual se refere a citação acima garantiu que um manifesto endossado por quatrocentas mil assinaturas, reivindicando maior participação popular fosse encaminhado e aceito pela Assembleia Constituinte, cuja proposta visava garantir lugar para as iniciativas populares no Regimento Interno Constituinte. Surge daí, portanto, a possibilidade de encaminhar emendas populares.

O manifesto foi uma experiência pioneira no campo da institucionalização da participação da sociedade no âmbito da política nacional. Como resultado dessa mobilização, que possibilitou os encaminhamentos das emendas populares, a sociedade pôde participar ativamente do processo de elaboração da atual Carta Magna, apresentando propostas ao texto constitucional. Entretanto, em discurso proferido quando da promulgação da Constituição de 1988, o constituinte Ulysses Guimarães – Presidente da Assembleia Nacional Constituinte, ressaltou que a participação popular na elaboração da atual Carta Magna não se deu somente por meio das emendas, mas também:

(...) pela presença, pois diariamente cerca de dez mil postulantes franquearam, livremente, as onze entradas do enorme complexo arquitetônico do Parlamento, na procura dos gabinetes, Comissões, galerias e salões. Há, portanto, representativo e oxigenado sopro de gente, de rua, de praça de favela, de fábrica, de trabalhadores, de cozinheiras, de menores carentes, de índios, de posseiros, de empresários, de estudantes, de aposentados, de servidores civis e militares, atestando a contemporaneidade e autenticidade social do texto que ora passa a vigorar. (trecho extraído de Discurso de Dr.Ulisses Guimarães em 05 de outubro de 1988).

Mais adiante, no mesmo discurso, o Dr Ulysses Guimarães destacou que a Constituição de 1988 alargou o exercício da democracia brasileira para além de

25 Complementação nossa: Era contra a ilegitimidade da Constituição de 1967 que se apresentava a defesa de uma nova Carta. Pretendia-se, com um novo texto constitucional, a superação da Constituição representativa dos ideais e valores da ditadura instituída.

representação definida pelo seu modelo político, ao inserir mecanismos de participação da sociedade, conforme pode ser constatado a seguir:

:

É o clarim da soberania popular e direta, tocando no umbral da Constituição, para ordenar o avanço no campo das necessidades sociais. O povo passou a ter a iniciativa de leis. Mais do que isso, o povo é o super legislador, habilitado a rejeitar pelo referendo projetos aprovados pelo parlamento. A vida pública brasileira será também fiscalizada pelos Cidadãos. Do presidente da República ao Prefeito, do Senador ao Vereador. A moral é o cerne da pátria. (Dr.Ulisses Guimarães, 1988).

Pelo exposto, fica evidente que a Constituição brasileira, promulgada em 1988, acabou absorvendo grande parte das reivindicações do movimento de Participação Popular na Constituinte²⁶, institucionalizando várias formas de participação da sociedade na vida do Estado. É conhecida como a Constituição Cidadã pelo fato de ter incluído mecanismos de participação da sociedade, entre outros avanços, nos processos decisórios a nível federal e local.

No tocante à participação direta, ROCHA (2008), destaca que Constituição introduz mecanismos como o referendo, o plebiscito e a iniciativa popular. E no que se refere à democracia participativa, estabelece os Conselhos Gestores de Políticas Públicas, nos níveis municipal, estadual e federal, com representação do Estado e da sociedade civil, indicando que as gestões das políticas de seguridade social, de educação, bem como de criança e adolescente deveriam ter caráter democrático e descentralizado. Rocha(2008) complementa que o dispositivo das emendas populares também foi utilizado nos processos de elaboração das constituições estaduais e das leis orgânicas dos municípios brasileiros, o que resultou na criação de conselhos municipais de gestão e controle de políticas públicas, constituídos por atores governamentais e não governamentais. Ainda segundo a autora,

A inscrição de espaços de participação da sociedade no arranjo constitucional das políticas sociais brasileiras apostou no potencial das

26 O marco inicial do chamado “processo constituinte” que levou à Carta de 1988 costuma ser localizado dois anos antes da instalação da ANC, mais especificamente a partir da eleição indireta, em janeiro de 1985, de Tancredo Neves para a Presidência da República, que em seu primeiro discurso como presidente eleito, reafirmaria a necessidade, no país, de uma nova Assembleia Nacional Constituinte, livre e soberana. A partir do compromisso expresso no discurso, da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, irromperam iniciativas para a criação de entidades sociais com a função específica de incentivar a participação da sociedade no processo. No Rio de Janeiro, um ponto alto dessa mobilização foi o lançamento, em 26 de janeiro de 1985, do Movimento Nacional pela Participação Popular na Constituinte, que reuniu cerca de 7 mil pessoas em Duque de Caxias, com a presença do bispo Dom Mauro Morelli, de Hermann de Assis Baeta, então presidente da OAB, e de Herbert de Souza, o Betinho, à época secretário-executivo do Ibase, entre tantos outros representantes de organizações sociais. O objetivo era fomentar a criação de núcleos pró-participação na Constituinte em vários municípios do país, o que acabou ocorrendo e determinando avanços na nova Constituição.

novas institucionalidades em mudar a cultura política do país, introduzindo novos valores democráticos e maior transparência e controle social na atuação do Estado no tocante às políticas sociais. A Constituição brasileira estabeleceu sistemas de gestão democrática em vários campos de atuação da Administração Pública, tais como: o planejamento participativo, mediante a cooperação das associações representativas no planejamento municipal, como preceito a ser observado pelos municípios (Art. 29, XII); a gestão democrática do ensino público na área da educação (Art. 206, VI); a gestão administrativa da Seguridade Social, com a participação quadripartite de governos, trabalhadores, empresários e aposentados (art.114,VI), e a proteção dos direitos da criança e do adolescente.(ROCHA, E., p.136)

Ao continuar localizando o termo participação no processo histórico, verifica-se que na década de 90, há uma ascensão da ideia de participação vinculada, em nível da esfera estatal, a uma nova concepção de gestão do Estado ou seja: governança, “empowerment” , poder local, “accountability” , etc., são alguns termos que começam a aparecer associados a essa concepção. Observa-se o estabelecimento de novas relações entre o Estado e a sociedade civil. Novos formatos institucionais de participação são delineados. Nesse novo contexto, proliferam as organizações não-governamentais, o chamado Terceiro Setor. Ocorrem experiências sociais diversas, de cunho mais ou menos popular, que inauguram diferentes dispositivos de participação da sociedade civil, na elaboração, execução ou avaliação das políticas públicas.

Enfim, pelo exposto pode-se perceber que participação, nos termos dos movimentos políticos, esteve sempre vinculada à ideia de partilhamento de poder, que por sua vez, foi mais ou menos efetivo, dependendo da correlação de forças presentes em cada momento histórico.

Na atualidade, após quase trinta anos dos avanços inseridos na Constituição em vigor, observa-se que a maior parte das políticas sociais brasileiras nas áreas de saúde, educação, cultura, entre outros, instituíram espaços de participação social, denominados conselhos, que se configuram como órgãos administrativos colegiados com representantes da sociedade civil e do poder público. Configurações similares podem ser observadas na proposta do SISNEA, com discussão em curso, como já referido anteriormente.

Muitos dos espaços constantes no diagrama passaram a promover conferências nacionais, consideradas como espaços mais amplos de participação,

nos quais os representantes do poder público e da sociedade se encontram para discutir e apresentar propostas para o fortalecimento e a adequação de políticas públicas específicas. Entretanto, apesar de o desenho favorecer e de certa forma garantir uma ampla participação, o SISNEA, assim como outros sistemas pode ressentir-se da ausência de uma participação ampla e qualificada. No que se refere a questões socioambientais, o relato intitulado Debatendo os 10 anos de PNEA e o SISNEA - Apresentação Bahia, de uma representante da ONG baiana Gambá, no VI Fórum Brasileiro de Educação Ambiental, evento em âmbito nacional, que aconteceu de 22 a 25 de julho de 2009, no campus da Praia Vermelha, da UFRJ, ilustra bem isso, como pode ser constatado nos trechos comentados que se seguem.

Segundo Cintra (2010,p.111), autora do relato, na Bahia, “a implantação da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) foi acompanhada por diversas instituições governamentais e não governamentais que, em nome da PNEA, desencadearam ações práticas”. E complementa tal ideia afirmando que a PNEA foi o lastro que respaldou o desenvolvimento de iniciativas de EA no Estado com “avanços na disseminação dos princípios norteadores da referida Política, destacando entretanto, que tais avanços ainda eram considerados tímidos para a capilarização que pretendiam atingir”. (CINTRA,M.,2010 p.112). Cabe portanto perguntar: Como essa capilarização pode ser ampliada?

Em seguida Cintra (2009), autora do relato, apresenta as principais ações²⁷ de EA desenvolvidas na Bahia a partir PNEA, bem como outras que surgiram como desdobramentos decorrentes das primeiras. Entre as ações listadas a autora faz referência a: “surgiram em torno de 20 Salas Verdes, espalhadas pelo Estado” e que as mesmas desenvolviam “atividades de EA para a comunidade”. Mais algumas perguntas podem ser elaboradas. O que são *Salas Verdes*? Elas contribuem para a capilarização? Se sim, de que forma? O quantitativo de 20 *Salas Verdes* era suficiente à época, mas e hoje? Este quantitativo deve ser aumentado? A presença da UNEB nos Territórios de Identidade é estratégica para esse aumento? Aporta algum diferencial para a instalação de novas *Salas Verdes* no Estado?

Em seguida a representante da ONG Gambá passa a relatar algumas limitações da PNEA e fornece algumas sugestões para mudar a situação. Entre estas destacamos: 1) “Estimular a criação e o fortalecimento dos Coletivos

27 O relato encontra-se disponibilizado, na sua íntegra, nos anexos do presente documento.

Educadores e Salas Verdes, mas com estruturas de apoio garantidas pelos órgãos públicos; 2) "(...) estudos sobre as maneiras de diminuir a distância entre o que se decide coletivamente e o que se implementa de fato nos órgãos executivos". Os itens recortados do relato vão ao encontro das questões levantadas anteriormente e do que pretende-se constatar ao final do presente estudo, no qual privilegia-se a estrutura física e acadêmica da UNEB como uma possibilidade de, uma instituição pública, para abrigar *Salas Verdes*, bem como, entre outras iniciativas, desenvolver estudos e ações para diminuir a distância entre o que se decide coletivamente e o que se implementa de fato nos órgãos executivos, como elencado nas proposições da relatora.

O relato faz referência, também, à criação em 2004 da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental da Bahia (CIEA-BA), numa discussão participativa, incluindo diversos segmentos.

Cabe esclarecer que a Comissão era e se mantém deliberativa na atualidade, tem uma coordenação colegiada – Secretarias responsáveis pelo meio ambiente - , Secretaria de Educação - SEC e representante da Sociedade Civil. Foi essa Comissão que elaborou a minuta do Projeto de Lei de Educação Ambiental da Bahia (PLEA-BA), a partir das discussões nas suas Câmaras Técnicas, de 2005 a 2007. Minuta que foi submetida à Consulta Pública nas unidades de planejamento do Estado – os iniciais 26, atualmente 27, Territórios de Identidade da BA – no período de novembro de 2008 a maio de 2009, em seminários que discutiram, inclusive, linhas de ação e estratégias de EA prioritárias para cada um dos Territórios.

Para finalizar os recortes do relato, deseja-se destacar, também, que em um dado momento a autora lança as seguintes questões:“(…), como garantir que tudo isso tenha continuidade?(…) Chegue a todas as localidades do Estado? Que os recursos conquistados não sejam devolvidos? Como ter certeza que o PLEA-BA vai “pegar” e ser o instrumento que necessitamos? Um dos caminhos possíveis para tentar responder a estas questões pode ser o que se está tentando delinear no presente estudo.

Como reforço as discussões estabelecidas com o relato citado, trazemos uma experiência vivenciada pela Universidade do Estado da Bahia através de parcerias estabelecidas para a realização de algumas ações com a ONG, Centro de Educação

Ambiental São Bartolomeu – CEASB²⁸. A referida ONG firmou contrato com instituições federais para a execução do “Projeto Alvorada”, estabelecido pelo Decreto no 3.769/2001, cujo o objetivo era elevar a qualidade de vida da população e reduzir as desigualdades sociais, proporcionando a cada cidadão oportunidades de trabalho e acesso aos bens e serviços, nas microrregiões e municípios que apresentassem IDH menor ou igual a 0,500. Infelizmente a participação da UNEB, na experiência citada, bem como em outras, tem sido pontual. Impactando muito pouco, com ampliação e qualificação da população para participar de fato das discussões e ações socioambientais.

Para tanto, torna-se necessário uma maior compreensão do que significa participação. Termo muito presente nas referências citadas até o presente momento.

A origem etimológica de participação encontra-se em “participatio”, do latim, que significa ter parte na ação. Gandin (2000) chama a atenção para a ascensão do discurso da participação e sua generalização, destacando três aspectos preocupantes: 1) pode servir de manipulação das pessoas pelas “autoridades”, através de um simulacro de participação; 2) a utilização de metodologias participativas inadequadas pode levar a um desgaste das ideias e 3) desgaste dos próprios processos participativos.

Como base nessa análise, Gandin (2000) ressalta os diferentes níveis em que a participação pode ser exercida: 1) Participação como colaboração, que, segundo o autor, é o nível mais frequente. As pessoas são chamadas a contribuir, porém a decisão já foi tomada por uma “autoridade”; 2) Participação como decisão: nesse nível, a participação vai além da colaboração, manifestando uma aparência mais democrática. Todavia, em geral são decididos aspectos menores, pouco relacionados com uma proposta mais ampla; 3) Participação como construção: que ainda segundo o autor, na prática é pouco frequente e se refere a uma construção conjunta das pessoas. Segundo Gandim (2000 p. 28), “há partilhamento de poder, assentando-se na ideia de igualdade entre as pessoas. Cada um, com seu saber próprio, com suas expectativas, suas crenças, seus ideais, convergem para a construção de uma proposta comum”.

Admitindo-se que a participação como construção é a forma mais democrática,

28 A ong CEASB junto a ong Kirimurê e com participação da UNEB, receberam o prêmio FERFA de Meio Ambiente do Governo da Bahia por sua atuação, em 2002, em defesa do Rio S. Francisco com o Projeto A Bacia que Queremos.

concebe-se participação como um processo no qual as pessoas ao se conscientizarem que são sujeitos políticos e que, portanto, possuem direitos que devem ser exercidos na direção de uma cidadania plena, se preparam teoricamente, para descobrir possibilidades e mecanismos que contribuam com processos de mudanças e conquistas. Ou seja, os benefícios do direito à participação está diretamente relacionado a um poder conquistado, a uma consciência adquirida e, finalmente, ao lugar onde se exerce e ao poder atribuído a esta participação. “A participação é requisito de realização do próprio ser humano e para seu desenvolvimento social requer participação nas definições e decisões da vida social”. (SOUZA, 2004, p. 83). Ou seja: o acesso a direitos sinalizam para a necessidade de superar a crença de que participação política é apenas votar, pois demanda uma tomada de consciência de que é preciso cobrar atuação e que um país melhor é construído e reconstruído, se não pela mobilização de todos, pela de muitos.

Portanto, é responsabilidade dos governantes buscarem o bem comum, porém é indispensável a participação concreta da população na construção coletiva de políticas que garantam direitos estabelecidos e acesso a mecanismos institucionais de participação, de representação e de criação de órgãos com esta finalidade, ou seja, que elaborem, deliberem e coloquem em práticas políticas públicas que contribuam para ampliar a participação da sociedade nos processos decisórios que afetam suas comunidades.

Uma universidade pública com o modelo e perfil da UNEB, imbuída de espírito crítico e dialógico pode construir caminhos, a partir dos múltiplos olhares da sua comunidade acadêmica, de inovações democráticas que podem ser introduzidas nas formas de produção e difusão de saberes. Formas sensíveis a localização dos campi em seus territórios, com histórias, culturas e pertencimento, mas consciente dos seus compromissos sociais. Ou seja: Uma universidade que pode e deve ser um dos palcos de acontecimentos que possibilitem processos de emancipação da sociedade baiana e a prepare para exercer a participação como construção. No que se refere as questões socioambientais, o Projeto Salas Verdes pode ser um destes espaços de acontecimentos.

CAPITULO III - A UNEB COMO CATALIZADORA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE DO ESTADO DA BAHIA

O território é o chão e mais a população, isto é uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre as quais ele influí. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que está falando em território usado, utilizado por uma população. (SANTOS, M.2003, 174p).

O território brasileiro ao longo das décadas passou por diversos processos de regionalização. A maioria dessas divisões regionais tinha como objetivo diminuir as desigualdades no país, através de políticas públicas associadas ao capital privado, tendo a indústria como base para o almejado crescimento econômico. As primeiras divisões regionais datam do início do século XX, sendo que grande parte das propostas de regionalização apresentava um caráter setorial e sua escala de abrangência geralmente remetia às grandes regiões.

No período de 1969 a 1973 o país vivenciou o denominado *Milagre Brasileiro*. Nesse período ocorreu grande entrada de capital estrangeiro. No entanto, esse fenômeno se concentrou na região Sudeste do Brasil devido, entre outros fatores, ao pioneirismo dos cafeicultores no desenvolvimento da industrialização naquela região. Para minimizar os desequilíbrios regionais provocados por esse processo, começaram a ser implantadas políticas de planejamento territorial.

Em uma dessas tentativas, o Nordeste foi dividido em Zonas Geoeconômicas: Litoral, Agreste, Semiárida, Meio Norte e Sertão, mas que seguiu a mesma lógica segregacionista do planejamento nacional, que priorizou algumas regiões em detrimento de outras contribuindo, dessa forma, para o aprofundamento das desigualdades regionais endógenas, pois, enquanto algumas regiões se desenvolviam outras áreas careciam de infraestrutura e investimentos público e privados.

Objetivando, portanto, minimizar as disparidades regionais, o governo brasileiro promoveu a descentralização, incentivando a desconcentração industrial, a partir da criação de superintendências, como por exemplo, a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. Implantada na década de 1970, essa

superintendência tinha seus objetivos direcionados para aspectos socioeconômicos. Entretanto, ao longo de sua atuação foi concentrando-se na promoção de ações vinculadas a atividade industrial.

É importante ressaltar que,

[...] no intervalo democrático que transcorreu entre 1946 e 1964, ocorreu a reação política dos estados ao centralismo do governo federal o que propiciou o surgimento do planejamento regional, notadamente na Bahia, que foi pioneira nacional nesta área (CAMPOS, 2010. p.74).

Dessa maneira, pode-se perceber que a insatisfação dos Estados junto ao governo federal começava a ganhar espaço. Isso passa a ser decisivo para que o planejamento regional a nível estadual, se desvincule do planejamento nacional. Esse novo paradigma que emerge é justificado por Campos (2010. p.75): “As reivindicações regionalistas que levaram as políticas de planejamento para os níveis estaduais, perdendo assim a interação com o governo federal, faz surgir a crise do planejamento no Brasil”.

Para SILVA & SILVA (2003),

A crise do planejamento federal relacionado com a questão regional coloca, em síntese, um grave problema que é o da ausência de uma perspectiva integrada em nível nacional que dê prioridade aos problemas regionais brasileiros, justamente em um país de dimensões continentais e com problemas econômicos e sociais. (SILVA & SILVA, 2003, p.57)

Diante da falta de integração com as políticas nacionais, a Bahia vai emergir como um dos primeiros estados a promover a sua política de planejamento territorial. Para isso, vão sendo adotadas diferentes regionalizações que culminaram nos atuais territórios de identidade.

Uma regionalização importante adotada pela Bahia, ocorreu a partir da reforma administrativa, Lei nº 2321 de 1996, que dividiu o Estado em vinte e uma regiões administrativas, que segundo CAMPOS (2010) são conceituadas como sendo espaços:

[...] contínuo definido em função da cobertura da atuação do governo sobre o território, tendo como uma sede urbana que concentraria as agências e órgãos de atendimento nas diversas áreas de atuação governamental (educação, saúde, fisco, trânsito, segurança pública etc)(CAMPOS, 2010. p.119).

Essa divisão evidenciou a atuação do Estado enquanto gestor do território, distribuindo os aparelhos estatais indispensáveis para a formação de novos pontos de influência, inseridos na rede estatal.

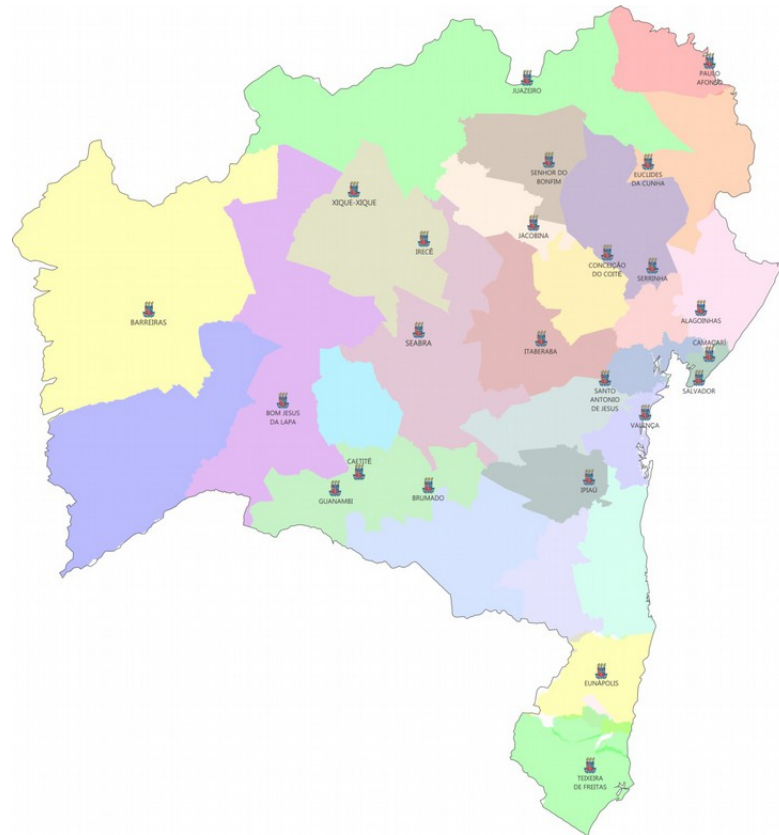
Uma das mais recentes regionalizações adotadas pelo Estado da Bahia, organizou o Estado em 26 Territórios de Identidade, cujo principal ponto desencadeador de desenvolvimento territorial passa a ter como referência o desenvolvimento rural, uma vez que, “[...] a partir dos anos 90 constatou-se uma crescente territorialização das questões ligadas à agricultura, englobando diferentes níveis, setores e escala [...]” (Silva&Silva, 2003, p. 188, 119) e que contou com o reforço, em 2003, do governo federal, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, que iniciou a implantação de uma Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável dos Territórios.

A Política teve, à época, como objetivo central, contemplar ações centradas no apoio a uma dada territorialidade definida nos estados, através de uma fase inicial de mobilização, organização e capacitação de territórios e uma fase seguinte baseada na promoção da integração e implementação de políticas públicas.

Atualmente o extenso território baiano, com área de 567.295 Km², está dividido, segundo a Secretaria de Planejamento da Bahia - PROPLAN, em 27 Territórios de Identidade, conforme pode ser observado no mapa abaixo. A UNEB se faz presente em 17 deles com Campi instalados.

O Governo da Bahia reconheceu estas unidades territoriais por entender que o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões depende de identificar prioridades temáticas a partir da realidade local.

Mapa1: Distribuição espacial da UNEB por territórios de identidade



TERRITÓRIO DE IDENTIDADE - BAHIA

- 1 IRECÊ
 - 2 VELHO CHICO
 - 3 CHAPADA DIAMANTINA
 - 4 SISAL
 - 5 LITORAL SUL
 - 6 BAIXO SUL
 - 7 EXTREMO SUL
 - 8 MÉDIO SUDOESTE DA BAHIA
 - 9 VALE DO JQUIRIÇÁ
 - 10 SERTÃO DO SÃO FRANCISCO
 - 11 BACIA DO RIO GRANDE
 - 12 BACIA DO PARAMIRIM
 - 13 SERTÃO PRODUTIVO
 - 14 PIEMONTE DO PARAGUAÇU
 - 15 BACIA DO JACUÍPE
 - 16 PIEMONTE DA DIAMANTINA
 - 17 SEMIÁRIDO NORDESTE II
 - 18 LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO
 - 19 PORTAL DO SERTÃO
 - 20 VITÓRIA DA CONQUISTA
 - 21 RECÔNCAVO
 - 22 MÉDIO RIO DE CONTAS
 - 23 BACIA DO RIO CORRENTE
 - 24 ITAPARICA (BA/PE)
 - 25 PIEMONTE NORTE DO ITAPICURU
 - 26 METROPOLITANO DE SALVADOR
 - 27 COSTA DO DESCOBRIMENTO
- Fonte:UNE

Segundo a PROPLAN (2016), território é conceituado como:

(...) um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial. (PROPLAN, 2016)

Os Territórios de Identidade buscam consolidar-se enquanto objeto de planejamento e implantação de políticas públicas, reconhecendo a necessidade de descentralização e do envolvimento dos agentes locais como essenciais para o desenvolvimento.

Um país com as dimensões do Brasil enfrenta dificuldades em decorrência da sua extensão que se reproduz a nível dos estados e, conseqüentemente, municípios. Portanto, é nesse ponto que o Estado da Bahia centra a justificativa para fazer os enfrentamentos necessários para reduzir as desigualdades regionais e adotar a divisão em Territórios de Identidade²⁹.

O planejamento adotado em 2007, de forma participativa, insere os 417 municípios baianos nos, atuais, 27 territórios e teve como objetivo maior traçar e fazer acontecer políticas de desenvolvimento regional que diminuíssem os efeitos negativos, possibilitando dessa forma aos Municípios a busca de alternativas no que se refere as suas prioridades, que se traduzem nas suas políticas públicas. Isso possibilita a redução das desigualdades, tornando-os mais competitivos.

Como reforço, foi instituído o Programa Territórios de Identidade, através do Decreto nº 12.354 de 25 de agosto de 2010, com a finalidade, como explicitado no Artº1º de: “colaborar com a promoção do desenvolvimento econômico e social dos Territórios de Identidade da Bahia, em consonância com programas e ações dos governos federal, estadual e municipal”.

Deste artigo cabe destacar: 1) que o paragrafo primeiro considera como Território de Identidade um agrupamento identitário municipal “formado de acordo com critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos, e reconhecido pela sua população como o espaço historicamente construído ao qual pertence, com

²⁹ Conceito de território adotado, originou-se no Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA.

identidade que amplia as possibilidades de coesão social e territorial”; 2) que para levar a cabo as ações do Programa, o parágrafo único do mesmo artigo orienta que os órgãos públicos envolvidos poderão “firmar convênios, acordos de cooperação, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com órgãos da administração pública, bem como com entidades de direito privado, observada a legislação em vigor”.

Destaca-se, ainda, que no Artº3º “fica instituído o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial - CEDETER, fórum permanente de caráter consultivo, com a finalidade de subsidiar a elaboração de propostas de políticas públicas e estratégias integrantes do Programa Territórios de Identidade” e como ultimo destaque, o Artº6º que explicita a composição do CEDETER, formada por representantes de várias instituições federal, estadual e municipal, entre eles, um membro da Secretaria da Educação do Estado da Bahia – SEC-BA, e um da Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Apresenta-se a seguir um trecho de uma matéria publicada no *Jornal Veja o Sertão* de 09 de agosto de 2014, na qual fica registrada a participação da UNEB e da Diretoria Regional de Educação - DIREC³⁰, no Colegiado Territorial do Território de Identidade Irecê.

O novo coordenador informou que 20 municípios compõe o território, com participação ativa de 86 instituições, com responsabilidade de eleger os membros do Comitê Gestor, que é paritário, composto por 14 entidades, metade do Poder Público e outra da sociedade civil. O Poder Público é representado pela Codevasf, Unip, Uneb, Direc, Sebrae, BNB, EBDA; Sociedade Civil: CAA, Copirecê, Pastoral da Criança, MST, FETAG, Pólo Sindical e Garra, que a escolha de quem coordenará o território é deste Comitê. Segundo Walter Ney, o Colegiado Territorial é quem define as políticas Públicas de desenvolvimento para os municípios. Ele assume o desafio de rearticular e mobilizar a sociedade civil e Poder Público na busca de políticas públicas visando a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e cidadãs. “Muito foi investido na região, conquistamos o IFBA, a Esmagadora de mamona para COAFT em Lapão, Mercado do Produtor e Abatedouro de Irecê, prestes a entrarem em funcionamento, O Centro de Pesquisa para Educação no Campo para UNEB, foram muitas as conquistas, os desafios estão ai, vamos superá-los com trabalho, disse. (CRUZ, R. 2014)³¹

Na matéria acima fica explícito, também, a função e conquistas, do Colegiado para a região. Por isso é necessário compreender o funcionamento desse desenho de planejamento de forma a criar as oportunidades visando discutir e implantar políticas e ações no campo do saber da Educação Ambiental.

30 Atualmente Núcleo Regional de Educação - NRE

31 Depoimento fornecido a um jornal local, “Jornal Beira do Rio” do território de Irecê.

Como referido anteriormente, o governo implantou o Programa, em 2010, e instituiu o CEDETER, primeiro do gênero no Brasil, vinculado a SEPLAN. E vem contribuindo, ao longo desse período, com a implantação dos Colegiados Territoriais em todos os 27 Territórios de Identidade. Esses, a maior instância de representação na estratégia territorial do Estado.

Para apoiar essa estratégia, foi criada e implantada uma Rede de Apoio, que se materializa como Coordenação Estadual dos Territórios de Identidade da Bahia – CET. Essa se constitui como um espaço político de representações dos Territórios e de seus Colegiados. Essa estrutura possibilita a ampliação e legitimação do diálogo entre as partes, sejam elas públicas ou privadas. A CET é formada por representantes dos colegiados territoriais, por entidades da sociedade civil organizada e instituições públicas.

A Coordenação tem por objetivo articular as ações de apoio ao processo de organização, planejamento e gestão dos Territórios de Identidade da Bahia, além de promover debates e negociações para ampliar o processo de articulação de políticas públicas.

Como resultados desta estratégia, publicações veiculadas pela PROPLAN fazem referência ao planejamento plurianual dos períodos 2008/2011 e 2012/2015 elaborados pelo Governo Estadual da Bahia definindo os Territórios de Identidade como principal unidade de intervenção. Para que isso se concretizasse, foram realizadas plenárias em todos os territórios. E as mesmas publicações se reportam ao fato de que, de forma complementar ao Plano Plurianual - PPA, foi criado o Conselho de Acompanhamento do Plano Plurianual - CAPP, constituído por representantes dos 27 territórios, com o objetivo de monitorar e acompanhar a execução do PPA e de realizar as Conferências Territoriais Setoriais. Isso tem permitido ampliar o debate do governo estadual com os territórios. Outro importante resultado deste processo, segundo a Secretaria de Planejamento do Estado, é a produção de informações sobre os Territórios de Identidade em publicações como a Revista Bahia de Todos os Cantos e Estatísticas dos Territórios de Identidade. Soma-se a isto, o incentivo à formação de consórcios públicos territoriais, o suporte administrativo e institucional na execução de projetos e prestação de serviços. Essas iniciativas podem contribuir para a expansão e fortalecimento da EA no Estado, na medida em que poderá somar esforços e otimizar recursos, evitando

superposição, destinados a ações socioambientais.

1- PROJETO SALAS VERDES: POLITICA VIÁVEL PARA AMPLIAR E ARTICULAR AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS

O Projeto *Salas Verdes* é uma política de indução socioambiental coordenado pelo Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente – DEA/MMA, implantada em 2000. Surge em decorrência de uma grande demanda, por parte de diversos municípios e instituições, para obter acesso às diversas publicações produzidas e/ou disponibilizadas pelo MMA – Ministério do Meio Ambiente.

A partir do desenvolvimento e da evolução do Projeto, potenciais Centros de Informação e Educação Ambiental, passaram a ser visualizados como *Salas Verdes*. Estas então passam a ser delineadas como espaços certificados pelo MMA, com múltiplas potencialidades, que além da disponibilização e democratização do acesso às informações, podem desenvolver atividades diversas referentes à Educação Ambiental, tais como: cursos, produção de material didático, palestras, oficinas, eventos, reuniões, campanhas, entre outras.

Concebido dessa forma, o Projeto Salas Verdes pode englobar espaços, estruturas e iniciativas, já existentes em municípios, que se destinem à Educação Ambiental. Para tanto, estes espaços são dinamizados através do estímulo à transformação em Salas Verdes. Segundo o estabelecido pelo Projeto, cada *Sala Verde* pode ser única, pois não há padrão pré-definido ou um formato modelo para elas. Cada instituição deve configurá-la à sua maneira, levando em consideração a identidade institucional e o público com quem trabalha, dialogando as potencialidades com as particularidades locais e regionais e, também deve buscar orientar as ações, através de um processo constante e continuado de construção, implementação, avaliação e revisão do Projeto Político Pedagógico da sua Sala Verde.

Portanto, o Projeto Salas Verdes são espaços interativos de informação, educação e formação socioambientais que podem contribuir para a reflexão e efetiva participação de segmentos da sociedade na discussão e proposição de ações sobre questões socioambientais, ou seja: com o projeto Salas Verdes, o

MMA, através do seu departamento de Educação Ambiental - DEA, incentiva à implantação de espaços socioambientais para atuarem como centros de informação e formação ambiental.

Vinculada a uma instituição pública ou particular, a Sala Verde deve cumprir o seu papel numa perspectiva articuladora e integradora viabilizando iniciativas que promovam e qualifiquem a participação dos diversos seguimentos da sociedade em questões ambientais. Sua configuração deve considerar a identidade institucional e o público com quem trabalha.

Atualmente existem 390 Salas Verdes, com presença em todas as regiões do país, conforme pode ser observado no mapa que se segue.

Mapa 2: Distribuição quantitativa de *Salas Verdes* no Brasil



Segundo estabelecido no Projeto, os objetivos das *Salas Verdes* a nível nacional são: 1) contribuir para a democratização das informações socioambientais; 2) potencializar intervenções de Educação Ambiental que possibilitem o enraizamento desse tipo de educação no país; 3) dialogar com outras ações públicas relacionadas à questão ambiental, favorecendo a formação continuada e participativa.

A participação nesse projeto é facultada a qualquer instituição³², que, ao demonstrar-se interessada por ele, deve enviar uma proposta que será avaliada através de processo seletivo conduzido por editais. Além disso, a instituição deve enquadrar-se nos seguintes requisitos: existência de um espaço físico com qualquer dimensão para que a comunidade possa pesquisar materiais sobre a Educação Ambiental e de um local apropriado para reuniões de monitoria e coordenadores para desenvolver as ações do projeto; disponibilidade de estrutura mínima, como mesas, cadeiras e estantes, entre outros equipamentos; presença de uma equipe educativa composta por no mínimo dois profissionais habilitado em Educação Ambiental e um bibliotecário. Estes podem ser voluntários, estagiários ou do próprio quadro da instituição; comprometimento da instituição solicitadora na manutenção desse espaço, dessa equipe e da estrutura; elaboração e apresentação de um Projeto Político Pedagógico (PPP) em que deverão constar a finalidade da *Sala Verde* naquela localidade, as atividades e metodologias a serem desenvolvidas, os públicos/população a serem trabalhados, as formas de avaliação das ações, a concepção de Educação Ambiental da instituição, entre outras informações. Cada Sala Verde tem autonomia para a execução metodológica de suas atividades relacionadas ao trabalho com as questões socioambientais. Segundo citação que se segue, a implantação de uma Sala Verde na Universidade Federal de Sergipe-UFS constituiu-se em:

(...) passo fundamental na consolidação do programa de educação ambiental nos municípios do Estado de Sergipe em razão de tornar disponível uma estrutura de recursos didáticos e de deslocamento para o desenvolvimento das ações de intervenções junto à comunidade e escolas das cidades do interior do Estado [...] (SANTANA, 2010 p.2).

32 O Projeto não está atendendo às demandas de Escolas (Obs.: sugere-se que seja encaminhada a proposta através da Secretaria de Educação). (Site DEA acesso março 2016)

Segundo dados do MMA (2016), O Sudeste é a região brasileira com maior número de Salas Verdes, ou seja: um total de 129. Na região Sul são 88 Salas cadastradas e no Nordeste, 85. A região Centro-Oeste possui 36 e a Região Norte 25 *Salas Verdes*. Fazer parte desse Projeto significa fazer parte de um cadastro de instituições certificadas, com lugar garantido no portal do Ministério do meio Ambiente, e que podem se articular em rede a nível nacional. Portanto, além de dar visibilidade as realizações de EA desenvolvidas localmente, possibilita uma troca de experiência a nível nacional, que pode ser muito enriquecedora para os envolvidos no processo. Além disso, as *Salas Verdes* podem se tornar excelentes espaços de articulação com outros programas e projetos, como por exemplo os Pontos de Cultura³³ do Ministério da Cultura – MinC.

Visando estimular as ações das *Salas Verdes* em uma linha pedagógica mais crítica, o MMA elabora um manual orientador sobre Projeto Político Pedagógico - PPP, no sentido de subsidiar a elaboração do PPP das Salas Verdes que concorrerem aos Editais, pois muitas das propostas encaminhadas acabam por adotar uma Educação Ambiental cuja representação refere-se a uma corrente de EA cuja noção de Natureza se restringe à ideia de existência para ser apreciada e respeitada. Sem, portanto, adotar uma práxis mais crítica que impulse mudanças comportamentais³⁴. Práxis, sem dúvida, já internalizada em muitos processos administrativos e acadêmicos pela multicampia da Universidade.

2 - A PRESENÇA DA UNEB NOS TERRITÓRIOS BAIANOS DE IDENTIDADE COMO UM DIFERENCIAL PARA AMPLIAR E QUALIFICAR A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE EM QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS.

Como já referido anteriormente, a UNEB se faz presente direta e indiretamente em todos os Territórios de Identidade do Estado da Bahia, sendo responsável pela oferta de 58 cursos de licenciatura, dos quais 13 são de Pedagogia e 55 de licenciaturas em componentes curriculares diversos, o que demonstra uma forte vocação para a formação de professores.

³³ Pontos de Cultura são grupos, coletivos e entidades de natureza ou finalidade cultural que desenvolvem e articulam atividades culturais em suas comunidades e em redes, reconhecidos e certificados pelo Ministério da Cultura por meio dos instrumentos da Política Nacional de Cultura Viva (Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural – SCDC-MinC).

³⁴ Ver quadro de Sauv , em anexo, sobre as correntes de EA.

Criada no ano de 1983 “sob a forma de autarquia em regime especial, vinculada à Secretaria da Educação e Cultura” (art. 1º da Lei Delegada 66/83), a UNEB se constituiu a partir da integração de diversas faculdades que funcionavam em municípios baianos, tais como: Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco, Faculdade de Formação de Professores de Alagoinhas, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Juazeiro, Faculdade de Formação de Professores de Jacobina, Faculdade de Formação de Professores de Santo Antônio de Jesus, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caetité e Centro de Ensino Técnico da Bahia, que conjuntamente com a Faculdade de Educação, criada pela mesma Lei Delegada que instituiu a UNEB, formaram uma Instituição única, com Administração Central em Salvador em um formato multicampi. A Universidade é uma autarquia que responde administrativamente à Secretaria de Educação do Estado da Bahia e a setores do Governo do Estado e academicamente ao Conselho Estadual de Educação. Sua configuração organizacional e sua interface com a estrutura do Estado estabelece uma intrincada rede de relações que se ramifica de forma complexa.

Etimologicamente, a palavra multicampi se compõe da partícula multi (latim multus) que corresponde a muitos; adicionada a campus (latim) palavra masculina da segunda declinação, que significa o conjunto de edifícios e terrenos de uma instituição. No dicionário de Houaiss e Villar (2009), a definição da primeira parte da palavra é relativa à quantidade; e o segundo termo não difere do significado etimológico.

Segundo JIN e WANG (2010), o modelo organizacional multicampi, na sua forma mais básica, é o de uma instituição com rubrica de pessoa jurídica única, mas que mantém pelo menos mais duas outras unidades em separado. Sendo assim, a instituição universitária que adota esse modelo reducionista de multicampia desconsidera a complexidade que emerge não só do desenho estrutural, bem como de suas gestões administrativa e acadêmica, o que reduz a mesma a um modelo restrito ao quantitativo de campi por distribuição espacial. Esse modelo reducionista vai de encontro a um modelo de multicampia de abordagem mais ampla e complexa, defendido por Fialho (2005). Um modelo de universidade com potencial para contribuir e/ou gerar ações no âmbito social, ambiental, político e econômico de uma região onde a universidade multicampi instala um campus e/ou atua, a partir do

tripé indissociável de ensino, pesquisa e extensão, contribuindo dessa forma com o desenvolvimento regional.

A instalação de uma instituição universitária em determinado lugar ganha contornos socioespaciais pela incorporação do contexto econômico, político, cultural e histórico do seu entorno nas funções que exerce, assumindo importância singular na dinâmica dos processos de desenvolvimento, articulados com a utilização dos espaços regionais.

A Universidade tende a ocupar uma posição fundamental nessa dinâmica, empreendendo processos de inovação tecnológica, de produção e difusão da ciência e cultura, ocupando lugar estratégico no desenvolvimento socioeconômico, qualificando os diferentes níveis de ensino do próprio sistema educacional, além de desempenhar uma pluralidade de funções em termos de formação acadêmico-profissional. (MIDDLEJ e FIALHO, 2005, p. 171)

No que se refere as questões ambientais, tem importância ímpar, pois apenas a adoção da legislação, fiscalização e implantação de tecnologia de baixo impacto como solução para os problemas relacionados ao meio ambiente não bastam. Acredita-se que estas medidas devem ser acompanhadas de experiências, sentimentos e expectativas de todos os atores sociais envolvidos, ou seja, os cidadãos que vivem a história presente e, se vinculam direta ou indiretamente, aos processos formativos disponibilizados pela universidade.

Assim, além de encontrar caminhos que promovam transformações em direção à melhoria da qualidade de vida das sociedades, às universidades cabem atribuições de articulação entre saber científico e realidade, no mais amplo aspecto da sobrevivência da espécie humana. A multiplicidade de funções exige das instituições universitárias sua adequação a dinâmicas sociais específicas de cada localidade. (MIDDLEJ e FIALHO, 2005, p. 171)

Esse é o principal motivo para que os processos formativos organizados pelas instituições educacionais respeitem as experiências e vivências que as pessoas aportam dos lugares em que constroem as suas histórias cotidianas, incluindo-se nesse processo as memórias e as relações interpessoais. E é isso que legitima o direito para que estas opinem e decidam sobre os rumos das localidades em que vivem, ou seja: o sentimento de pertencimento e de identidade a um determinado território.

É importante destacar que o conceito de território associa-se ao conceito de identidade.

A territorialidade para SANTOS (2000) é um conjunto de lugares, no qual a partir das relações estabelecidas, pode-se fincar um ponto de mudanças, de conquistas, e resgate da cidadania. Para tanto, Santos (2000) defende que a afirmação e formação de uma identidade não pode ser resultado apenas da superposição de um conjunto de sistemas naturais e/ou de uma lista de equipamentos criados e instalados pelo homem.

Portanto, na concepção de Santos (2000), cada localidade é uma unidade única e fundamental para o que ele denomina de: *federação de lugares*.

Para Santos (2000, p.113) “é a partir desta federação dos lugares que será possível, num segundo momento, construir um mundo como federação de países”.

A construção do processo de “federação de países”, proposta por Santos(2000), portanto, vai de encontro ao modelo de globalização que instiga uma homogeneização de hábitos, de “design” dos espaços e lugares, costumes, gostos, culturas, desejos e, talvez, até de sentimentos. Através da velocidade em que ocorrem a circulação de pessoas, de mercadorias, de tecnologias e de informações na globalização, esta acaba por desenvolver formas que resultam no aprisionamento do ser humano em uma padronização de valores e atitudes.

Ao propor-se a presente pesquisa, partiu-se da ideia inicial de que por ser uma universidade estadual com vocação para formação de professores e voltada para a interiorização do ensino superior no Estado da Bahia, a UNEB poderia contribuir para ampliar a capilarização da EA no Estado. Sendo assim, o Projeto Salas Verdes pode ser, uma proposta viável para levar a cabo tal tarefa. Isso, não só por certificar novos espaços criados e institucionalizados pela Universidade como, também, os espaços já existentes de informação e desenvolvimento de atividades de pesquisa, ensino e extensão socioambientais.

A implantação e implementação de *Salas Verdes* de imediato já credencia a Universidade, ao concorrer aos variados editais que abordam a temática, pois a UNEB passaria a ser reconhecida como uma instituição que desenvolve um projeto ambiental de indução da EA no Estado. Além disso, dá visibilidade nacional as ações sobre a temática à UNEB, pelo fato de suas *Salas Verdes* serem incluídas no Portal do MMA, e passarem a fazer parte da rede de *Salas Verdes* do país.

Entretanto, é a perspectiva de que o modelo de multicampia da Universidade caminhe, cada vez mais, na direção do que é defendido por Fialho (2005) que

reforça a ideia de que, se por ventura, uma rede de *Salas Verdes* for instalada na UNEB, esta não só contribuiria com a ampliação da participação, mas, principalmente, com a qualificação da população baiana em questões socioambientais a nível local. É sobre esse potencial acadêmico e físico da Universidade, relacionado a presença nos territórios de identidade e biomas terrestres do Estado, que se concentrarão os dados e argumentações que se seguem.

Quadro 2 - Quadro de quantitativo de instituições educacionais de ensino básico por municípios com sede da UNEB e por Territórios de Identidade.

Territórios de Identidade		Número de Instituições de Ensino Básico				Nº de cursos da UNEB por sua natureza		
Nome	Município(s) sede UNEB por Campi	Ensino Fundamental		Ensino Médio		Lic		Bach
		Total do Território Identidade	Total do Município Sede UNEB	Total do Território Identidade	Total do Município Sede UNEB	Pedagogia	Outras	
Metropolitana Salvador	Salvador Campus I	1735	1061	340	254	1	8	17
	Camaçari Campus XIX		178		17	0	0	2
	Agreste Alagoinhas/ Litoral Norte	Alagoinhas Campus II	807	133	66	22	0	5
Sertão do São Francisco	Juazeiro Campus III	939	132	60	30	1	0	2
Piemonte de Diamantina	Jacobina Campus IV	239	75	20	11	0	5	1
Recôncavo	Santo A. de Jesus Campus V	669	81	70	07	0	5	1
Sertão Produtivo	Caetité Campus VI	528	53	45	05	0	6	0
	Guanambi Campus XII		41		12	1	1	2
	Brumado Campus XX		36		07	0	1	0
Piemonte Norte do Itapicuru	Senhor Bonfim Campus VII	372	86	36	14	1	2	0
Itaparica	Paulo Afonso Campus VIII	192	76	22	13	1	2	1
Bacia do Rio	Barreiras	592	107	51	20	1	3	2

Grande	Campus IX							
Extremo Sul	Teixeira .de Freitas Campus X	426	75	47	12	1	6	0
	Eunápolis Campus XVIII		61		14	0	2	2
Sisal	Serrinha Campus XI	870	81	69	11	1	0	1
	Conceição Coité Campus XIV		95		13	0	2	1
Piemonte do Paraguaçu	Itaberaba Campus XIII	417	75	31	07	1	2	1
Baixo Sul	Valença Campus XV	776	145	35	13	1	0	1
Irecê	Irecê Campus XI	665	47	43	13	1	1	1
	Xique-Xique Campus XXIV		129		05	0	0	2
Velho Chico	Bom Jesus Lapa Campus XVII	567	83	43	08	1	0	1
Médio Rio das Contas	Ipiaú Campus XXI	485	32	44	05	0	1	1
Semi Árido Nordeste I	Euclides Cunha Campus XXII	614	86	43	06	0	1	1
Chapada Diamantina	Seabra Campus XXIII	569	64	52	09	1	2	0
18 TERRITÓRIOS	24 CAMPI	11.462	3.032	1.117	528	13	55	41

Segundo os dados apresentados no quadro 2, obtidos na Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI, referente ao ano de 2010 – ensino básico e UNEB 2016, do total de 11.462 escolas do ensino fundamental e 1117 colégios do ensino médio, distribuídos no Estado, 3.032 escolas e 528 colégios dos respectivos totais, estão localizados em municípios em que UNEB possui campi. Esses dados, sinalizam que a capilaridade das ações da UNEB no Estado da Bahia, em decorrência do seu modelo multicampi, pode ser um diferencial para abrigar o Projeto Sala Verde e consequentemente acelerar discussões de políticas e viabilização de programas e projetos educacionais voltados para questões socioambientais.

Os 13 cursos de Pedagogia da Universidade, preparam professores para atuarem nas séries iniciais como também preparam coordenadores para o ensino fundamental e médio, assim como para outras atividades de gestão podendo, dessa forma, suprir as demandas dos diversos espaços educativos, oriundas da zona rural e urbana, de cada Território de Identidade. Com papel relevante na construção dos

Projetos Políticos Pedagógicos – PPA, os pedagogos podem contribuir significativamente para alicerçar discussões e ações de educação socioambiental dessas unidades, de forma a iniciar a preparação em valores que são importantes para a qualidade de vida em sociedade. Cabe ressaltar que:

Os princípios e objetivos da Educação Ambiental se coadunam com os princípios gerais da Educação contidos na Lei 9.394, de 20/12/1996 (LDB - Lei de Diretrizes e Bases) que, em seu artigo 32, assevera que o ensino fundamental terá por objetivo a formação básica do cidadão mediante: (...) II – a compreensão do ambiental natural e social do sistema político, da tecnologia das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade (MEC, 2016).

De forma similar, os 41 bacharelados formam profissionais que não podem nem devem se distanciar desses valores, o que impõe à Universidade inserir nos seus distintos currículos a Educação Ambiental como tema transversal com a intenção de que seus egressos possam responder aos desafios dos seus respectivos campos profissionais, sem negligenciar as suas responsabilidades socioambientais.

Na presente dissertação, as argumentações concentram-se mais nas licenciaturas cuja natureza do curso centrada na formação dos futuros professores estabelece uma relação direta com a educação formal, e em especial com o ensino básico ao qual integro-me como profissional. Contudo, não menos relevante será a contribuição dos futuros bacharéis, das diversas áreas, nas discussões e ações socioambientais que emergem do mundo do trabalho e da vida em sociedade, de forma a contribuir e se beneficiar com os resultados positivos decorrentes das mesmas.

Nas diversas fases e faces da política ambiental, [...], os dilemas brasileiros atualizaram e mesclaram tais posturas, acrescentando políticas regulatórias, estruturadoras e indutoras (CUNHA & COELHO, 2003). Enquanto as políticas ambientais regulatórias (R) se referem à elaboração de legislação específica sobre forma de uso e de acesso ao meio ambiente, as políticas ambientais estruturadoras (E) implicam intervenção direta do Estado ou de organismos não-governamentais de defesa do meio natural. Os melhores exemplos são as gestões participativas de Áreas de Proteção Ambiental (APAs). As políticas ambientais indutoras (I) têm por objetivo influenciar o comportamento de indivíduos ou grupos sociais. Estas últimas são normalmente identificadas com a noção de desenvolvimento sustentável e “são implementadas por meio de linhas especiais de financiamento ou de políticas fiscais e tributárias” (CUNHA & COELHO, 2003, p. 45). As políticas indutoras visam a otimização da alocação de recursos, fazendo uso, por exemplo, de instrumentos econômicos para privilegiar práticas consideradas

ambientalmente desejáveis e inviabilizar as que provocam degradação ambiental. As certificações ambientais também podem ser consideradas parte das políticas indutoras, pois visam a modificação do comportamento de consumidores e da cultura organizacional.(BOEIRA, 2006,p. 526)

O Estado da Bahia, no que se refere as políticas ambientais estruturadoras, conta na atualidade com várias Unidades de Conservação³⁵ – UC, geridas pela Secretaria do Meio Ambiente – SEMA, são elas: Parques Estaduais, Monumento Natural, Estação Ecológica, Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN, Área de Relevante Interesse Ecológico - ARIE e APA. Para efeito do presente estudo, toma-se as APAs para exemplificar o que pretende-se demonstrar, ou seja: Que a UNEB pode ter um papel relevante na ampliação e qualificação da Educação Ambiental no Estado da Bahia. E que as *Salas Verdes*, Política Ambiental Indutora, do MMA, pode ser uma opção viável para alavancar isso.

Do conjunto de 24 campi que compõem a UNEB, 22 estão localizados em APAs ou próximo delas. As APAs, como já referido, são políticas ambientais estruturadoras. No quadro que se segue apresenta-se algumas APAs, seus respectivos biomas terrestres e os Campi da UNEB que estão nas áreas de abrangência das mesmas. O quadro permite a visualização da localização estratégica da Universidade para fortalecer a Educação Ambiental no Estado.

Quadro 3 – Relação de APAs e Biomas que abrigam e/ou estão próximas de campi da UNEB

CAMPI UNEB	APA	BIOMA
Campus I	Bacia do Cobre / São Bartolomeu	Mata Atlântica
Campus IX	Bacia do Rio de Janeiro	Cerrado
Campus XV	Baía de Camamu	Mata Atlântica
Campus I	Baía de Todos os Santos	Mata Atlântica
Campus XV	Caminhos Ecológicos da Boa Esperança	Mata Atlântica
Campus X	Caraíva Trancoso	Mata Atlântica
Campus X	Coroa Vermelha	Mata Atlântica
Campus X	Costa de Itacaré / Serra Grande	Mata Atlântica
Campus XXIV	Dunas e Veredas do Baixo Médio São Francisco	Cerrado/Caatinga
Campus IV	Gruta dos Brejões Vereda do Romão Gramacho	Caatinga

35 Informações complementares disponíveis no apêndice.

Campus XV	Guaibim	Mata Atlântica
Campus XV	Ilhas do Tinharé e Boipeba	Mata Atlântica
Campi I e XIX	Joanes – Ipitanga	Mata Atlântica
Campus V	Lago de Pedra do Cavalo	Caatinga/ Mata Atlântica
Campus III	Lago do Sobradinho	Caatinga
Campus X	Lagoa Encantada e Rio Almada	Mata Atlântica
Campus XXIV	Lagoa de Itaparica	Caatinga
Campus XIX	Lagoas de Guarajuba	Mata Atlântica
Campus I	Lagoas e Dunas do Abaeté	Mata Atlântica
Campus II	Litoral Norte do Estado da Bahia	Mata Atlântica
Campus II	Mangue Seco	Mata Atlântica
Campus XIII	Marimbus / Iraquara	Caatinga
Campi I e II	Plataforma Continental do Litoral Norte	Mata Atlântica
Campi X	Ponta da Baleia / Abrolhos	Mata Atlântica
Campus XV	Pratigi	Mata Atlântica
Campus XIX	Rio Capivara	Mata Atlântica
Campus IX	Rio Preto	Caatinga
Campus X	Santo Antônio	Mata Atlântica
Campi XXII e VIII	Serra Branca / Raso da Catarina	Caatinga
Campi XX, VI e XII	Serra do Barbado	Caatinga
Campus IV	Serra do Ouro	Mata Atlântica
Campus IX	São Desidério	Cerra

No quadro seguinte encontram-se listados alguns dos objetivos que justificaram a legislação que criou cada uma das APAS e que de certa forma retrata os enormes desafios socioambientais do Estado da Bahia.

Quadro 4- Objetivos das áreas de proteção ambiental APAs segundo legislação de criação.

1-Bacia do Cobre / São Bartolomeu: Proteger área remanescente de Mata Atlântica do município de Salvador e reserva de água potável, além de referência dos cultos afro-brasileiros (Parque São Bartolomeu). A área no Século XVII e XIX foi, respectivamente, cenário de lutas de resistência à invasão holandesa e sítio de quilombo. Decreto Estadual nº 7.970 de 05/06/2001.

2-Bacia do Rio de Janeiro: Garantir a qualidade ambiental do ecossistema cerrado a partir da proteção da bacia do Rio de Janeiro, do ordenamento do compartilhamento dos seus usos e da ocupação do território. Decreto Estadual nº 2.185 de 07/06/1993 e o Decreto Estadual nº 7.971 de 05/06/2001 (ampliação).

3-Baía de Camamu: Preservar os manguezais, de forma a assegurar a diversidade genética da fauna e flora nativa e seus processos evolutivos, em especial a avifauna migratória; proteger as águas doces, salobras e salinas; disciplinar o uso e ocupação do solo; estimular atividades socioeconômicas compatíveis com o limite aceitável de câmbio (LAC); Decreto Estadual nº 8.175 de 27/02/2002.

4-Baía de Todos os Santos: Promover o ordenamento do uso e ocupação das ilhas da Baía, visando o desenvolvimento de atividades econômicas adequadas à conservação dos recursos naturais. Decreto Estadual

nº 7.595 de 05/06/1999.
5-Caminhos Ecológicos da Boa Esperança: Garantir a qualidade ambiental do território através do ordenamento na ocupação do solo. Tampão para a Estação Ecológica Wenceslau Guimarães. Decreto Estadual nº 8552 de 05/06/2003.
6-Caraíva / Trancoso: Garantir a preservação dos recursos naturais, ao lado do desenvolvimento e uso sustentáveis. Assegurar o ordenamento do uso e ocupação Decreto Estadual nº 2.215 de 14/06/1993.
7- Coroa Vermelha: Garantir a preservação dos recursos naturais, nas atividades turísticas. Decreto Estadual nº 2.184 de 07/06/1993.
8- Costa de Itacaré / Serra Grande: Proteger os remanescentes da Mata Atlântica e seus ecossistemas associados, garantindo a manutenção da biodiversidade e potencializando a atividade turística, valorizada ainda pela presença de falésias rochosas e um belo litoral. Decreto Estadual nº 2.186 de 07/06/1993 (criação) e do Decreto Estadual nº 8.649 de 22/09/2003 (ampliação).
10-Veredas do Baixo Médio São Francisco: Proteger a singularidade das formações ecológicas de dunas, brejos e veredas de buritis, e a rica biodiversidade da rede, com o fomento de atividades econômicas que pouco altere o equilíbrio ecológico florestal, extrativismo controlado, apicultura entre outros. Decreto Estadual nº 6.547 de 18/07/1997.
11-Gruta dos Brejões/Vereda do Romão Gramacho: Proteger formações geológicas notáveis, cavidades naturais subterrâneas, animais cavernícolas associados e as águas subterrâneas do Rio Jacaré; assegurar a proteção das inúmeras espécies animais raras e ameaçadas de extinção, preservar a vegetação característica e peculiar existentes nas encostas calcárias e nas margens do Rio Jacaré; proteger os sítios arqueológicos (pinturas rupestres) e paleontológicos (fósseis); comunidades sertanejas integradas ao ecossistema regional. Decreto Estadual nº 32.487 de 13/11/1985.
12-Guaibim: Proteger remanescentes de Mata Atlântica que se desenvolve numa extensa planície litorânea até a foz do rio Jequiçá, um importante manancial, pois a faixa de praia é um grande atrativo da região, o que acelerada processo de ocupação da zona costeira. Decreto Estadual nº 1.164 de 11/05/1992.
13-Ilhas de Tinharé e Boipeba: Proteger ecossistemas, que devido à relativa dificuldade de acesso, ainda alto grau de preservação. Decreto Estadual nº 1.240 de 05/06/1992.
14-Joanes/Ipitanga: Proteger os mananciais dos Rios Joanes e Ipitanga, importante sistema de abastecimento de água para a Região Metropolitana de Salvador, ordenando o compartilhamento do uso e da ocupação do território. Decreto Estadual nº 7.596 de 5/06/1999.
15-Lago de Pedra do Cavalo: Proteger o manancial e assegurar a qualidade da água do Lago de Pedra do Cavalo, responsável por parte do abastecimento da Região Metropolitana de Salvador e mais a região de Feira de Santana, conciliando usos e ocupação do território. Decreto Estadual nº 6548 de 18/07/1997.
16-Lago de Sobradinho: Preservar a qualidade das águas do Lago, formado pela barragem de uso múltiplo, dada a sua importância. Decreto Estadual nº 9957 de 30/03/2006.
17- Lagoa Encantada e Rio Almada: Conservar o ambiente natural, conciliando com práticas de atividades econômicas de reduzido impacto. Proteger a diversidade biológica, disciplinando o processo de ocupação. Decreto Estadual nº 2.217/93 de 14/06/1993 e o Decreto Estadual nº 8650 de 22 /09/2003 (ampliação).
18-Lagoa Itaparica: Proteger a Lagoa de Itaparica, principal lagoa marginal do Rio São Francisco, que funciona como local de reprodução dos organismos aquáticos, fundamental para a reposição dos estoques pesqueiros. Fomentar atividades que propiciem o desenvolvimento socioeconômico sem agredir o equilíbrio ecológico e cultural da região. Decreto Estadual nº 6.546, de 18/07/997.
19-Lagoas de Guarajuba: Preservar áreas úmidas significativas do Litoral Norte , pois estas desempenha importantes funções ambientais, tais como: tampões hidrológicos para reservatório subterrâneos, é abrigo e área de reprodução para aves migratórias, jacarés e sucuris, entre outras espécies. Resolução CEPRAM nº 387 de 27/02/1991
20-Lagoas e Dunas do Abaeté: Proteger o último remanescente de sistemas de dunas, lagoas e restingas ainda conservadas no município de Salvador. Decreto Estadual nº 351 de 22 /09/1987 e Decreto Estadual nº 2.540 de 18/10/1993 (altera a área do 1º)
21-Litoral Norte do Estado da Bahia: ordenar ecológico e economicamente a porção litorânea do norte do Estado, buscando minimizar os efeitos da implantação da Linha Verde (BA-099)e consequentes impactos nos ecossistemas locais e contextos socioeconômico e cultural da região. Decreto Estadual nº 1.046/92 de 17/03/1992.
22-Mangue Seco: Assegurar a proteção do ecossistema estuarino da sub-bacia do Rio Real, proteger espécies da flora e da fauna regional em vias de extinção e controlar o desmatamento e a exploração irracional

dos recursos naturais nos biomas restingas, dunas e manguezais. Decreto estadual nº 605 de 06/11/1991.
23-Marimbus / Iraquara: Preservar o pantanal de Marimbus, gerado pela confluência dos rios Santo Antônio, Utinga e São José, com fauna e flora de valor ambiental e a formação geológica calcária, salitre, com grutas e cursos d'água, além de formação montanhosa, como o Morro do Pai Inácio e Morro do Camelo. Decreto Estadual nº 2.216 de 14/06/1993.
24-Plataforma Continental do Litoral Norte: Preservar sítio de desova e criação de larvas de peixes. A região marinha do Litoral Norte é ainda frequentada pelas Baleias Jubarte, nos meses de inverno e primavera, para fins de reprodução e criação de filhotes. Esta região é destaque, também, por se configurar como local de desova de quatro espécies de tartaruga marinha. Decreto estadual nº 8.553 de 05/06/2003.
25-Ponta da Baleia / Abrolhos: Proteger a região para continuar a receber a visita anual das baleias Jubarte, espécie ameaçada de extinção, pois a pesca é a principal fonte de renda para muitas famílias. Além disso, o veraneio aliado ao turismo vem contribuindo para o aumento do fluxo de pessoas na região com demandas que geram impactos. Portanto, o ecoturismo, que necessita de ambiente preservado para se manter, surge como nova opção de renda para a economia local. Decreto Estadual nº 2.218 de 14/06/1993.
26-Pratigi: Proteger as restingas e manguezais característicos do ecossistema da Mata Atlântica, até as áreas de estuários do município de Igrapiúna e a foz do Rio Pinaré, além da Bacia Hidrográfica do Rio Juliana, exuberante complexo hídrico, que contribui para a estabilidade do sistema hidrográfico microrregional, incluindo a Cachoeira da Pancada Grande, importante atrativo turístico da região. Decreto Estadual nº 7.272 de 02 / 04/1998 e Decreto Estadual nº 8.036 de 20/09/2001(ampliação).
27-Rio Capivara: Proteger uma área que abriga ecossistemas de extrema fragilidade e associados a terraços marinhos e terras úmidas, com expressivo significado ambiental e paisagístico. Região de rios, lagos, brejos, manguezais, restinga arbórea e arbustiva e dunas estacionárias. Decreto Estadual nº 2.219 de 14/06/1993.
28-Rio Preto: Proteger remanescentes de florestas da Mata Atlântica, do bioma do cerrado e da caatinga e das nascentes e tributários da bacia hidrográfica do Rio Preto, importante pela sua potencialidade ecológica e concomitante elevada fragilidade ambiental. Decreto Estadual Nº 10.019 de 05/06/2006.
29-Santo Antônio: Garantir a preservação dos recursos naturais, ao lado do desenvolvimento de atividades turísticas, pois trata-se de um local de rara beleza e grande fragilidade ambiental, que abriga grande diversidade de espécies da fauna e flora. Decreto Estadual nº 3.413 de 31/08/994.
30-Serra Branca / Raso da Catarina: Proteger A arara-azul-de-lear (<i>Anodorhynchus leari</i>), espécie criticamente ameaçada de extinção, pois os paredões de arenito da Serra Branca são utilizados como local de reprodução. Tradicionalmente, duas áreas atuam como dormitório das araras: a Toca Velha em Canudos e a Serra Branca. O alimento principal desta espécie é o coco da palmeira licuri, ainda encontrado na APA, e, em menor quantidade, outros frutos da região como pinhão, o umbu e o mucumã. A APA possibilita a formação de um corredor ecológico, em pleno bioma caatinga, com a Estação Ecológica do Raso da Catarina. Decreto Estadual Nº 7.972 de 05/06/2001.
31-Serra do Barbado: Proteger um conjunto serrano que representa uma zona de transição entre biomas da caatinga, do cerrado e da Mata Atlântica, além da presença de campos rupestres nas porções mais elevadas. Estas serras funcionam como "berço das nascentes", divisor de águas das bacias hidrográficas do Rio Paramirim (São Francisco) e do Rio de Contas, com uma grande profusão de mananciais esculpindo o relevo com cascatas e poços de impressionante beleza cênica. Decreto estadual nº 2.183 de 07/07/1993.
32-Serra do Ouro: Proteger remanescentes do bioma da Mata Atlântica, em especial os fragmentos de Floresta Estacional, de extrema importância ecológica. Decreto Estadual Nº 10.194 de 27/12/2006.
33-São Desidério: Proteger o patrimônio geológico, espeleológico, arqueológico, paleontológico e cultural da região; os remanescentes do bioma cerrado, demais formações florestais, seu patrimônio ecológico e o seu apreciável valor cênico. Decreto Estadual Nº 10.020 de 05 /06/ 2006.

Obs: Quadro elaborado pela autora do estudo a partir de informações disponíveis na legislação em vigor.

Fonte: SEMA-BA.

O quadro 4 acima demonstra que a Política Ambiental Regulatória ou Normativa do Estado da Bahia referente as questões socioambientais têm avançado. Percebe-se uma ampliação de iniciativas legislativas e de criação de órgãos estatais voltados para tais questões, entretanto para o seu pleno funcionamento demanda um quadro profissional bem preparado e uma sociedade

bem informada e qualificada para obedecer, opinar e fiscalizar o que determina a legislação em vigor.

O agravamento de certos problemas ambientais em nível global, como o aumento de gás carbônico na atmosfera³⁶ e seu conseqüente efeito no aquecimento do Planeta, o buraco na camada de ozônio, o avanço no desmatamento das áreas naturais entre outros, demandam conhecimento e comprometimento, e tem alavancado, em muito, o interesse de pesquisadores e da mídia por tais questões, com o objetivo de encontrar soluções e denunciar ocorrências. Segundo Hoekstra et al., apud Coutinho (2006),

(...) tal situação não só ressaltaram uma “crise de extinção”, ao nível de espécies, existe uma crise mais ampla, a “crise dos biomas”, muito mais grave, pois, resulta da destruição dos ambientes naturais, onde as espécies surgiram e se desenvolveram. Com a destruição de seus habitats naturais, elas fatalmente desaparecerão. (Hoekstra et al., apud Coutinho, 2006 p.11),

O Brasil possui grandes áreas em estado crítico ou ameaçadas, em seus biomas terrestres e aquáticos. Entre os biomas terrestres destacamos três presentes no Estado da Bahia. São eles: 1) Caatinga que ocupa uma área de cerca de 844.453 quilômetros quadrados, o equivalente a 11% do território nacional. Engloba 10 estados brasileiros incluindo a Bahia e o norte de Minas Gerais. Rico em biodiversidade, este bioma abriga 178 espécies de mamíferos, 591 de aves, 177 de répteis, 79 espécies de anfíbios, 241 de peixes e 221 abelhas. Aproximadamente 27 milhões de pessoas vivem na região, a maioria carente e dependente dos recursos do bioma para sobreviver (MMA, 2016).

Segundo dados do MMA, 46% da área do bioma já sofreu desmatamento e diante de tal situação, o governo busca concretizar a criação de mais unidades de conservação nesse bioma, além de promover alternativas para o uso sustentável da sua biodiversidade.

Cabe ressaltar que a caatinga continua sendo um dos menos protegidos biomas do país, em decorrência de pouco mais de 1% dessas unidades de conservação possuírem proteção integral, assim como pelo fato desse bioma ter um baixo nível de implantação de unidades de conservação ou sejam: Áreas de Proteção Ambiental – APAS. 2) O Cerrado, com situação distinta, mas não menos

³⁶ Ver duas recentes iniciativas brasileira sob a questão, anexadas ao presente estudo.

preocupante ocupa uma área de 2.036.448 km², cerca de 22% do território nacional. A sua área contínua incide sobre 12 estados, incluindo o Estado da Bahia. Neste espaço territorial encontram-se as nascentes das três maiores bacias hidrográficas da América do Sul (Amazônica/Tocantins, São Francisco e Prata), o que resulta em um elevado potencial aquífero e favorece a sua biodiversidade.

Com uma ampla diversidade biológica, o Cerrado brasileiro é reconhecido como a savana mais rica do mundo, abrigando 11.627 espécies de plantas nativas já catalogadas. Existe uma grande diversidade de habitats, que determinam uma notável alternância de espécies. É um distribuidor de água para muitos ambientes dulciaquícolas brasileiros. Além dos aspectos ambientais, o Cerrado tem grande importância social. Muitas populações sobrevivem de seus recursos naturais, incluindo etnias indígenas, quilombolas, geraizeiros³⁷, ribeirinhos, babaçueiras, vazanteiros e comunidades quilombolas que, juntas, fazem parte do patrimônio histórico e cultural brasileiro (MMA, 2016).

Segundo o MMA, depois da Mata Atlântica, o Cerrado é o bioma brasileiro que mais sofreu alterações com a ocupação humana, e apresenta apenas 8,21% de seu território legalmente protegido por Unidades de Conservação - UC, dos quais apenas 2,85% são Unidades de Conservação do tipo proteção integral e 5,36% de unidades de conservação de uso sustentável; 3) A Mata Atlântica originalmente ocupava uma área de aproximadamente 1.300.000 km² e encontrava-se densamente presente em 17 estados do território brasileiro.

Constituída por um conjunto de formações florestais e ecossistemas associados como as restingas, manguezais e campos de altitude, a Mata Atlântica está, na atualidade, com os remanescentes de vegetação nativa reduzidos em cerca de 22% de sua cobertura original e encontram-se em diferentes estágios de regeneração. Apenas cerca de 7% estão bem conservados em fragmentos acima de 100 hectares. Estima-se que na Mata Atlântica existam cerca de 20.000 espécies vegetais (cerca de 35% das espécies existentes no Brasil), incluindo diversas espécies endêmicas e ameaçadas de extinção. As áreas protegidas, como as Unidades de Conservação e as Terras Indígenas, são fundamentais para a manutenção de amostras representativas e viáveis da diversidade biológica e

³⁷Geraizeiros são populações tradicionais que vivem nos cerrados do norte de Minas Gerais. Este termo deriva do fato de que, no norte do estado de Minas Gerais as regiões de Cerrado são conhecidas como Gerais.

cultural da Mata Atlântica (MMA, 2016).

Além dos biomas citados anteriormente, destaca-se a Zona Costeira e Marinha brasileira que se estende da foz do rio Oiapoque (04°52'45"N) à foz do rio Chuí (33°45'10"S) e dos limites dos municípios da faixa costeira, a oeste, até as 200 milhas náuticas. A faixa terrestre, de largura variável, se estende por aproximadamente 10.800 quilômetros ao longo da costa. (MMA, 2008), Todo esse patrimônio natural impõem à sociedade brasileira uma responsabilidade para a qual uma grande parte dela ou não possui a consciência necessária sobre a sua importância e os riscos da sua degradação, ou desconhece os mecanismos legais que dão ordenamento e disciplinam formas de convivência e de ação.

A Bahia, o único estado brasileiro que possui os cinco biomas diferenciados, ou seja: além do Cerrado, Caatinga e Mata Atlântica possui, também, uma extensa área de biomas Costeiro e, conseqüentemente, Marinho, conforme pode ser observado na mapa a seguir, enquadrando-se, portanto, na situação descrita anteriormente sobre os biomas. Em decorrência disso, torna-se necessário e urgente desenvolver ações que incentivem, ampliem e qualifiquem as populações locais para participar das discussões socioambientais postas na atualidade, pois as mesmas estão sendo convocadas, em decorrência dos modelos de gestão que vem sendo gradativamente privilegiados e instalados no Brasil, para discutir e opinar sobre questões para as quais elas, na maioria das vezes, possuem pouco conhecimento,

No mapa que se segue, pode-se observar a grande extensão do semiárido e perceber que a maioria dos Campi da UNEB encontram-se distribuídos nessa região, o que sugere que os currículos devam privilegiar estudos e pesquisas que envolvam temáticas sobre esse ambiente e as relações de convivências estabelecidas. Atenção similar deve ser dada ao bioma Mata Atlântica, região na qual localizam-se oito dos vinte e quatro campi, entre eles a sede administrativa da Universidade e o bioma Cerrado, com apenas um Campus, mas com outros campi localizados em áreas de transição entre a Caatinga e o Cerrado.

Mapa 3: Os três biomas terrestres do Estado da Bahia e a distribuição de Campi da UNEB.

pertinentes ao bioma predominante no Território nas quais funcionarão, de forma a facultar o acesso, através de parcerias, aos produtos e ações oriundos do tripé ensino, pesquisa e extensão. Segundo Bermudez ³⁸(2011),

A multicampia e a conseqüente interiorização do ensino, da pesquisa e da extensão apresentam-se como alternativas para que as universidades possam ajudar no desenvolvimento de municípios do interior do país e elevar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dessas localidades. [...] A UNEB, por investir nesta direção, está fazendo uma ótima escolha. Vale ressaltar que a troca de conhecimentos científicos e tecnológicos com os saberes populares é fundamental para o sucesso da pesquisa regional.

A UNEB enquanto representante nos Conselhos Territoriais possui direito a voz e voto. E se, no tocante às questões socioambientais, essa voz e voto vem endossados por um trabalho perene e consolidado, construído conjuntamente com a população local de cada um dos Territórios, mais força terá para aprovar e fazer valer o desejo de uma população, qualificada para participar em uma perceptiva mais crítica, pelas *Salas Verdes* implantadas em cada um dos seus Campi.

Ao discutir-se a mobilização popular na Assembleia Nacional Constituinte de 1987, faz-se referência a Herbert de Souza, o *Betinho*, ao citar o Movimento Nacional pela Participação Popular na Constituinte. Para destacar a relevância do envolvimento da UNEB e reforçar o que é sugerido no presente estudo, ou seja: que a UNEB promova a instalação de Salas Verdes nos seus CAMPI, de forma a contribuir, ativamente, para a democratização do conhecimento ambiental, e conseqüentemente colaborar com a ampliação e qualificação da EA na Bahia, volta-se ao *Betinho* para encerra-se o Capítulo em curso, citando: “Para nascer um novo Brasil, humano, solidário e democrático, é fundamental que uma nova cultura se estabeleça, que uma nova economia se implante e que um novo poder expresse a sociedade democrática e a democracia no Estado”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo desenvolvido possibilitou o desenrolar de um novo que começou a

38 Opinião do diretor do Centro de Apoio do Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília (UnB), Luis Afonso Bermudez, sobre a multicampia universitária. A observação fez parte da palestra Inovação tecnológica, proferida por ele, durante o terceiro dia do 49º Fórum Nacional de Reitores da Abruem, realizado em Salvador, e publicada pela Assessoria de Comunicação -ASCOM/UNEB.

ser enrolado há muitos séculos atrás, em um processo quase que completamente contínuo, mas com velocidades e em contextos distintos. Nos primórdios, nem por hipótese poderia ser imaginado o surgimento da Educação Ambiental. De lá até os dias atuais fatos ocorreram e foram registrados. A análise desses registros demonstram a relevância de facultar, em primeira instância, o acesso ao conhecimento produzido e já sistematizado sobre temas socioambientais a uma significativa parcela da população. Cabe contudo ressaltar, que o acesso não pode restringir-se apenas a informação. É necessário, também, preparar e facultar à população, o acesso para participar dos processos decisórios.

No estudo que ora finaliza-se, fica claro o envolvimento tardio brasileiro no que se refere ao processo de institucionalizar o segmento ambiental no país. Entretanto, ao fazê-lo, principalmente no que se refere a maioria da legislação e desenho de funcionamento do que vai sendo institucionalizado a partir da Constituição de 1988, é significativo. Isso por estabelecer como pilar a participação da sociedade e o respeito aos princípios da gestão democrática.

Como apresentado e discutido, a categoria participação comporta, níveis diferentes em que pode ser exercida. Neste trabalho, toma-se a participação em nível de construção, pois ela vai ao encontro e justifica, a instalação de *Salas Verdes* na UNEB. O modelo multicampi da Universidade, com presença física e/ou virtual, direta e/ou indireta, em todos os Territórios de Identidade, pode ampliar a participação das populações locais, em atividades que envolvam a E A no Estado, mas, principalmente, qualificar essa participação em decorrência da presença acadêmica garantida pela UNEB nos territórios de identidade, com todos os desdobramentos que essa presença ocasiona. A dinâmica produzida por uma Universidade que assumiu interiorizar-se e, portanto, vivenciar contextos socioambientais diversos que demandam posicionamento e “feedback” contínuos pode ser determinante para preparar as populações locais para garantir contextos de melhor qualidade de vida nesses Territórios.

Sendo assim, destaca-se a partir das análises a relevância da Universidade em assumir a Educação Ambiental como um dos seus projetos estruturantes e que um bom começo para a sua execução poderia ser fomentar a indução, através de contrapartida, para que todos os seus Campi participem de Editais do Projeto Salas Verdes, do Ministério do Meio Ambiente. A instalação de *Salas Verdes* na UNEB,

deve ser vista como uma oportunidade de: 1) através da certificação, adquirir credenciais para concorrer a outros Editais do MMA e de outras instituições com áreas afins; 2) dar visibilidade às ações socioambientais desenvolvidas pela Universidade, pois suas potenciais *Salas Verdes* passariam a fazer parte de uma rede de Salas que se comunicam e fazem parte de um cadastro acessado através do portal do Ministério do Meio Ambiente.

Cabe, portanto, para finalizar, responder à pergunta de partida do projeto desta pesquisa, ou seja: A instalação e implementação de *Salas Verdes* na UNEB pode ampliar a capilarização e qualificar a participação da sociedade baiana em discussões e ações socioambientais? Os resultados indicam que sim, pois nas análises e interseções de alguns elementos dos desenhos dos Territórios de Identidade, das Salas Verdes e da UNEB identifica-se pontos que possibilitam projetar um novo cenário para a Educação Ambiental no Estado, se a gestão universitária assumir ser protagonista do processo. A categoria participação em nível de construção é uma possibilidade exequível, e já internalizada em muitos processos administrativos e acadêmicos pela multicampia da Universidade.

REFERENCIAS

- ANTIQUERA, Moisés. **Aurélio Vítor e o Quinquennium Neronis**. História Unisinos, São Leopoldo, v.15, n.3 p.437- 445, set./dez 2011b. Disponível em: <<http://www.unisino.br/revistasindex.php/historia/article/view/htu.2011> > Acessado em 30 de março de 2011.
- ASSMANN, Selvino José. **O que é filosofia?** A Filosofia e as Outras Formas de Conhecimento. Mimeo. 2007. p.1-18.
- BACKES, Marli Terezinha Stein *et al.* |. 730. **Physis. Revista de Saúde Coletiva.** , Rio de Janeiro,. 20 [3]: 729-751, 2009. A origem da “natureza”.
- BENAYAS Javier *et al.*, La ambientalización de los Campus Universitarios. El caso de la Universidad Autónoma de Madrid. Benayas J. Academia Nacional de Educación Ambiental – ANEA, Madri, 2002.
<<http://www.anea.org.mx/Documentos.htm>> Acessado em 15 de março de 2015.
- BOCCHI, Gianluca; CERUTTI, Mauro. **Modi di pensare post-darwiniani: saggio sul pluralismo evolutivo**. Dedalo, 1984, pp. 9-13.
- BOEIRA, S., Política & Gestão Ambiental no Brasil: da Rio-92 ao Estatuto da Cidade. Rev. Alcance UNIVALE, vol.10, n.3, p.525-558, sete/dez, 2003.1
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CAPES. Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020 vol I Brasília, 2010 < <http://www.capes.gov.br/plano-nacional-de-pos-graduacao>> Acessado em 03 de março de 2015.
- _____: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, Brasília, 2012 <<http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao>> Acessado em 08 de março de 2015.
- _____: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores – Volume 3. Série "Desafios da EA, Brasília, 2014.
- _____: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Educação ambiental: as grandes orientações da Conferência de Tbilisi. Brasília: IBAMA, 1997. (Série Estudos Educação Ambiental).
- _____. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente. Brasília, DF: MEC, 1981.
- _____. SENADO FEDERAL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: MEC, 1988.
- _____. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Agenda 21. Brasília, 1992a. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>>. Acesso em: 19 mar. 2006.
- _____. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. ProFEA: Programa de Formação de Educadoras(es) Ambientais por um Brasil educado e educando ambientalmente para sustentabilidade. Série Documentos Técnicos-8. Brasília: MMA, 2006, 46p.
- _____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO e CULTURA. Carta brasileira de educação ambiental. Brasília: MEC, 1992b.
- _____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes da educação nacional. Brasília: MEC, 1996.
- _____. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Meio Ambiente. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- _____. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília,

DF, 1999.

BORDENAVE, Juan. **O que é Participação**. 7. ed. São Paulo: Editora Brasilienses,, Coleção Primeiros Passos, nº 95, 1992.

BRENNAN, Andrew. **Understanding Environmental Philosophy**. Pp. vi, 234, Durham, Acumen, 2010.

BURNS, Edward Mcnall. **História da Civilização Universal**. Vol.1 Rio de Janeiro: Editora Globo, 1965. 613p.

_____. **História da Civilização Universal**. Vol.2 Rio de Janeiro: Editora Globo, 1989. 613p.

CAMPOS, V., MATA, H., **Estrutura de Desenvolvimento nos Territórios de Identidade do Estado da Bahia: um Enfoque sobre Finanças Públicas**. Panorama das Contas Públicas, 2010

CARSON, Raquel. **Primavera Silenciosa**, Editora Gaia, 1964.

CARVALHO, L. M. **A temática ambiental e a escola de primeiro grau**. 1989. 286 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade – A Era da Informação**, Ed. Tradução: Klauss Brandini Gerhardt. Ed. PAZ E TERRA, 2000.

CINTRA, Maria A. in: FERREIRA, D. et GUEREIRO, J. ORG. O VI Fórum Brasileiro de Educação Ambiental. Instituto Baía de Guanabara, 2009. <<http://docplayer.com.br/10073924-O-vi-forum-brasileiro-de-educacao-ambiental.html>> Acessado em março de 2016.

DACANAL, José Hildebrando. **Para Ler O Ocidente - As Origens De Nossa Cultura**, Editora: Edições Besouro Box Literat. Edição: 2. Ano: 2013.

DAVIS, Cláudia et al., **Gestão da Escola: desafios a enfrentar** in: VIEIRA, Sofia Lerche (org.) Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 6. ed. rev. e ampl. pelo autor. São Paulo: Gaia, 2000.

_____. Os quinze anos da educação ambiental no Brasil: um depoimento. In: Em Aberto, v. 10, n. 49, jan/mar, 1991.

FERREIRA, Declev Reynier Dib et GUERREIRO, Jacqueline, (Org). **O VI Fórum Brasileiro de Educação Ambiental**. Instituto Baía de Guanabara, 2010. <<http://docplayer.com.br/10073924-O-vi-forum-brasileiro-de-educacao-ambiental.html>> Acessado em março de 2016.

FIALHO, Nadia Hage. **Universidade multicampi**. Brasília. Plano Editora, 2005.

_____, Nadia. Hage.; MIDDLEJ, Moema Maria. Universidade e Região. Práxis Educacional. Revista do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Vitória da Conquista (Uesb). Vitória da Conquista, n.1, p. 171-189, Nov. 2005. Dossiê temático: Trabalho e Educação.

GALIMBERTI, U. **Psiche e techne. L'uomo nell'età della tecnica**. Roma, Feltrinelli, 1999, p. 33-48. Disponível em: <http://www.lastoria.org/xxsecolot.htm>. Acesso em 17 março de 2015.

_____. **Técnica e natureza: a inversão de uma relação**. Florianópolis, p. 3-13, jan/jun, 2005. Disponível em: < http://www.socitec.pro.br/e-prints_vol.1_n.1_tecnica_e_natureza.pdf>. Acesso em: 16 jul. 20015.

GANDIM, Danilo. A Prática do Planejamento Participativo (8ª ed.), Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000.

GUIMARÃES, Ulysses. **Discursos de Posse como Presidente da Assembleia Nacional Constituinte**. Câmara dos Deputados, 1987. Disponível em:

- [http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/CAMARA-E-HISTORIA/339277-INTEGRA-DO-DISCURSO-PRESIDENTE-DA-ASSEMBLEIA-NACIONAL-CONSTITUINTE,--DR.-ULYSSES-GUIMARAES-\(10-23\).html](http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/CAMARA-E-HISTORIA/339277-INTEGRA-DO-DISCURSO-PRESIDENTE-DA-ASSEMBLEIA-NACIONAL-CONSTITUINTE,--DR.-ULYSSES-GUIMARAES-(10-23).html). Acesso em 30 de abril de 2016.
- HRYNKOW, Christopher. **Understanding Environmental Philosophy** - By Andrew Brennan and Y.S. Lo. 54 (4), 712-713. <doi:10.1111/heyj.12008_19> Acessado em 15 março 2015
- JIN,M.; WANG,W. Exploration on Management Model and Operating Mechanism of Multi-campus University in China. In: Educational and network Technology, 3, Beijing, 2010. Anais do III ICENT, Beijing, 2010.
- KESSELRING,Thomas. **O conceito de natureza na história do pensamento ocidental**. Ciência & Ambiente, Santa Maria, Ano III, n.5, p. 19-39, jul/dez, 1992. <www.thomaskesselring.com/uploads/4/6/1/4/.../conceito_de_natureza.pdf> Acessado em abril de 2014.
- KRASILCHIK, M. **Educação ambiental na escola brasileira: passado, presente e futuro**. Ciência e Cultura, São Paulo, v. 38, n. 12, p. 1958-1961, 1986.
- LEFF, Enrique. A Complexidade Ambiental. São Paulo: Cortez,2003.342p.
- LOUREIRO, Carlos Frederico. **O Movimento Ambientalista e o Pensamento Crítico: Uma abordagem política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Quartet, 2006a.
- _____. (Org.). **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2006b.
- LUZ, Madel Therezinha. **A Construção da Racionalidade Científica Moderna**. In: Natural, Racional, Social: Razão Médica e Racionalidade Científica Moderna. Rio de Janeiro: Campus,1988.151p.
- MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 9.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 350p.
- _____, E.; KERN, A.B. Terra - Pátria. Porto Alegre: Sulina, 2003. 181p
- ODUM, Eugene. **Ecologia**. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara S.A., 1983. 434 p.
- PINTO, Walter. **Universidade realiza mais de 80 obras nos campi da capital e do interior**. Jornal Beira do Rio, v. 6, n. 64, Set. 1994, p. 12-13.
- PIRES, C. LOGOS – Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia. Lisboa: Editorial Verbo, 1989.
- PRADO, Maria Ligia. **América Latina no Século XIX: tramas, Telas e Textos**. 2ªed.- Editora da Universidade de São Paulo,São Paulo,2004.
- ROCHA, Enid. **20 Anos da Constituição Cidadã**,2008. Disponível em: anfi.org.br . Acessado em março de 2016.
- SANTOS, Luiz Alberto dos. **Constituição, reforma administrativa e Estado de Direito**. Revista de Seguridade Social, jun.-jul,1997.
- SANTOS, Milton. **O Recomeço da História**. São Paulo: Caderno Mais! Folha de São Paulo,2000.
- SÃO PAULO, Secretária do Meio Ambiente. **Carta de Belgrado: Uma estrutura global para a educação**. Disponível em: <http://openlink.br.inter.net/jctyl/1903.htm>. Acesso em 20 de março de 2015.
- SAUVÉ, Lucie. **Uma cartografia das correntes em educação ambiental**. Brasil. In: SATO, Micheli; CARVALHO, I. (Org.). **Educação ambiental**. Pesquisa e desafios. Porto Alegre-RS Artmed, 2005. Reimpressão 2008. p. 17 a 44.
- SILVA, Sylvio Bandeira, et SILVA, Silvia., **Estudos Sobre a Globalização, Territórios e Bahia**. Salvador, EDUFBA, 2003.
- SOARES, A. M. D.; OLIVEIRA, L. M. T. de; ESTOLANO, L. C. C.; CAVALCANTE, D.

K.; PIMENTEL, S. dos S.. **Formação Universitária e desafios contemporâneos: que ambiente queremos construir.** In: I Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países Lusófonos e Galícia, 2007, Santiago de Compostela. Anais do I Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países Lusófonos e Galícia. Santiago de Compostela: CEIDA-USC, 2007. v. 01. Disponível em: <http://www.ceida.org/CD_CONGRESO_lus/documentacion_ea/comunicacions/EA_e_Universidade/DantasSoares_AnaMaria.html>. Acesso em: 10 de abril de 2015.

APÊNDICE

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO - UC DO ESTADO DA BAHIA

Unidade de Conservação (UC) é um espaço de território com características naturais relevantes e limites definidos, instituído pelo Poder Público para garantir a proteção e conservação dessas características naturais. Existem unidades de conservação de proteção integral, garantindo a preservação total da natureza, e de uso sustentável, que permitem seu uso controlado.

1- PARQUES ESTADUAIS

São áreas dotadas de atributos excepcionais da natureza, criados com a finalidade de proteção integral da flora, da fauna, do solo, da água e de outros recursos e belezas naturais, conciliando a utilização para objetivos científicos, educacionais, de recreação e de turismo ecológico. A Bahia conta com quatro. São eles:

Parque Estadual do Morro do Chapéu

Criação: Decreto estadual nº 7.413 de 17 de agosto de 1998

Localização: Município de Morro do Chapéu, na região do Piemonte da Chapada Diamantina
Área 46.000 ha

Parque Estadual da Serra do Conduru

Criação: Decreto Estadual nº 6.227 de 21 de fevereiro de 1997

Ampliação: Decreto Estadual nº 8.702 de 04 de novembro de 2003

Localização; Entre os Municípios de Ilhéus, Itacaré e Uruçuca
Área: 9.275 ha

Parque Estadual das Sete Passagens

Criação: Decreto Estadual nº 7.808 de 24 de maio de 2000

Localização: Município de Miguel Calmon

Área: estimada de 2.821ha.

Parque Estadual da Serra dos Montes Altos

Criação: Decreto Estadual Nº 12.486 de 29 de novembro de 2010

Localização: Entre os municípios de Palmas de Monte Alto, Sebastião Laranjeiras, Urandi, Guanambi, Pindaí e Candiba

Área: estimada de 18.491 ha

Observação: Conta ainda com os seguintes parques metropolitanos: **Parque Metropolitano de Pituaçu; Parque Metropolitano Lagoas e Dunas do Abaeté e o Zoológico.**

2-MONUMENTOS NATURAIS

São Unidade de Conservação do grupo de proteção integral que tem como objetivo básico preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica. Pode ser constituído por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a

utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários. Na Bahia são:

Monumento Natural da Cachoeira do Ferro Doido

Criação: Decreto Estadual nº 7.412 de agosto de 1998

Localização: Município de Morro do Chapéu

Área: estimada de 400 ha

Monumento Natural dos Canions do Subaé

Criação: Decreto Estadual nº 10.018 de 05 de junho de 2006

Localização: Município de Santo Amaro

Área: aproximadamente 404,15 ha.

3-ESTAÇÃO ECOLÓGICA

Unidade de Conservação que privilegia o desenvolvimento da pesquisa científica para que aquele ecossistema protegido possa ser investigado e se tornar bem conhecido para que futuramente possa também servir de banco genético.

Estação Ecológica de Rio Preto

Criação: Decreto Estadual nº 9.441 de 06 de junho de 2005

Localização: Entre os Municípios de Formosa do Rio Preto e Santa Rita de Cássia

Área: aproximadamente 4.536 há.

Estação Ecológica de Wenceslau Guimarães

Criação: Decreto Estadual nº 6.228 de 21 de fevereiro de 1997

Ampliação: Decreto Estadual nº 7.791 de 19 de abril de 2000

Localização: Município de Wenceslau Guimarães

Área: 2.418 ha.

4-RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL - RPPN

Unidade de conservação particular, dedicada exclusivamente e para sempre, à proteção da natureza. Só é permitido em RPPN pesquisa científica, educação ambiental e visitação turística. A RPPN é averbada no ato de sua criação do Registro Público de Imóveis, gravada com perpetuidade nos termos do artigo 21§ 1º da Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000.

Informações: Instrução Normativa nº 02/08 e Decreto Estadual nº 10.410/07

RPPN Estaduais Reconhecidas: **Belas Artes; Bozi; Bronzon; Guigó; Lembrança e Renascer.**

5-ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO - ARIE

São áreas, em geral de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional, e tem como objetivo manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza. A Bahia possui duas. São elas:

Serra do Orobó

Criação: Decreto Estadual nº 8.267 de 06 de junho de 2002

Localização: Inserida entre os municípios de Rui Barbosa e Itaberaba

Área: 7.397 ha

Nascentes do Rio de Contas

Criação: Decreto nº 7.968 de 05 de junho de 2001

Localização: Entre os municípios de Abaíra e de Piatã

Área: Em torno de 1.600m.

